

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**POLIFONIA EDUCATIVO-CULTURAL: ASPECTOS
HISTÓRICOS DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO
ESTADO DE SÃO PAULO E AS CONDICIONANTES
PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA RÁDIO
UNIVERSITÁRIA EM ARAÇATUBA.**

Dissertação de Mestrado apresentada por **Carlos Antonio Patrizzi Junior** junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação; Área de Concentração: Comunicação Midiática na Linha de Pesquisa: Gestão da Comunicação e Informação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Campus Universitário de Bauru / Estado de São Paulo, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do **Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus**.

Bauru / SP
Dezembro/2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Carlos Antonio Patrizzi Junior

POLIFONIA EDUCATIVO-CULTURAL: ASPECTOS HISTÓRICOS DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO E AS CONDICIONANTES PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA RÁDIO UNIVERSITÁRIA EM ARAÇATUBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Campus de Bauru, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:

Presidente:

Titular:

Titular:

Bauru, 20 de dezembro de 2006.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos os amantes do rádio que crêem que este veículo pode e deve ser usado como um instrumento contribuinte para orientar a sociedade em direção a um caminho mais justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos àqueles que possibilitaram que outrora um sonho pudesse se tornar um fato concreto.

A meus pais, Carlos e Judith, que foram fundamentais para a construção do homem que hoje sou, e que aqui chega após muitos obstáculos superados e muitas vitórias árduas;

A minha querida e amada esposa, Vanessa, que mais do que ninguém, acredita em meu potencial para ser um agente transformador da sociedade e deixar um legado importante para meus descendentes;

Ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus por sua paciência e seu cavalheirismo ímpar, que o tornam um ser especial;

A esta banca examinadora, Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho e Prof^a. Dra. Terezinha Fortes Mestrinelli, que com seus amplos conhecimentos forneceram sugestões importantes que permitiram a esta dissertação a correção necessária de seu rumo.

E a Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho que em nenhum momento deixou de fornecer a infra-estrutura e pessoal necessários para o assessoramento e a condução deste curso de Pós-Graduação.

PATRIZZI JUNIOR, Carlos Antonio. **Polifonia Educativa-Cultural: Aspectos Históricos da Radiodifusão Educativa no Estado de São Paulo e as Condições para Implantação de uma Rádio Universitária em Araçatuba**. 2006. 189 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2006.

RESUMO

Apresenta-se um levantamento do macro-ambiente do município de Araçatuba para verificar se há viabilidade para a instalação de uma Rádio Universitária Educativa em seu perímetro. Parte-se de uma visão histórica da radiodifusão educativa em território nacional, incluindo o trajeto realizado pelas emissoras universitárias em nosso país. O trabalho também analisa a legislação brasileira vigente, fornecendo um panorama operacional dos instrumentos legais existentes na atualidade. Destaca-se ainda o caminho da radiodifusão educativa em São Paulo de sua gênese até os dias atuais, apontando os percalços e as diferenças ocorridas entre o desenvolvimento das Rádios Educativas entre este estado da federação e o restante do país, para enfim realizar uma análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais e legais pelas quais poderia passar a edificação de uma emissora com fins pedagógicos nesta cidade.

PATRIZZI JUNIOR, Carlos Antonio. **Polifonia Educativa-Cultural: Aspectos Históricos da Radiodifusão Educativa no Estado de São Paulo e as Condicionantes para Implantação de uma Rádio Universitária em Araçatuba.** 2006. 189 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2006.

ABSTRACT

It is a study of the macro-atmosphere of the city of Araçatuba, São Paulo, Brazil to verify if there is viability for the installation of a Radio Educational University. It starts with an historical insight into educational broadcasting in Brazil, including their progress. The thesis also analyzes the current Brazilian law, there by giving a panoramic view of the current legal process required. It also highlights the progress of educational broadcasting in the state of São Paulo from its beginning until now, pointing out the difficulties and differences between the development of this Educational Radio and to those of the rest of the country. In conclusion, the thesis covers an analysis of the economical, political, social and legal aspects required for the construction of a broadcasting station with educational objectives in Araçatuba.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 01 – UNIVERSIDADES FEDERAIS COM RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS E SUA INSERÇÃO NO ORGANOGRAMA..... | 55 |
| QUADRO 02 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO SONORA BRASILEIRA EM ORDEM CRONOLÓGICA..... | 64 |
| QUADRO 03 – DADOS TÉCNICOS DA RÁDIO CULTURA AM | 104 |
| QUADRO 04 – DADOS TÉCNICOS DA RÁDIO CULTURA FM | 105 |
| QUADRO 05 - DADOS COMPARATIVOS ENTRE ARAÇATUBA E OUTROS MUNICÍPIOS PAULISTAS | 170 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ACERP | Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto |
| AM | Amplitude Modulada |
| CCS | Conselho de Comunicação Social |
| CNBB | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil |
| DIP | Departamento de Imprensa e Propaganda |
| FEA | Fundação Educacional de Araçatuba |
| FEPLAM | Fundação Educacional Padre Landell de Moura |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FM | Frequência Modulada |
| FPA | Fundação Padre Anchieta |
| FOA | Faculdade de Odontologia de Araçatuba |
| FUNTEVÊ | Fundação Roquette-Pinto |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| IFES | Instituições Federais de Ensino Superior |
| IRDEB | Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MEC | Ministério da Educação |
| NOB | Noroeste do Brasil |
| OM | Ondas Médias |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SERT | Serviço de Ensino pelo Rádio e TV |
| SERTE | Setor de Rádio e Televisão do Ministério da Educação e Cultura |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SINRED | Sistema Nacional de Rádios Educativas |
| SIRENA | Sistema Rádio-Educativo Nacional |
| SRE | Serviço de Radiodifusão Educativa |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho |
| USP | Universidade de São Paulo |
| TSF | Telefonia Sem Fio |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1. A RADIODIFUSÃO BRASILEIRA..... | 14 |
| 1.1. DAS ELITES PARA A POPULARIZAÇÃO DO VEÍCULO | 15 |
| 1.2 A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA | 22 |
| 1.2.1 <i>O Surgimento das Emissoras de Rádio nos Estados Unidos e Europa</i> | 22 |
| 1.2.2 <i>A Radiodifusão Educativa Brasileira</i> | 26 |
| 1.2.3 <i>EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS VOLTADAS PARA A RADIODIFUSÃO SONORA</i> | 37 |
| 1.3 AS RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS | 49 |
| 1.4 A LEGISLAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE CANAIS EDUCATIVOS | 57 |
| 1.4.1 <i>As Normas Específicas para a Radiodifusão Sonora Brasileira</i> | 62 |
| 1.4.2 <i>Regulamentos para a Criação e Instalação de Rádios Educativas no Brasil</i> | 65 |
| 2. A RADIODIFUSÃO SONORA EDUCATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO | 73 |
| 2.1 A RADIODIFUSÃO SONORA E EDUCATIVA NA CAPITAL PAULISTA | 74 |
| 2.2. UM PANORAMA SOBRE A RADIODIFUSÃO PAULISTA..... | 77 |
| 2.3 A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA | 94 |
| 2.4 AS RÁDIOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS..... | 105 |
| 2.5 A RÁDIO EDUCATIVA DO PONTO DE VISTA DO ESPECIALISTA | 107 |
| 2.6 ELEMENTOS QUE JUSTIFICAM A INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO UNIVERSITÁRIA EDUCATIVA EM ARAÇATUBA | 113 |
| 3. PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO UNIVERSITÁRIA EDUCATIVA EM ARAÇATUBA | 116 |
| 3.1 PRÊAMBULO | 116 |
| 3.2. ARAÇATUBA – VISÃO GERAL..... | 123 |
| 3.2.1 <i>AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ARAÇATUBA</i> | 137 |
| 3.2.2 <i>A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE ARAÇATUBA</i> | 138 |
| 3.2.2 <i>O CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO</i> | 140 |
| 3.2.3 <i>AS OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ARAÇATUBA</i> | 145 |
| 3.3 ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES PARA A INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO EDUCATIVA EM ARAÇATUBA | 146 |
| 3.3.1 <i>ANÁLISE DO MACRO-AMBIENTE</i> | 148 |
| 3.3.1.1 <i>Ambiente Econômico</i> | 149 |
| 3.3.1.2 <i>Perspectivas para 2007</i> | 151 |
| 3.4 – AMBIENTE SÓCIO-CULTURAL..... | 153 |
| 3.5 – AMBIENTE TECNOLÓGICO | 156 |
| 3.6 AMBIENTE DEMOGRÁFICO | 159 |
| 3.7. <i>COMPARAÇÃO ENTRE ARAÇATUBA E OUTROS CENTROS URBANOS</i> ... | 162 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 173 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 176 |
| ANEXOS | 179 |

INTRODUÇÃO

Os estudos de viabilidade de instalação de uma rádio universitária educativa extrapolam os procedimentos técnicos e legais específicos da radiodifusão. Para a gestão de um projeto desta natureza, em função de seu caráter predominantemente filantrópico, seus financiadores devem estar atentos aos diversos contextos que conduzem a sociedade em que a emissora se firmará, com o intuito de que os investimentos utilizados para sua constituição sejam aplicados com a garantia de que tal empreendimento seja objeto contínuo de interesse público.

Sob esta ótica, é que este trabalho foi construído. A observância dos diversos fatores que compõem um ambiente de negócios, inclusive para uma estação radiodifusora educativa, é momento fundamental para a gestação operacional e para o estabelecimento de uma missão que permita sua aceitação pela comunidade onde ela será inserida.

Para dar forma a esta dissertação, foi escolhido o município de Araçatuba como instrumento de análise, já que a cidade possui em seu perímetro população estimada em pouco mais de 180 mil habitantes, estabelecendo-se como sede da 9ª Região Administrativa do estado de São Paulo, mantendo influência sob outros 43 municípios, e que apesar de contar com 05 emissoras comerciais de rádio, não apresenta nenhuma estação com fins estritamente educativos e culturais.

Em função do cenário apresentado levantou-se a seguinte questão:

Uma rádio educativa em Araçatuba, principal cidade da região noroeste do estado de São Paulo, poderia contribuir para os indicadores educativo-culturais do município?

Para responder a esta dúvida, decidiu-se levantar as condições históricas que deram origem à radiodifusão sonora educativa e sua evolução em território nacional em função das ações estabelecidas pelos agentes sociais e políticos ao longo do tempo até os dias atuais, para assim extrair algumas hipóteses sobre o rádio educativo no país e fazer algumas inferências de sua trajetória.

Neste percurso, percebe-se que a radiodifusão educativa apresenta fases distintas, surgindo com vigor nas regiões mais abastadas do Brasil e dirigindo-se, tempos depois, para o interior e para o Nordeste, a partir de ações eclesiais específicas, já que nas capitais passou a predominar a visão mercantil para o uso do espectro eletromagnético.

Posteriormente, o regime militar que comandava o Brasil sentiu a necessidade de um aparato tecnológico para legitimar junto à população o *modus operandi* de seu governo, utilizando o rádio com o intuito de irradiar conteúdo, ao mesmo tempo em que transmitia mensagens de cunho patriótico e de menção positiva a sua atuação, criando o **Projeto Minerva**, apoiado legalmente na portaria 408//1970.

O excesso de centralização e a pouca adesão da audiência ao projeto governamental, além do maior acesso da sociedade a outros meios de comunicação como a televisão e a meios interativos como o computador, sem falar na reconstrução da democracia no Brasil, acabam por minar o intuito governamental de utilizar o rádio como fonte de instrução social, levando a radiodifusão sonora a modificar seu perfil, passando a atuar dentro de uma esfera mais cultural.

Simultaneamente, houve o surgimento das rádios universitárias, que já germinaram como uma proposta alternativa às rádios educativas tradicionais, atuando menos como “escola” e mais atenta aos interesses laboratoriais de seus

discentes e à difusão de programação mais cultural. Inicialmente estas emissoras estiveram voltadas a atender aos cursos de engenharia de seus respectivos *campi* universitários, e posteriormente como ferramenta que possibilitasse a divulgação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, servindo como laboratório para os cursos de comunicação social, em especial para o jornalismo.

Na seqüência, verifica-se a necessidade de se indicar os procedimentos legais para a solicitação de um canal com intuições junto aos órgãos responsáveis. Para isto, faz-se um levantamento a partir da Carta Magna brasileira até a legislação específica que trata do pedido de outorga de um canal educativo.

Neste instante, a intenção é fornecer ao leitor um perfil operacional às instruções determinadas por leis e decretos na área de comunicação, já que há poucos estudos pertinentes a este aspecto da radiodifusão brasileira, além de que todos os conflitos estabelecidos entre os diversos grupos de interesse ao longo da história refletem-se naturalmente na própria legislação.

Com esta análise colocada, tornou-se necessário estabelecer um recorte com o propósito de tornar mais específico o objeto de análise. Para isto, o olhar desta dissertação volta-se para o comportamento da radiodifusão sonora no estado de São Paulo, partindo também de seu surgimento com a fundação da Rádio Educadora Paulista até o presente momento, passando pela criação da Fundação Padre Anchieta e a compra da TV e Rádio Cultura pelo governo paulista dos Diários Associados, bem como pelas rádios universitárias paulistas, com ênfase na Rádio USP e Rádio UNESP, estações coligadas a universidades públicas mantidas pelo governo estadual.

Para garantir uma verticalidade a esta fase do estudo, decidiu-se entrevistar o diretor da Rádio USP, Sr. Luiz Marcello de Menezes Bittencourt, para

apresentar o panorama e os desafios presentes e futuros acerca das rádios universitárias.

Por fim, a última parte do trabalho dedica-se a apresentar o ambiente sócio-cultural araçatubense, levantando para isso os fatores econômicos, tecnológicos, sociais e demográficos do município para traçar o cenário institucional e definir uma missão a ser perseguida numa possível concretização do sonho de se instalar uma rádio educativa neste município.

Para observar se o município realmente necessita de uma estação radiodifusora desta natureza, o trabalho faz uma análise comparativa entre Araçatuba e outras cidades do estado de São Paulo que se assemelham entre si, a partir de alguns critérios estabelecidos, com a diferença de que estas já contam com suas emissoras educativas em seu perímetro urbano. Com isto, a intenção é verificar se uma concessão de canal educativo em operação pode contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais de um município.

Uma das preocupações no momento de materializar este trabalho foi de contribuir para o referencial teórico na área de radiodifusão educativa, já que há pouca disponibilidade de material para os pesquisadores de comunicação que decidem engendrar-se por este caminho.

O estudo também tem a modesta intenção de ser uma semente lançada ao ar, em busca da constituição de uma rádio educativa em Araçatuba, que apesar de oferecer aos seus cidadãos condições de vida satisfatórias, necessita preparar sua população para o futuro, cuja única certeza é a de que o potencial educacional de uma comunidade é que será o diferencial para o crescimento econômico e social.

1. A RADIODIFUSÃO BRASILEIRA

Não havia data mais interessante para o surgimento da emissora de rádio no Brasil: o dia 07 de setembro de 1922 – exatamente há um século de emancipação política brasileira em relação a Portugal – ouviu as firmes palavras do então presidente da república Epitácio Pessoa em comemoração a este importante momento da história nacional através do espectro radiofônico.

A multiplicação do discurso do presidente da república pelos alto-falantes ao longo do evento comemorativo da independência ocorrido no Rio de Janeiro, ainda capital federal, e pelos aparelhos receptores radiofônicos estrategicamente distribuídos para autoridades civis e militares pela *Westinghouse*, uma das empresas americanas detentoras da tecnologia que propiciaria aquele acontecimento notável, atingira os objetivos da companhia: a possível abertura de um novo mercado consumidor para seus produtos.

No ano seguinte, o Brasil vê surgir sua primeira emissora devidamente constituída. Em 20 de abril de 1923, na Academia Brasileira de Ciências, Edgar Roquette-Pinto e seus companheiros organizam a **PRA-2, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro** - que passa a irradiar regularmente conteúdos de natureza educativa, a partir de 1º de maio do mesmo ano.

Como grande incentivador da formação científica no país, Roquette-Pinto teria visto no rádio um instrumento de transformação educacional. Embasada nesta proposta pedagógica de seu idealizador, a Rádio Sociedade impulsionou o surgimento de outras emissoras, em diversas localidades do território nacional, sempre com a mesma finalidade: promover a instrução das massas nas várias áreas do conhecimento, permitindo ao Brasil o rumo à modernidade.

Apesar deste consistente argumento, no princípio o veículo esteve voltado às elites que o criaram, já que a aquisição de um aparelho receptor radiofônico era custosa para grande parte da população, além do conteúdo transmitido ser eminentemente de caráter erudito.

1.1. Das Elites para a Popularização do Veículo

A popularização do veículo foi facilitada a partir da autorização, por parte do presidente Getúlio Vargas, com o Decreto nº 21.111 de 1932, de se veicular publicidade pelo rádio e pela redução dos preços dos aparelhos receptores, fruto do aumento da produção em nível mundial e de algumas ações governamentais, no sentido de desburocratizar a aquisição de receptores. Este instrumento governamental visou a distribuir emissoras de rádio pelo interior do Brasil, a partir da comercialização de espaços publicitários na programação radiofônica, e simultaneamente promover seu projeto político populista. Desta forma, a filosofia inicialmente impressa por Roquette-Pinto sofre uma ruptura: as rádios com finalidades exclusivamente educativas, subsidiadas por mensalidades de seus sócios, passam a dividir espaço com as emissoras mercantis com recursos captados das vendas de “reclames” comerciais durante sua programação.

Segundo Tavares (1997, p. 55), “a introdução de mensagens publicitárias provocou uma verdadeira metamorfose no veículo, que até então, era erudito, instrutivo, parecia transformá-lo em popular órgão de lazer e diversão”. Para um país com dimensões continentais como o Brasil, esta estratégia por parte do Estado, serviu simultaneamente para transferir o ônus do investimento em infraestrutura em equipamentos de ondas hertzianas para as mais longínquas regiões do

país para a iniciativa privada, permitindo a contra-oferta de poder explorar o veículo de forma mercantil. Com isso, poder-se-ia unificar o Brasil por meio da radiodifusão sem o ônus financeiro oriundo da adoção desta proposta.

Do ponto de vista político, a consolidação do rádio como importante componente social acontece quase que simultaneamente à efervescência do populismo no Brasil, cujo maior expoente desta política foi o próprio ex-presidente Getúlio Vargas. Segundo Martin-Barbero (*apud* HAUSSEN, 1997, p. 09),

[...] a um país o unificam tanto ou mais que as estradas e os trens, o telégrafo, o rádio e o telefone. Pois fazer um país não é só questão de economia [...] é também projeto político e cultural. [...] O rádio vai ser fundamental para a gestação do sentimento nacional, na tradução da idéia de nação em sentimento e cotidianidade.

Esta visão sobre o rádio para o uso do veículo com finalidades políticas estimulou, inclusive, uma intensa intervenção estatal tanto durante o governo Vargas, que fora um dos idealistas desta estratégia para o rádio e grande perceptor do potencial do rádio para influenciar as massas, quanto pelo regime militar em momentos históricos posteriores.

O aumento do interesse pelo rádio pela população brasileira e a possibilidade de financiamento a partir de mensagens publicitárias nos espaços da sua programação permitem-lhe estabelecer-se como o primeiro veículo autenticamente de massa no Brasil. A intensificação dos estudos sobre os efeitos das mensagens nas audiências e materiais sobre a importância da comunicação dá-se na medida em que o rádio torna-se cada vez mais influente no cotidiano das pessoas.

Para a realidade política nacional, é evidente que um meio que atingisse indistintamente a todos, oferecendo a oportunidade de decodificação das mensagens pelos indivíduos, independente de seu grau de instrução, tornar-se-ia

relevante para a manutenção ou para a transformação controlada do sistema social como um todo.

O custo de aquisição de um conversor de ondas hertzianas em som é investimento único e uma vez alocado em qualquer localidade, seja distante das zonas urbanas ou não, o alcance das mensagens com qualidade de audição ainda é viável e de forma gratuita. No início das décadas de 1920 e 1930, grande parte da população brasileira residia em áreas rurais¹, o que consolidaria ainda mais o rádio como um veículo estratégico para colocar os cidadãos no interior das discussões em nível nacional, já que as poucas estradas abertas em solo brasileiro dificultavam o acesso de periódicos para a zona rural.

Apesar das controvérsias existentes sobre o surgimento do rádio no Brasil², podemos considerar realmente que as primeiras transmissões que chamaram a atenção da população brasileira foram as irradiações promovidas pela *Westinghouse* e pela *Western Electric* nas comemorações do centenário da independência em 1922. Nesta ocasião, já as companhias norte-americanas demonstravam interesse pelo mercado brasileiro, expondo a população e as autoridades diante daquela notável parafernália que emitia sons através do espaço.

¹ O êxodo rural é um fenômeno que no Brasil inicia-se desde o fim da fase imperial e segue durante os dias atuais em função principalmente da mecanização da agricultura e da industrialização. Durante os anos 50, década do apogeu do rádio brasileiro, nada menos que 63,8% da população total do país residiam em zonas rurais. Atualmente, cerca de 22% ainda da população total brasileira vivem no campo, o que confirma a importância dos veículos de massa que utilizam a radiodifusão para irradiação das suas mensagens. In Camarano, Ana Amélia; Abramovay, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso 15 dez 2004.

² As divergências sobre a gênese do rádio no Brasil existem, especialmente, por dois fatos em particular. Primeiro, quanto à transmissão e recepção de ondas hertzianas pelo espectro brasileiro, a partir das experiências de Landell de Moura em 1893 que do Alto da Paulista emitia as primeiras palavras pelo território nacional, e posteriormente conforme demonstra Sampaio (apud Ortrivano, Gizela Svetlana, 1985, p. 13) que “experiências já eram feitas por alguns amadores, existindo documentos que provam que o rádio, no Brasil, nasceu em Recife, no dia 06 de abril de 1919, quando, com um transmissor importado da França, foi inaugurada a **Rádio Clube de Pernambuco** por Oscar Moreira Pinto, que depois se associou a Augusto Pereira e João Cardoso Ayres”.

A possibilidade de financiar a estrutura radiofônica a partir dos “reclames” comerciais introduzidos na programação e a ampliação da concorrência entre as retransmissoras de ondas hertzianas elevaram o funcionamento das organizações a um patamar bastante profissionalizado, já que o aumento das verbas publicitárias era diretamente proporcional à ampliação do número de ouvintes da emissora. Se tal círculo virtuoso para os negócios se constituísse, permitiria à companhia investir ainda mais em sua programação, em equipamentos e em recursos humanos, o que, em tese, retornaria em mais audiência e em anúncios mais rentáveis, garantindo a saúde financeira da instituição privada.

Se para as estações privadas a estrutura capitalista estabelecida mantinha bons lucros, para as rádios com papel exclusivamente educativo ainda baseadas em contribuições de seus sócios e sem a capacidade de financiamento das emissoras de caráter comercial, estas voltadas mais para o entretenimento e com poucos interesses em desencadear um processo de expansão da educação, não lhe restaram alternativa senão render-se à popularização de sua programação.

Enquanto a **Rádio Educadora Paulista** foi encampada pela **Rádio Gazeta**, a **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro** foi doada por Roquette-Pinto para o Ministério da Educação e Saúde, que naquela época era responsabilidade do Sr. Gustavo Capanema, sob a condição de jamais expor o veículo à publicidade comercial e política e de irradiar conteúdo que contribuísse para o desenvolvimento da educação e da cultura nacional.

A doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para a União, a fundação da **Rádio Inconfidência** pelo governo mineiro em 1936, a promulgação anos antes dos Decretos nº 20.047, que definiam os parâmetros da radiodifusão brasileira, os quais se basearam no padrão norte-americano, e o próprio Decreto nº

21.111, que regulamentava o Decreto anterior, são, de acordo com Ferraretto (2001, p. 103-104), os eventos que esboçaram o cenário atual das rádios educativas e contribuíram para a cisão do sistema radiofônico brasileiro: de um lado, as rádios com finalidades educativas, públicas, sustentadas pelo Estado ou por fundações sem fins lucrativos e proibidas de irradiar publicidade; de outro, as rádios comerciais com relativa autonomia para constituição de sua gestão financeira e de conteúdo a ser irradiado ao público ouvinte.

O surgimento dos transistores em meados de 1948, o que garantiu aos seus inventores o Prêmio Nobel de Física em 1956, permitiu a substituição das válvulas no interior dos aparelhos receptores radiofônicos que ocupavam demasiado espaço e demandavam maior voltagem para sua operação. Em novembro de 1954, chegam às revendas norte-americanas os primeiros aparelhos transistorizados, popularizando-se no Brasil durante a década de 1960.

A notoriedade do rádio entre as classes populares levou-o a seu esplendor. Programas de auditório, rádio-novela, musicais, humorísticos, prestação de serviços e notícias eram transmitidos de diversos canais de vários municípios, ao mesmo tempo em que atraíam multidões diante do aparelho receptor, que naquela época ocupava a posição de destaque na sala das famílias brasileiras que se reuniam em torno do aparelho receptor de ondas hertzianas para ouvir as informações mais recentes do cenário nacional ou para se entreter com os programas irradiados pelos principais canais nacionais.

Na década de 1950, época do apogeu do rádio brasileiro, episódios como o salvamento de uma aeronave que pousou com segurança no aeroporto de Campo Grande (MS), graças às transmissões de Herón Domingues por meio do noticiário Repórter Esso, transmitido diariamente pela Rádio Nacional do Rio de

Janeiro, e no início da década de 1960, como o Ato da Legalidade promovido por Leonel Brizola através das rádios gaúchas, destacam o veículo como elemento de grande relevância na história contemporânea brasileira e instrumento de grande adesão e mobilização das massas.

Com a introdução da televisão no Brasil no início da mesma década, o rádio passa a concorrer com outro veículo de comunicação de massa eletrônico, o que o obriga a uma revisão nos formatos e gêneros transmitidos pelas emissoras radiofônicas. A programação passa a enfatizar a prestação de serviços à comunidade, a transmissão de eventos esportivos, a irradiação de músicas e o rádio-jornalismo.

A simultaneidade do surgimento da televisão com a portabilidade e flexibilidade trazida pelos transistores, força o rádio a deixar de ocupar a posição central das salas dos lares brasileiros para ceder espaço aos aparelhos televisores. Isto promoveria uma mudança profunda nos hábitos de ouvir rádio em nosso país, já que a sala é o cômodo primordial para se estabelecer e se manter o relacionamento íntimo da família brasileira, local de conflitos, de acordos, de cessões e concessões. A cotidianidade familiar é, de acordo com Durham (*apud* MARTIN-BARBERO, 2003, p. 305), “um dos poucos lugares onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde encontram alguma possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações”.

Tal condição, pode supor-se, também contribuiu para a soberania da televisão e de seu prestígio junto às audiências e aos anunciantes. Com as mudanças técnicas nos veículos e comportamentais do público ouvinte que passa a receber as transmissões radiofônicas de forma individualizada, o rádio viu-se obrigado a introduzir mudanças em suas estruturas. Estas alterações tornaram-se subsídios para a consolidação da segmentação das programações das emissoras,

que fora intensificada momentos depois com o surgimento das transmissões em Freqüência Modulada (FM), que acelerou essa tendência, atendendo a gostos de públicos específicos, e com a criação das redes de rádio, constituindo sistemas de comunicação radiofônicos.

Nos anos de 1980, a possibilidade de se transmitir em rede via satélite imprime uma nova dinâmica às rádios brasileiras, o que permite às emissoras estruturarem-se em nível local, regional ou nacional. Essas associações de rádios - vantajosas para emissoras com poucos recursos que puderam filiar-se a rádios de maior projeção em nível nacional, ficando com a responsabilidade de reproduzir o mínimo de conteúdo local e também para as emissoras âncoras que ampliaram sua cobertura – provocam, por outro lado, um êxodo de profissionais do rádio, a partir da eliminação de postos de trabalho.

As perspectivas futuras indicam a interiorização das rádios brasileiras, especialmente com a Lei nº 9612, de 12 de fevereiro de 1998, que institui e autoriza a implantação das rádios comunitárias em território brasileiro, como reação ao panorama que intensifica a associação de sinal entre emissoras, tal como ocorreu em outros tempos com os canais regionais de televisão. Essa medida visa manter o pluralismo que sempre caracterizou os meios radiofônicos em território nacional.

Deve-se considerar, do ponto de vista técnico, que o futuro aponta para uma inevitável binarização do conteúdo e das retransmissoras radiofônicas. A conversão de arquivos sonoros analógicos em digitais é um dos grandes desafios que se apresenta ao rádio no início deste milênio. Ao mesmo tempo em que se torna uma ameaça à estrutura presente, estas alterações podem representar uma oportunidade para a reinvenção do veículo, confirmando-o como importante

instrumento de entretenimento, informação, reconhecimento social, a partir da saliência de seu potencial como grande disseminador de mensagens com cunho educativo e cultural, contribuindo para a melhoria do quadro educacional brasileiro.

1.2 A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

1.2.1 O Surgimento das Emissoras de Rádio nos Estados Unidos e Europa

Não há dúvida de que as descobertas científicas que permitiram o surgimento do rádio são extremamente relevantes para a existência do veículo, mas o que consideramos importante para a constituição do rádio como um dos maiores fenômenos sociais de todos os tempos é quanto a sua utilização pelos agentes sociais, o que permitiu sua transformação e renovação enquanto dispositivo de disseminação de mensagens ao longo do tempo. Outros elementos que devem ser considerados são as estratégias e os pontos de vista das lideranças, a partir das demandas ambientais internas e externas que contribuíram de maneira intensa para delinear contornos do sistema radiofônico mundial.

Em seus primórdios, o uso do rádio nos Estados Unidos e em países europeus estava restrito a entidades militares e órgãos governamentais para a transmissão de informações confidenciais. Posteriormente, as evoluções técnicas que se seguiram eram motivadas essencialmente pela possível geração de lucro que a venda desses extraordinários aparelhos produziriam e pelas estratégias das nações que observam nestes dispositivos uma ferramenta estratégica, já que o mundo vivia naquele momento o rumor de um conflito bélico iminente, que de fato se concretizou em 1914, com a primeira grande guerra em nível mundial.

Sua transformação como veículo destinado a irradiar mensagens para o público em geral viera a se constituir tempos depois em 1920, logo após a 1ª Guerra Mundial, a partir das experiências de Frank Conrad que, acidentalmente, constituiu a primeira emissora radiofônica de que se tem notícia:

Conrad começou a transmitir sinais durante a noite, ao trabalhar com seu aparelho tentando aperfeiçoar o projeto. Em breve constatou que pessoas das redondezas o estavam escutando em seus receptores amadores. Isso se mostrou um benefício, a princípio, devido às cartas, cartões e telefonemas dando certa indicação do alcance e clareza de sua transmissão [...]. Para gerar um som contínuo, começara a tocar vitrola e irradiar seu som [...]. O número de ouvintes cresceu prontamente, e a família dele entusiasticamente aderiu à farra tornando-se os primeiros disc jockeys (DEFLEUR, 1993, p. 116).

Com este prenúncio, empresas norte-americanas como *Westinghouse*, *RCA* e *Western Electric* interessam-se pelo veículo comercialmente, vislumbrando um enorme mercado consumidor à disposição de seus produtos. O público, encantado com as possibilidades de informação e entretenimento trazido pelo veículo, pressiona a produção de novos aparelhos de maneira exponencial, o que estimula a criação de novas emissoras em território norte-americano para atender à demanda crescente.

Essas empresas, preocupadas em garantir o aquecimento deste mercado, criam estações transmissoras de sinais radiofônicos. A *Westinghouse* constrói uma grande retransmissora para a época e a põe em funcionamento ainda em 1920 em *Pittsburgh* - cidade de Frank Conrad. Denominada **KDKA**, os custos operacionais da emissora eram financiados pela própria companhia com a finalidade de gerar interesse na população sobre o veículo e estimular a venda de aparelhos receptores.

O sucesso da emissora entusiasmou outros empresários, que solicitaram o fornecimento de novas concessões pelo governo norte-americano.

Para DeFleur (1993, p. 117) “[...] na última metade de 1921, foram expedidas trinta e duas novas estações, mas na primeira metade de 1922 esse número aumentara para duzentas e cinqüenta e quatro!”. Estas considerações são relevantes para a construção das bases para a constituição do rádio como meio de comunicação de massa nos EUA, os quais influenciarão sobremaneira as formas de fazer rádio no Brasil, especialmente com os Decretos assinados pelo Poder Executivo a partir de 1931, influenciado pelo modo americano de desenvolvimento da radiodifusão.

O surgimento de novas estações de rádio exigiu do governo estadunidense a solução de problemas de interferência de sinais entre as estações, mas não houve nenhuma menção em solucionar o problema de financiamento das despesas de manutenção e operação das emissoras, que não estavam vinculadas a empresas fornecedoras de aparelhos receptores, e do próprio conteúdo irradiado. Sob a coordenação da Secretaria de Comércio norte-americano, a intervenção do governo estava restrita a questões técnicas, enquanto deixava para a livre iniciativa resolver temas como a qualidade dos conteúdos transmitidos e assuntos de ordem financeira.

Assim, lentamente, a publicidade ocupa os espaços das transmissões radiofônicas norte-americanas. Inicialmente, os anunciantes faziam o que hoje é conhecido como apoio cultural, irradiando suas marcas no início e no fim das transmissões de determinado programa. No princípio, a possibilidade de produções radiofônicas serem interrompidas para a transmissão de “reclames” fora vista com ressalvas por parte de membros do governo norte-americano. Mas, conforme DeFleur (1993, p. 122) aponta:

com ouvintes mais interessados em divertimento **grátis** do que em programação qualitativa; com o governo exercendo apenas um papel técnico, sobretudo para impedir as frequências de se misturarem; com a propriedade dos veículos nas mãos de companhias e empresas visando o lucro, as nobres opiniões desses sujeitos não

eram coerentes com o sistema de valores, a estrutura política e a instituição econômica vigentes na sociedade dentro da qual o veículo evoluía (Grifo nosso).

Desta forma, a publicidade, assim como fizera nos veículos impressos, aos poucos passa a fazer parte das irradiações transmitidas pelas estações de rádio norte-americanas e garante o financiamento e a independência do **fazer rádio** em relação às companhias produtoras de aparelhos receptores em território norte-americano.

O mecanismo de distribuição das verbas publicitárias por parte das companhias estava vinculado à capacidade de a emissora de atrair ouvintes a sintonizarem sua estação, o que exigira das emissoras a promoção e a elaboração de programas que seduzissem o público consumidor. Com isso, elas passam a contratar artistas, comédicos e orquestras de renome nacional para satisfazerem as audiências e ampliar as receitas publicitárias disponíveis no mercado.

Com este cenário estabelecido, o sistema radiofônico norte-americano torna-se uma indústria de grande rentabilidade para os fabricantes de equipamentos que fornecem aparelhos receptores em velocidade exponencial; para os patrocinadores que incrementavam suas vendas a partir da inserção dos reclames comerciais nas emissoras; para os homens das estações de rádio que passam a ter lucros pomposos, a partir da venda dos espaços da programação para destiná-los a seus anunciantes; e até para os artistas que ganham uma nova plataforma de apresentação de seus números com grande retorno financeiro. A indústria do rádio nos EUA consolida-se, profissionaliza-se e se constitui num dos mais influentes modelos para a rádio comercial brasileira.

1.2.2 A Radiodifusão Educativa Brasileira

Diferente dos Estados Unidos, onde a visão mercantil dominou as discussões em torno do recém-constituído veículo, no Brasil o rádio surge com a preocupação prioritariamente educativa e de prestação de serviços à comunidade, seguindo a tendência européia³ de que o rádio deveria servir essencialmente ao interesse público e não como instrumento de geração de lucro. Apesar das preocupações iniciais das companhias norte-americanas em estabelecer como estratégia de atuação em nosso país apresentar o rádio para implantação de estações transmissoras em território nacional para posterior consumo dos aparelhos receptores pela população brasileira por eles produzidos, os primeiros personagens da história radiofônica brasileira observavam no veículo um caminho para a alfabetização e instrução das massas que se avolumavam nas cidades e no campo.

As próprias transmissões ocorridas na noite do Centenário da Independência, após o discurso inflamado do presidente da República à época, apontavam o potencial educacional/cultural do veículo. A irradiação da ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes, ao vivo do Teatro Municipal do Rio de Janeiro indicava a capacidade daquele dispositivo como instrumento de comunicar-se com a multidão.

³ Utilizaremos duas frases colocadas por Filho em sua eminente obra para expressar com maior precisão os conceitos estabelecidos pelos responsáveis pela expansão da radiodifusão no Velho Continente: “O rádio e a televisão são veículos da produção cultural de um povo ou de uma nação e, para exercerem essa tarefa não podem ser contaminados por interferências políticas ou comerciais (Filho, 1997, p.17); e “(...) o rádio e depois a televisão vinham somar-se aos empreendimentos culturais responsáveis por gerar e disseminar a riqueza lingüística, espiritual, estética e ética dos povos e nações. Eles se colocavam no mesmo setor da sociedade em que estavam localizadas as universidades, as bibliotecas e os museus, e a população os reconhecia dessa forma, distante da esfera dos negócios ou da política de partidos ou grupos (Idem, p. 18)”. O que se vê na Europa é uma preocupação esmerada pela disseminação dos aspectos culturais demarcatórios de uma nação, a partir do uso das ondas sonoras. Para os europeus, o rádio serve como instrumento de difusão de conhecimentos específicos, comparando-se com centros de informação importantes como as próprias universidades e bibliotecas. Esta visão acabou por se firmar no processo de sedimentação da radiodifusão sonora e até hoje expressa-se nas políticas pedagógicas européias de uso dos meios de comunicação de massa para fins educativos.

Há que se ressaltar, todavia, que a transmissão de conteúdos altamente especializados e eruditos nas ondas do rádio ou a forma em que tais elementos são transmitidos ainda é alvo de controvérsias e críticas passadas e atuais, o que acaba por distanciar o gosto popular das frequências dos canais educativos para uma estação que forneça conteúdo mais acessível à grande parcela das pessoas.

Em função disso, pode-se imaginar a razão pela qual a abertura do programa “A Voz do Brasil”, transmitido diariamente das 19 às 20 horas em cadeia nacional pela **Radiobrás**, ainda traz solenemente as notas melódicas dessa grande obra musical, já que provavelmente pretende-se homenagear Carlos Gomes, o emérito brasileiro reconhecido internacionalmente pela sua produção musical.

Atualmente, “O Guarani” divide com outras melodias a abertura e o encerramento de “A Voz do Brasil”, talvez como uma estratégia para revitalizar o anacrônico modelo de irradiação da programação oficial do governo federal para o ouvinte em geral. Mas é em função da representatividade da sinfonia para a história da radiodifusão brasileira que esta obra musical ainda continua a entoar em rede nacional de segunda a sexta-feira a partir das ondas da Radiobrás.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro fundada no interior da Academia Brasileira de Ciências, do qual tanto Roquette-Pinto quanto Morize faziam parte, fora o berço mais aconchegante para fornecer ao veículo peculiaridades essencialmente educativas.

Há ainda que se destacar a ressalva dada pelo então presidente da República, Artur Bernardes, de que a emissora somente poderia ser instalada para a promoção da educação no país, já que existia o temor do uso do veículo para outras finalidades, especialmente para fins bélicos, uma vez que em tempos anteriores o

espectro radiofônico fora utilizado com grande eficácia pelos militares das nações envolvidas durante os conflitos da Primeira Grande Guerra encerrados poucos anos antes. Com isso, o cenário da gênese do rádio no Brasil não lhe dava alternativa a não ser a preocupação com finalidades de instrução.

Considera-se também a efervescência cultural, social e política que o país vivia à época e que geraria eventos como a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, em São Paulo, que alteraria para sempre o futuro da arte no Brasil e, inevitavelmente, refletia os debates em torno da maior nacionalização das atividades educativas e culturais em nosso país.

As crises inspiradas pelo movimento *bolchevique* em 1917 na Rússia e pelo enfraquecimento da indústria do ponto de vista interno forneceram também o pretexto para ocorrerem algumas revoltas de origem popular e militar, que insatisfeitos com as precárias condições de trabalho e com a situação de inércia da política brasileira, redundaram também em ações que exigiam mudanças estruturais em nosso país, sendo que a via da educação desde sempre se apresentou como uma alternativa menos traumática e cuja profundidade é mais intensa.

Leva-se também em consideração os debates promovidos pelos adeptos do movimento definido como “Escola Nova”, dos quais eram integrantes, além do próprio Roquette-Pinto, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, personagens que estiveram engajados na delimitação do rádio como instrumento de difusão educacional.

Este grupo pretendia, em linhas gerais, colocar nosso país na rota do desenvolvimento econômico, político e social por meio de uma agenda que contemplasse a disseminação de conhecimentos científicos, de higiene, de valorização da pátria e de moralização de costumes, com a finalidade de coordenar

o homem brasileiro na direção das engrenagens do sistema produtivo mundial e fomentar uma cultura nacional homogênea, vinculada a esses valores.

O rádio educativo, a partir desses valores, seria o instrumento mais apropriado a irradiar estes discursos e que consolidaria a radiodifusão como centro transmissor dessas idéias, ao permitir a redução de esforços e custos para a unificação de comportamentos coletivos e controle posterior dos efeitos psicológicos, aumentando assim a presença e abrangência dessas vozes no cotidiano das pessoas, a partir da transposição dessas mensagens de estímulo para além dos muros escolares, atingindo as residências e locais de entretenimento e expondo as pessoas a estes ideais de maneira mais significativa do que meramente a audição passiva e restrita aos bancos escolares estabelecida pela educação formal.

De acordo com Dângelo (1994, p. 29):

As escolas deveriam cumprir, num primeiro momento, o papel de decodificação dos “novos” valores sociais da modernidade almejada pelas elites empresariais. Contudo, a assimilação de um modo de viver e de trabalhar padronizados, homogeneizados, levava essas preocupações a buscarem instrumentos técnicos que atingissem não só a escola, mas os locais de lazer, os lares e cada habitante do interior.

Esse cenário que apontava para a necessidade de modificações das estruturas da sociedade brasileira – aliado ao idealismo do grupo que visualizava no rádio um potente instrumento de transformação social – a partir da irradiação de conteúdos de formação educativa, serviu como matéria-prima primordial para a definição do veículo como ferramenta pedagógica voltada ao atendimento das massas.

Apesar de a intenção de colocar o Brasil nos rumos do desenvolvimento econômico do ponto de vista global, a partir da emissão de mensagens que caracterizassem essa vontade, Roquette-Pinto e seu grupo não

aceitavam que o veículo fosse conduzido à seara do sistema econômico por meio da venda de espaços publicitários.

Isto porque as emissoras radiofônicas – preocupadas essencialmente em aumentar a fidelidade de sua clientela por meio de programas radiofônicos mais agradáveis ao gosto popular, e de certa forma, adotando um padrão mais aproximado ao modelo norte-americano de se fazer rádio – poderiam comprometer a proposta inicial de fornecer ao homem brasileiro aquilo que ele, de fato, segundo os idealizadores do rádio, acreditava que se necessitava ouvir: mensagens de cunho doutrinário com a finalidade de colocar o Brasil na rota da modernidade.

Esse aparente paradoxo acabou sendo um fator importante para definir na atualidade uma cisão entre as rádios comerciais, preocupadas com questões mercantis “menos estratégicas” do ponto de vista nacional e com a permissão da venda de espaços comerciais durante sua programação e as rádios com finalidade educativa, vinculadas a ideais mais nobres.

Tal distanciamento entre as emissoras acabou por se institucionalizar no Decreto nº 20.047 em 1931 que definia os parâmetros legais da radiodifusão brasileira e no Decreto nº 21.111, assinados no ano seguinte por Getúlio Vargas e que regulamentavam a norma anterior, uma vez que as incursões sobre a proposta da radiodifusão brasileira de ser utilizada para fins educativos confirmaram-se ao ficar estabelecido que esse serviço possuísse finalidades prioritariamente educativas nesta legislação. A partir de então, todas as normas escritas pelos legisladores disponibilizam em seus textos a intenção de utilizar a radiodifusão como instrumento .

Além da **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**, as emissoras de rádio em meados da década de 1920 também se preocupavam excepcionalmente com questões educativas e estavam organizadas em grupos, geralmente compostos por integrantes de suas elites regionais, apaixonados pelas novas invenções tecnológicas que surgiam em ritmo acelerado e engajados em contribuir para o desenvolvimento do país. Eram esses sujeitos os principais financiadores das operações das emissoras, seja por meio de doação de recursos financeiros ou pelo empréstimo de materiais para veiculação como discos de concertos musicais, ou ainda apresentando-se diante dos microfones para exposição de palestras científicas.

Com isso, apresenta-se um dos primeiros problemas das emissoras de rádios educativas brasileiras: a definição de uma programação voltada a atender, ainda que de modo não deliberado, a elite que financiava a rádio. Isto ocorria em função dos empréstimos de materiais que atendiam as suas próprias preferências musicais, além de os debates utilizarem-se de linguagem demasiadamente erudita para uma população que dispunha de indicadores educacionais precários.

Também contribuía para a dificuldade de se colocar em operação o grande projeto educativo que fora vislumbrado a partir do uso das ondas hertzianas pelos seus idealizadores, a dificuldade das camadas populares em adquirirem um aparelho receptor, seja em função do custo, seja pelo excesso de formalidades exigidas pelo governo, como o preenchimento de formulários e requisições com recolhimento de taxa, o que encarecia e desestimulava a obtenção de um receptor radiofônico.

Tal ação governamental era fruto de um temor desnecessário de que os aparelhos receptores fossem usados para finalidades militares, já que em sua

gênese a radiofonia fora utilizada com este intuito. A obrigatoriedade da posse desses documentos era para tornar identificáveis quem eram os usuários e proprietários dos aparelhos receptores radiofônicos.

Aliam-se a estes fatores a irregularidade das transmissões em função da precariedade tecnológica dos irradiadores de ondas hertzianas das emissoras e o caráter amador inicialmente assumido nas rádios brasileiras, inicialmente construído mais por motivações pessoais do que necessariamente a partir de um projeto mais bem constituído do uso do espectro eletromagnético para fins s.

A organização do rádio como instrumento de irradiação para as massas veio constituir-se realmente tempos depois, aparelhado para ser um meio de estímulo ao consumo ao mesmo tempo em que se tornava fonte de receitas para os investidores que aplicavam recursos na estrutura de funcionamento do veículo, entregando-se assim àquele 'círculo virtuoso' para os negócios outrora mencionado.

Não significa, todavia, que os idealizadores do rádio no Brasil não compreendiam as dificuldades dos primórdios da radiofonia brasileira. Roquette-Pinto, o grande pai do rádio brasileiro, elaborou um plano que dispunha de objetivos concretos e viáveis para o uso da radiodifusão com finalidades educativas em território nacional.

O plano denominado "**Rádio e Educação no Brasil**", divulgado em 1926, intencionava instalar rádios-escolas por todo o território nacional, a partir de diretrizes estabelecidas pelo governo federal, sem deixar de respeitar, entretanto, as peculiaridades regionais quanto ao conteúdo a ser transmitido. As mensagens teriam cunho voltado especialmente para o desenvolvimento nacional.

Esse plano, realizado em parte, acabou, segundo Moreira (1991, p. 17-18), permitindo o funcionamento, em caráter experimental, no último dia de 1933 e sua posterior consolidação já no alvorecer de 1934, da **Rádio Escola Municipal do Distrito Federal** (PRD-5), sob a proteção do educador Anísio Teixeira, cuja responsabilidade era dar prosseguimento ao projeto de transformar o rádio em instrumento , a partir do preenchimento de dois requisitos básicos para a eficiência do uso do espectro eletromagnético para fins educativos: o estabelecimento de um relacionamento mais próximo entre emissora e educando, além do uso de linguagem adequada ao meio radiofônico.

A Escola Municipal do Distrito Federal só não se constituiu anos antes em função do panorama político brasileiro instável que, entre outras coisas, garantiu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a eclosão do movimento constitucionalista em 1932, já que instrumentos legais como o Decreto Municipal nº 2.940, de novembro de 1928, em nível municipal, já autorizavam a sua instalação.

Ainda em 1933, os esforços de Edgar Roquette-Pinto para ver as mensagens educativas emitidas pelo espectro magnético espalharem-se por todos os cantos do território nacional e de unir o Brasil por meio da radiodifusão culminaram na constituição da **Confederação Brasileira de Radiodifusão** (CBR), reunindo as principais emissoras brasileiras da época, incluindo rádios dos estados do Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e do próprio Rio de Janeiro que se organizavam em rede para a transmissão de programas educativos durante quinze minutos diários. Para Horta (1972, p. 91), “o significado dessa experiência está no fato de se ter, pela primeira vez, formado uma cadeia de emissoras para a transmissão de um programa educativo”.

O sucesso inicial deste empreendimento levou ao surgimento de materiais no país que discursavam sobre processos didáticos específicos para melhor uso da radiodifusão sonora para educação. Entre essas obras, destaca-se a desenvolvida por Ariosto Espinheira (1934) e prefaciada por Lourenço Filho, na qual se enfatiza a necessidade de um acompanhamento de um docente para realização de audições em conjunto, conhecida atualmente como **recepção organizada**⁴, atuando essencialmente como uma fonte complementar de informações e que a ausência de intervenção poderia ocasionar a distração do ouvinte, com a conseqüente perda de qualidade educacional:

“Quaisquer que sejam as opiniões, o conselho quase unânime dos técnicos é o de que o papel do ensino pelo rádio deve ser puramente suplementar [...]. Neste domínio, dissemos, o rádio não pode substituir o mestre e sua ação direta sobre os alunos (ESPINHEIRA, 1934, p. 34)⁵”.

Ainda comentando sobre as formas de recepção radiofônica do ponto de vista educativo, há que se considerar a recepção não-organizada, onde “o aluno isoladamente recebe as aulas emitidas e realiza, sozinho, o trabalho de interpretação e assimilação das idéias fundamentais transmitidas”⁶, apesar de haver quase consenso entre os autores engajados no estudo do rádio-educativo nacional que esta forma de audição não apresenta os resultados esperados, comparado-se à **recepção organizada**.

Releva-se também, sob a ótica do planejamento para a implantação de rádios educativas no país, a grande obra elaborada por Ribas da Costa (1956),

⁴ Recepção organizada é aquela em que “os alunos, reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem em grupo a mensagem educativa. Neste caso, o monitor é a figura-chave de todo o processo. Sua intervenção permite comprovar a compreensão, retificar erros de interpretação e insistir sobre as idéias fundamentais transmitidas”. BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Planejamento/Centro Nacional de Recursos Humanos – CNRH. **Rádio Educativo no Brasil: um estudo**. Brasília, 1973, p. 17.

⁵ Adequamos a linguagem do autor para o português convencional, já que toda sua obra está escrita em português arcaico para nosso tempo.

⁶ BRASIL, *op. cit.* p. 19.

com o título de “**Educação Fundamental pelo Rádio**”, na qual ele defende a prática de uma grande cadeia de emissoras e a organização dos estudantes em núcleos de **recepção organizada**, a qual também abrangia os custos operacionais e técnicos da implementação desta proposta e as possibilidades de sua concretização.

Na comemoração da independência brasileira no ano de 1936, incapaz de angariar recursos para manter em funcionamento a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, segundo Federico (1982, p. 52) em função do Decreto 20.047, regulamentado pelo Decreto nº 21.111 que estabelecia a adoção pelas empresas difusoras de equipamentos mais modernos e a doação por parte do governo, a título precário, do espectro utilizado pelas emissoras surgidas em período anterior ao Decreto e que exigiam somas vultosas das emissoras existentes para se adaptar à nova regulamentação, Roquette-Pinto entregou a PRA-2 para o Governo Federal sob a condição de jamais se irradiar publicidade em suas ondas sonoras e de se manter conteúdo de alto nível com finalidades estritamente educativas em sua programação. Com este ato, a **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro** passa a ser chamada de **Rádio Ministério da Educação**⁷.

O pressuposto de não expor as emissoras de cunho educativo à propaganda mercantil neste período histórico, determinou, em parte, a ausência desta forma de captação de recursos às organizações preocupadas essencialmente com essa finalidade, o que, de certa forma, acabou por estabelecer especialmente aos órgãos públicos a tarefa de desenvolver emissoras com preocupações educativas.

A doação da Rádio Sociedade definitivamente serviu para enquadrar o governo federal na vinculação de ações educacionais, a partir do uso de

⁷ Hoje conhecida como Rádio MEC AM 800 Khz. A Rádio MEC também possui um canal em Freqüência Modulada 98,9 Mhz.

dispositivos tecnológicos, em especial a radiodifusão; bem como legitimou a exclusão da grade das rádios com preocupação de ensino a publicidade comercial, confirmando o financiamento exclusivo de grande parte destas emissoras pelo erário público.

Esta característica de polarização entre as emissoras mercantis e educativas legitimou-se posteriormente com o apoio das companhias radiofônicas comerciais como se constata pelo código de ética desenvolvido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), órgão defensor dos interesses das empresas de comunicação comercial, em texto redigido em 1964 e revisado em 1993, o qual prevê que “[...] a radiodifusão estatal é aceita na medida em que seja exclusivamente cultural, educativa ou didática, sem publicidade comercial” (ANDRÉ, 2000, p. 24).

A partir da doação da Rádio Sociedade para as mãos do Ministério da Educação e Saúde, as ações do governo no que diz respeito à conversão das ondas sonoras em instrumento de difusão de mensagens educativas passam a ser mais notórias e efetivas. Prova disso é que no ano seguinte à entrega da emissora de Roquette-Pinto ao governo federal foi criada, por meio da Lei nº 378/1937, o **Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE)**, que reforça o caráter das atividades radiodifusoras, promovendo ações neste sentido ao longo dos anos futuros, tendo como ação de destaque o desenvolvimento de uma programação voltada para o público infantil, sempre irradiado pela emissora estatal recém incorporada ao patrimônio nacional.

A intervenção política a esta altura da história da radiodifusão brasileira intensifica-se com o surgimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no final do decênio de 1930, com o entendimento dos

governantes brasileiros de que o rádio seria um instrumento indispensável para a manipulação das massas que se avolumavam nas cidades. Este departamento apresentava como uma de suas finalidades principais a intervenção nos veículos de comunicação, evitando críticas ao regime ditatorial de Getúlio Vargas.

Desse modo, a partir de 1939, o DIP, utilizou a imprensa, o rádio e o cinema para divulgar as propostas do Estado Novo, de integração nacional e de formação da nacionalidade, popularizando a figura do presidente como grande líder nacional (HAUSSEN, 1997, p. 22).

1.2.3 EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS VOLTADAS PARA A RADIODIFUSÃO SONORA

Apesar de Horta (1972, p. 95) considerar como iniciativa particular a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (PRE-8) – a esta altura já encampada pelo Governo de Getúlio Vargas com a finalidade de dar prosseguimento a seu projeto nacionalista – desenvolveu em 1941 o programa a “**Universidade do Ar**” voltada a capacitar o corpo docente do ensino secundário brasileiro. Embora os resultados da proposta não tenham alcançado os resultados desejados pelos seus idealizadores, o que levou a sua extinção dois anos depois, este projeto foi posteriormente lançado no estado de São Paulo com o objetivo de utilizar-se das ondas eletromagnéticas para servir de meio para aperfeiçoar a classe comerciária desse estado.

Apoiada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e pelo Serviço Social do Comércio (SESC), a proposta – servindo-se da **recepção organizada** e com o apoio de um monitor-instrutor para amparar o aluno em caso de dúvidas que não foram dirimidas durante a transmissão da programação – permaneceu no ar durante sete anos, tendo suas atividades encerradas em 1954, em função, segundo Horta (1972, p. 98), da redução do número de matriculados e

da grande evasão ocorrida nos cursos fornecidos. Isso aconteceu, conforme o autor, pelo fato de não se priorizar exclusivamente a **recepção organizada**, permitindo-se o subterfúgio do ensino à distância. A tentativa dos cursos promovidos por estas instituições do comércio era capacitar os colaboradores de seus afiliados, especialmente no interior paulista, distante das principais metrópoles e centros de ensino do país.

Subentende-se e se confirma com isso que a **recepção livre** por parte do aluno-ouvinte tende a se desestimular em razão da falta de acompanhamento de um facilitador cuja função baseia-se em aprofundar o tema abordado e incentivar a continuidade do curso efetuado, e da ausência de um posterior debate que permitisse a ampliação e a fixação do conteúdo desenvolvido durante a audição da aula proferida, além de garantir o compartilhar das idéias assimiladas e oferecer ao ouvinte um senso de participação e engajamento junto à sociedade.

Apesar dos problemas operacionais apresentados, esta experiência também pôde ser observada positivamente como uma das pioneiras no sentido de voltar o olhar da radiodifusão educativa para o interior do país, servindo como ferramenta de integração entre as capitais e estas regiões distantes dos centros irradiadores de valores culturais necessários ao desenvolvimento da nação. Sob o ponto de vista militar, era também necessário integrar o interior do país ao cotidiano do centro do poder nacional como forma de evitar qualquer eventual pretensão de caráter separatista ou minimizar algum outro motivo gerador de descontentamento dos cidadãos do interior de alguns estados brasileiros, como pode ser constatado pelo próprio processo histórico brasileiro, e não havia instrumento mais eficaz do que as ondas hertzianas.

Prova dessa urgência foi a construção de Brasília seguida da transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, com a finalidade de aproximar o interior das decisões políticas da nação, uma vez que no âmbito internacional vivíamos o momento da intensificação da **Guerra Fria** e os movimentos de contenção dos revolucionários comunistas que influenciavam nas decisões nacionais.

Neste período também vimos florescer algumas obras que vinculam comunicação de massa e desenvolvimento, especialmente os trabalhos de Daniel Lerner com a “**Passagem da Sociedade Tradicional**” (1958) e Wilbur Schramm, em “**Comunicação e Desenvolvimento**” (1970, versão brasileira). Esses autores defendiam que a introdução e o aperfeiçoamento de redes de comunicação em países em vias de desenvolvimento permitiriam aos governantes locais emitirem mensagens de estímulo econômico, de higiene e saúde pública, de técnicas agrícolas modernas e de treinamento de recursos humanos, com a finalidade de reduzir o fosso entre as nações mais abastadas e pobres.

O eminente educador Ribas da Costa, naturalmente influenciado pelos acontecimentos no macro-ambiente social e “profundamente impressionado com os resultados da *Acción Cultural Popular* na Colômbia⁸ [...]” apresenta seu plano em um livro de cento e dezoito páginas, intitulado “**Educação Fundamental pelo Rádio**” (HORTA, 1972, p. 102), divulgado em 1956. Em função da euforia gerada por sua obra, o governo federal, por meio do Ministério da Educação, convidou o autor desta publicação para desenvolver um sistema radiofônico nos moldes aos que haviam sido apresentados em seu trabalho a ser distribuído especialmente pelo interior brasileiro.

⁸ *Acción Cultural Popular* na Colômbia: Movimento diocesano ocorrido na cidade colombiana de Sutatenza que alcançou grande repercussão naquele país em função dos excelentes resultados na educação dos cidadãos interioranos e que acabou por receber apoio da Unesco.

Este convite, ocorrido em 1957 pelo Ministério da Educação, resultou no surgimento do **Sistema Rádio-Educativo Nacional** (SIRENA), a primeira proposta efetivamente ocorrida em nível nacional utilizando-se do espectro eletromagnético para finalidades educativas e cujas atividades iniciaram-se no ano seguinte.

Suas atividades estariam voltadas à produção e à distribuição de materiais gravados para o interior do país, ao mesmo tempo em que incentivariam o surgimento de veículos que viessem a atender as demandas de cada região. Em 1960, o SIRENA monta a **Rádio Sirena**, em Leopoldina-MG, com a colaboração da diocese local e outra na recém empossada capital nacional em 1961. Posteriormente, o SIRENA passou a fazer parte da frente para a erradicação do analfabetismo, o qual acabou sendo extinto em função do fim das atividades desse programa de educação do governo. As rádios fundadas com o intuito de atuarem como colaboradoras técnicas do empreendimento foram absorvidas pelo **Sistema de Radiodifusão Educativa** (SRE), em 1966.

Esta tentativa de adotar uma atitude efetivamente nacional de desenvolver o rádio educativo vem a demonstrar que programas alimentados essencialmente por recursos de ordem pública tendem a sofrer com os desmandos e as discontinuidades da máquina estatal nacional, o que acaba por diluir projetos de relevância em função das oscilações e dos interesses específicos dos atores políticos.

A experiência da boa relação apresentada entre igreja e governo no sentido de desenvolver sistemas radiofônicos para intuitos educativos acabou no desenvolvimento do **Movimento de Educação de Base** (MEB), que se constitui por meio do Decreto nº 50.370/1961, a partir das experiências bem sucedidas do

episcopado nordestino, que já havia se utilizado de materiais produzidos pelo SIRENA em Sergipe.

Com esta decisão, o governo federal por meio do Ministério da Educação passou a fornecer recursos para a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que amplia a abrangência do MEB para as regiões norte e centro-oeste brasileiras. O **Movimento de Educação de Base** estava orientado no devido entendimento do **Sistema rádio educativo**, que segundo Horta (1972, p. 109-110) pode ser entendido como:

o conjunto formado por uma equipe treinada e equipada para radicação e supervisão de Escolas radiofônicas, bem como para a produção e emissão de programas radio-educativos e uma rede de escolas radiofônicas, sendo cada uma delas equipada com um receptor cativo, onde um grupo de alunos, coordenados por um monitor, se reúne para ouvir as aulas e realizar, na própria comunidade, ações decorrentes do trabalho educativo.

Os resultados apresentados pelo MEB foram, em determinados momentos, surpreendentes, atingindo a marca de 111.066 alunos que concluíram os módulos produzidos em 1963. Com a queda dos números apresentados pelo programa foi necessário corrigir alguns desvios para a manutenção do sistema rádio-educativo desenvolvido. Para isso, promoveu-se o conceito de **Animação Popular**, definido como:

[...] um processo de estruturação de comunidades, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança [...]. Assim, as transformações feitas não o serão de fora para dentro, por elementos estranhos à comunidade, mas a partir de um movimento interior, resultante da tomada de posição de seus próprios componentes (*apud* HORTA, 1972, p. 113).

Com esta nova postura do MEB, as escolas radiofônicas perderam sua posição de destaque para assumir uma ocupação secundária, sendo apenas dispositivos para a efetivação do conceito de Animação Popular – mais voltado à

emancipação e participação do indivíduo na sociedade e menos preocupado com a assimilação de instrumentação técnica profissional.

O **Movimento de Educação de Base** acabou por revestir-se e se deixar influenciar pela “Teologia da Libertação”, defendida por várias vozes importantes da CNBB e por diversos teóricos da comunicação e pedagogos latino-americanos que defendiam uma **Nova Ordem da Comunicação e Informação** (NOMIC), que lutavam pelo maior equilíbrio da distribuição da informação no mundo e acreditavam que as teorias que vinculavam “comunicação e desenvolvimento” apresentavam-se como uma tentativa de convencer as nações subdesenvolvidas a adotarem o padrão econômico norte-americano. Em função de algumas dessas vozes serem simpáticas aos discursos socialistas que divergiam das idéias dos governantes brasileiros daquele período, o Movimento de Base acabou sendo desestimulado e enfraquecido.

Em 1965, o Ministério da Educação, em parceria com diversas secretarias de educação estaduais, cria o **Setor de Rádio e Televisão do Ministério da Educação e Cultura** (SERTE) com a finalidade de ampliar o ensino secundário àqueles estudantes que não foram atendidos pelo sistema de ensino oficial. Dois anos depois, o SERTE limitou suas atividades às irradiações radiofônicas em função do surgimento da **Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa** e da maior acessibilidade do rádio às pessoas mais carentes.

A extinção do Setor de Rádio e Televisão do Ministério da Educação e Cultura (SERTE), em 1968, acabou por abrir caminho para ações em nível regional com o desenvolvimento da **Fundação Educacional Padre Landell de Moura** (FEPLAM) no Estado do Rio Grande do Sul, do **Instituto de Radiodifusão Educativa** no Estado da Bahia (IRDEB) e da **Fundação Padre Anchieta** (FPA) no

Estado de São Paulo, todas com a finalidade de produzirem material educacional sonoro, articulando-se com os sistemas de ensino em todos os níveis de seus respectivos estados, além de outras finalidades peculiares regionais.

Ao mesmo tempo em que as ações que fomentavam o rádio como um instrumento capaz de contribuir para o grandioso problema do acesso à educação no país fosse minimizado, alguns instrumentos de ordem legal foram estabelecidos com a preocupação de atingir este objetivo. Entre eles destacamos o Decreto nº 236, de 1967, que em seu artigo 16 previa a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos pelas emissoras comerciais de no mínimo cinco horas por semana, apresentados entre 7 e 17 horas.

Para colocar em prática esta ordem, foi baixada pelos Ministérios da Educação e das Comunicações a Portaria Interministerial nº 408, de 29 de julho de 1970, permitindo a operacionalização do Decreto citado. “Em cumprimento ao Decreto-Lei nº 236 e às Portarias citadas, o **Serviço de Radiodifusão Educativa** (SRE) do MEC lançou uma programação diária nas emissoras de rádio do país, com o nome de **Projeto Minerva**” (BRASIL, 1976, p. 39), cuja coordenação estaria nas mãos do diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, com a inauguração de suas atividades oficialmente ocorrida em 04 de outubro do mesmo ano.

Apesar de estar vinculado ao SRE, o Projeto Minerva dispunha de estrutura administrativa própria e contava com as parcerias da **Fundação Padre Anchieta** (FPA) e **Fundação Educacional Padre Landell de Moura** (FEPLAM) para a produção de programas, cursos e textos radiofônicos. No âmbito da transmissão das ondas, a responsabilidade estava a cargo da Embratel e da Agência Nacional, que permitiam a irradiação do programa em cadeia nacional.

Segundo Leobons (1984, p. 62-63), eram quatro as formas de utilização dos programas pelos alunos:

- Recepção organizada, em local apropriado e acompanhado por um monitor-professor.
- Recepção controlada, os estudantes eventualmente dirigiam-se a algum posto de auxílio para orientação e execução de exercícios de verificação do conteúdo assimilado.
- Recepção isolada, em que os alunos ouviam sem qualquer compromisso com o programa, e
- Recepção integrada, atuando como atividade suplementar em sala de aula.

Como o **Projeto Minerva** estava apoiado nas parcerias com as outras instituições rádio-educativas, as primeiras irradiações reproduziam programas já elaborados por estas fundações, iniciando com a **Introdução ao Curso Primário Dinâmico** produzido pela FPA, com duração de 30 minutos e carga horária total de 35 horas e 30 minutos, num total de setenta e três programas, transmitidos das 12 às 12 horas e 30 minutos entre novembro de 1970 e abril de 1971.

Outros cursos irradiados pelo **Projeto Minerva** foram o **Curso de Capacitação ao Magistério Leigo**, **Curso Madureza Ginásial**, Primário Dinâmico – que se transformou em **Curso Supletivo Dinâmico**, elaborado a partir das adaptações exigidas pela Lei nº 5692/71 – **Curso Supletivo de 1º Grau** e **Curso Supletivo de 2º Grau**, transmitidos diariamente durante 30 minutos durante a semana e 1 hora e 15 minutos durante os fins de semana, atingindo a cota de cinco horas semanais estabelecidas em Lei.

Segundo Ferraretto, (2001, p. 162), o **Projeto Minerva** se constituiu uma tentativa de apresentar a eficácia dos planos educacionais dos governos militares frente aos outros projetos desenvolvidos e deixados à mercê de sua própria sorte. A visão constituinte enfatizava os aspectos técnicos da radiodifusão, preocupado em somente fornecer ferramentas aos indivíduos para o trabalho e

desprovida de uma reflexão consciente e crítica de um sujeito emancipado. Os militares também, com esta medida, tentavam centralizar em suas mãos a coordenação deste importante instrumento, reduzindo com isso os possíveis focos de tensão no interior da sociedade e ganhar adeptos por todo o território nacional.

Com isso, o Projeto Minerva recebe críticas por centralizar demasiadamente as ações educativas, característica, aliás, da maioria dos projetos desenvolvidos pelos militares, não se preocupando em atender as demandas regionais do vasto território nacional, seja pela linguagem adotada nos programas educativos produzidos fora do âmbito regional, seja pelo engessamento dos horários que, naturalmente, não contemplava as peculiaridades locais, além de minar a elaboração de qualquer produto simbólico de cunho regional, especialmente no nordeste, situação essa que se vê ratificada pela Portaria Interministerial 568/80, que substitui a Portaria nº 408/70 sem eliminar, entretanto, suas contradições.

A partir do decênio de 1980, o SRE/Projeto Minerva passa a contar com o apoio técnico e financeiro da **Fundação Roberto Marinho** para a continuidade da proposta educativa, especialmente voltada para atender ao ensino supletivo. Apesar de passar pela contagem do SRE mais de trezentas e setenta mil pessoas pelos métodos de recepção organizada e controlada, o Projeto Minerva saiu definitivamente do ar no dia 16 de outubro de 1989.

Esta década também vê a inauguração em 1981 do **Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto** (FUNTEVÊ), que incorpora a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, com a homologação de seu estatuto que havia sido criado em 1967. “O Centro passa a se incumbir das atividades anteriormente desempenhadas pelo SRE, que é extinto, no ano seguinte, pelo artigo 33 do Decreto nº 87.062/80” (BLOIS, 1984, p. 75), absorvendo também a **Secretaria**

de Aplicações Tecnológicas (SEAT), criada anos antes com a função de oferecer respaldo técnico para as instituições de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Ainda em 1981, realiza-se o encontro de dirigentes de emissoras educativas/universitárias, reunião esta que acabou por determinar a gênese do **Sistema Nacional de Rádios Educativas** (SINRED) com a elaboração do programa “Coisas da Província”, que conta com o apoio técnico e de produção de rádios educativas e universitárias de todas as regiões brasileiras.

Essa atitude das emissoras educativas acaba por consolidar o surgimento do SINRED, em 1983, em função da Portaria nº 316/83 estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e regulamentado pela Portaria nº 344/83, momento em que marca definitivamente a descentralização das orientações das emissoras educativas em relação às investidas do governo federal nesta área.

Basicamente, o SINRED teria a finalidade de permitir uma maior integração entre as diversas emissoras educativas que estavam instaladas no Brasil, garantindo a permuta de produções radiofônicas e um maior intercâmbio de experiências entre as transmissoras de ondas hertzianas.

A descentralização da produção e dos horários a serem transmitidos programas de cunho educativo consolida-se em maio de 1984, quando a **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão** (ABERT) e a FUNTEVÊ permitem a produção independente de programas educativos por parte das emissoras comerciais e a flexibilização de horários, desde que autorizados e comunicados antecipadamente para a FUNTEVÊ – órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

O fim do Projeto Minerva e a introdução de cursos produzidos pela Fundação Roberto Marinho e Fundação Padre Anchieta pelas emissoras de

televisão alteram paulatinamente o foco das rádios educativas, que deixaram de atuar como centros complementares do ensino básico escolar para se voltar a uma programação orientada para os aspectos culturais e irradiação de música erudita e popular brasileira em suas ondas.

A introdução da agenda neoliberal dos governos da década de 1990 que apresenta como pilares básicos o afastamento do Estado das atividades produtivas e mercantis, deixando essa tarefa para o setor privado, a contenção de gastos públicos e o acirramento da competição entre os agentes econômicos para a promoção da evolução dessas estruturas levaram as rádios educativas estatais a sofrerem intensas dificuldades econômicas com o engessamento de seus recursos orçamentários e pressão por parte dos grandes grupos ligados à mídia, sugerindo a desintegração e a privatização da radiodifusão pública.

Com isso, a partir deste decênio, as rádios estatais passaram por intensa crise orçamentária, obrigando ao MEC adotar medidas tênues com o intuito de permitir uma passagem lenta e gradual para um sistema misto de captação de recursos para essas emissoras.

O **Ensino a Distância** (EaD) pelo rádio também cede espaço para a Internet como meio capaz de propiciar ao indivíduo o aprendizado de técnicas importantes para a sua atividade cotidiana, com a vantagem da segunda de permitir uma integração maior entre indivíduo e meio de comunicação.

Iniciou-se tal reforma, a partir de 1994, com as Portarias nº 1.014, que reformularia o SINRED e da Portaria nº 1.015, que criava o PROSINRED, um programa destinado a reequipar todas as emissoras educativas de rádio e de televisão, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. No ano seguinte, no início do primeiro mandato de Fernando

Henrique Cardoso, a FUNTEVÊ foi transferida do âmbito do MEC para a Secretaria de Estado de Comunicação do Governo (SECOM) e o SINRED foi desativado.

Em 1996, para estimular a ocupação dos canais educativos por organizações de direito privado nacional, foi baixado o Decreto nº 2.108/96, que dispensava a necessidade de promover licitação para interessados em obter licença e outorga de exploração de canais educativos. Em 1997, iniciaram-se as negociações, no âmbito do Governo Federal, para a extinção da Fundação Roquette-Pinto e sua substituição por uma Organização Social, fato que se concretizou, em janeiro de 1998, com a implantação da **Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP)**, com a finalidade de permitir a inserção de apoio cultural atendendo a regras e critérios para captação de recursos pelas emissoras estatais.

No fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, por meio da Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, o governo federal instituiu o **Serviço de Radiodifusão Comunitária**, regulamentado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, atuando eventualmente também como uma plataforma educacional para as comunidades atendidas pelas transmissões dessas emissoras e cuja missão reside em ampliar o diálogo com as sociedades que são servidas com este canal.

No mesmo ano, o então ministro da educação Paulo Renato Souza substituiu o Projeto Minerva, assinando convênio com Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), passando a transmitir o programa **Escola Brasil**, destacando ações do ministério e enfatizando problemas atuais da sociedade brasileira, especialmente nas áreas de meio-ambiente, saúde e educação básica.

Atualmente (2006), as ações governamentais no sentido de incrementar as transmissões educativas no Brasil estiveram restritas à publicação do Decreto nº 5.396, de 21 de março de 2005, que autoriza as emissoras de rádio e televisão educativas vinculadas à ACERP, constituídas como organizações sociais, de acordo com o Código Civil, a receberem recursos e veicularem publicidade, a título de apoio cultural e patrocínio a seus programas e a seus eventos ou projetos, numa tentativa clara de se reduzirem os vínculos orçamentários com o Estado Federal. Para Ferraretto (2001, p. 179), “[...] o objetivo principal é a auto-sustentação financeira, diminuindo assim, gradativamente a participação do governo federal”.

1.3 AS RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS

Durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, coube ao MEC a tarefa de expandir as cadeiras no 3º grau, a partir da abertura de novas faculdades e universidades em território nacional com a finalidade de difundir e facilitar o acesso, especialmente dos cidadãos do interior do país, ao ensino superior. Este crescimento, por outro lado, favoreceu o acréscimo de um componente novo às instituições de ensino superior (IES): a competição entre as organizações de educação superior, especialmente as instituições vinculadas a organizações privadas.

O alcance do ponto de equilíbrio entre oferta e demanda, essencialmente nas regiões com maior concentração populacional, exigiu novas políticas de divulgação das IES, o que acabou por gerar uma conseqüência positiva para a radiodifusão educativa – a elevação da quantidade de outorga de canais para

finalidades exclusivamente educativas⁹. Isto porque os canais educativos tornaram-se um meio que favoreceu a integração entre as organizações de ensino superior e os seus diversos *stakeholders*, a partir da divulgação de suas ações de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade à instituição.

Para facilitar o acréscimo do número de emissoras de caráter educacional, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 2.108/96, que dispensa a licitação para outorga de canais de radiodifusão com finalidades educativas, alterando o Decreto nº 52.795/63, que exigia a ocorrência de processo licitatório para exploração da radiodifusão no Brasil.

Por este motivo, a instalação de um meio de comunicação que possibilitasse a divulgação das ações da instituição e ao mesmo tempo atraísse pessoal para complementação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que ocorre no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) tornou-se estratégico para a permanência da instituição neste concorrido mercado de produção e difusão de conhecimentos especializados.

Não se pretende com este trabalho deliberar sobre a mercantilização da educação em nosso país e seus efeitos para a qualidade da formação do cidadão brasileiro e para o próprio futuro da nação. O que se pretende somente com esta análise é constatar um fato que, de certa forma, contribuiu para a difusão de conteúdos culturais e educativos por meio do espectro radiofônico.

De toda forma, a mensuração da quantidade de faculdades, centros universitários que dispõem de rádios universitárias em seus *campi* torna-se imprecisa em função de manobras adotadas por estas instituições para adaptar-se à legislação brasileira, a partir da organização de fundações específicas vinculadas a

⁹ Os critérios para outorga de canais educativos serão debatidos nesta dissertação em momentos posteriores.

estes centros de ensino, já que a legislação garante competência e fornece caráter preferencial para a exploração desses serviços especialmente a universidades.

Independentemente das ações de sobrevivência mercadológica das Instituições de Ensino Superior, o fomento de rádios universitárias permitiria a estas organizações sociais ampliarem sua capacidade de atender à comunidade com importantes serviços por elas prestados, possibilitando a divulgação das produções científicas relevantes para o progresso técnico-científico nacional e de suas outras formas de auxílio que estão à disposição da sociedade e que, eventualmente, poderiam ser mais acessados pelas pessoas, justamente pela pouca divulgação de suas atividades de extensão.

O conceito de extensão, aliás, posto em prática a partir da reforma universitária de 1968 sugere a inclusão de uma série de novas responsabilidades para o setor universitário, inserindo desde atividades culturais, de pesquisa e ações de caráter assistencialista. Essas atividades, historicamente, são pouco difundidas e desinteressantes para grande parte da população dado o caráter técnico-erudito das propostas acadêmico-universitárias que são divulgadas.

Para manter os públicos bem informados dentro de uma linguagem acessível a todos os segmentos sociais, as rádios universitárias colocam-se como um veículo de baixo custo e de relativa penetrabilidade.

Todavia, a linguagem distante da realidade social brasileira é um problema a ser enfrentado pelas rádios universitárias, uma vez que os centros gestores da programação destas emissoras ainda não encontraram a segmentação exata de seu ouvinte e sua efetiva função diante do quadro social local, regional e mesmo nacional.

De acordo com Blois (In FERNANDES & BARROS, 1992, p. 111):

Embora se note uma recente preocupação para popularizar a programação, seja nas TVs seja nas rádios **educativas**, na verdade a participação de representantes legítimos de segmentos populares da comunidade ainda não é uma realidade implantada que atinja os níveis de decisão das emissoras (grifo nosso).

Não foi a expansão do ensino superior pelo Brasil o terreno fecundo para o surgimento das rádios universitárias. A **primeira rádio** operada em um centro universitário brasileiro foi criada na **Universidade Federal do Rio Grande do Sul** (UFRGS) em **1º de julho de 1950**, data em que a instituição de ensino superior obtém licença para operar uma estação para fins educativos, sendo vedado o uso do canal para qualquer outra finalidade, seja cultural ou de entretenimento.

Inicialmente, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além da missão de transmitir palestras acadêmicas e de informações do observatório astronômico, também se apresentava como um laboratório experimental para alunos da engenharia da instituição.

De acordo com Ferraretto (2001, p. 140):

[...] a rádio obteve a Portaria que lhe dava poderes para transmissão por ondas hertzianas cassada no dia 31 de dezembro de 1953, em função do descumprimento das normas prescritas naquele documento por parte do professor e maestro Armando Albuquerque que passa a irradiar peças musicais, a partir dos microfones da estação universitária em ondas curtas. Com a proibição, o reitor da instituição solicita junto ao Presidente Getúlio Vargas a concessão de um canal, o qual é prometido em ondas médias (OM).

A Rádio Universidade passa a operar definitivamente em OM, no dia 18 de novembro de 1957, mantendo em grande parte de sua grade de programação a peculiaridade que acabou servindo como pretexto para seu surgimento definitivo: a transmissão de música erudita, a partir de seus microfones.

Somente seis anos após a instalação da primeira rádio universitária do país, é que ocorre a instalação da segunda emissora de caráter educativo no interior de um centro de ensino superior. Em **agosto de 1963**, a **Universidade**

Federal de Pernambuco (UFPE), aproveitando-se da expansão de canais com características educativas/culturais na região nordeste, coloca em operação sua estação em 820 Khz.

No que concerne ao aspecto laboratorial das rádios universitárias, apesar da primeira rádio universitária brasileira servir aos interesses das escolas de engenharia, os cursos de comunicação foram os que mais bem se adaptaram a esta experiência, especialmente o curso de jornalismo, já que é prerrogativa sindical a proibição do uso de estagiários em empresas jornalísticas. Portanto, a preparação do discente para o mercado profissional passa pelo manuseio teórico e prático dos equipamentos radiofônicos na própria instituição de ensino em que ele está matriculado, bem como vivencia o cotidiano de um canal de radiodifusão.

O sucateamento das instalações técnicas e o *déficit* de pessoal das rádios universitárias, especialmente as emissoras vinculadas a institutos de ensino público, prejudicam o uso tanto para fins laboratoriais – especialmente o desenvolvimento de novas linguagens e formatos radiofônicos, o que poderia incrementar o próprio estilo do veículo – bem como para atendimento ao público em geral, seja pela escassez de material jornalístico, seja pela transmissão excessiva de músicas pelas suas ondas.

Esta situação também compromete a própria formação do jovem ligado a um curso de comunicação social, já que este mantém contato com instrumentos obsoletos e arcaicos, o que desestimula o estudante a seguir carreira profissional no rádio, reduzindo a oferta de mão-de-obra qualificada e comprometendo o processo de inovação tanto no nível simbólico quanto no nível mercantil.

Um outro problema enfrentado pelas rádios universitárias, especialmente as de financiamento público, é a eventual falta de identidade dela com os cursos de comunicação de suas instituições. Apesar da necessidade de vivência para a formação do estudante de comunicação do cotidiano em redações radiofônicas, muitas das emissoras universitárias estão administrativamente subordinadas aos gabinetes das reitorias e não aos cursos ou departamentos de comunicação.

Esse distanciamento dificulta, especialmente para as disciplinas de rádio jornalismo, alterar diretrizes, formatos, estruturas e Leis internas para atender aos públicos direta e indiretamente ligados à rádio universitária, o que acaba tornando-a uma reprodutora daquilo que já é conhecido e não navegando em outras experiências que poderiam gerar uma visão divergente e inovadora frente às linguagens radiofônicas atuais.

Essa distorção se acentua quando estas mesmas emissoras passam a servir, eventualmente, como instrumento de divulgação política para reitores e outros cargos dentro e fora da instituição. Tal condição pode ser bem visível no Quadro 01 elaborado por Deus (2003) nas Universidades Federais que dispõem do rádio como veículo de comunicação.

| UNIVERSIDADE | AM | FM | VINCULAÇÃO |
|--|-----------|-----------|--|
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | 1080 | | Pró-reitoria de Extensão |
| Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) | | 107,9 | Coordenadoria de Comunicação |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | 800 | | Coordenadoria de Comunicação |
| Fundação Universidade de Rio Grande | | 106,7 | Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Fundação |
| Fundação Universidade de Ouro Preto (UFOP) | | 106,3 | Coordenadoria de Comunicação |
| Universidade Federal de Lavras (UFLA) | | 105,7 | |
| Universidade Federal de Itajubá | 1570 | | Gabinete da Reitoria |
| Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro | | 104,9 | Fundação |
| Universidade Federal de Uberlândia (UFU) | | 107,5 | Reitoria |
| Fundação Universidade Federal de Viçosa | | 100,7 | Reitoria |
| Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | | 87,9 | Faculdade de Comunicação |
| Universidade Federal do Espírito Santo | | 104,7 | Gabinete da Reitoria |
| Universidade Federal de Goiás (UFG) | 870 | | Gabinete da Reitoria |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | | 88,9 | Superintendência de Comunicação |
| Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | 820 | 99,9 | Reitoria |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | | 106,9 | Gabinete da Reitoria e Fundação |
| Universidade Federal do Ceará (UFCE) | | 107,9 | Coordenadoria de Comunicação |

Quadro 01 – Universidades Federais com Rádios Universitárias e sua inserção no Organograma (DEUS, 2003, p. 03-04)

As rádios universitárias financiadas por recursos públicos, especialmente as estações ligadas a instituições federais de ensino superior (IFES), em função da autonomia administrativa que cada universidade dispõe, não possuem padrão técnico nem em suas instalações físicas tampouco em seus equipamentos, sem falar na ausência de um direcionamento do conteúdo a ser transmitido por estas instituições. Isto acaba por onerar os custos de manutenção do ponto de vista técnico.

Quanto ao simbólico, para Deus, (2003, p. 01-02),

[...] estas rádios desde o fim do SINRED não se conversam, não se conhecem e muitas delas estão longe da participação dos alunos de jornalismo, da divulgação do conhecimento produzido no interior das universidades e da difusão de informações sobre as instituições.

Evidentemente esta desunião também reflete nas emissoras ligadas a IES dotadas de recursos estaduais e municipais, bem como as rádios ligadas a organizações privadas que não possuem um meio de intercâmbio de suas experiências, dificuldades, bem como de deliberar sobre ameaças e oportunidades futuras no campo da radiodifusão sonora educativa.

Por fim, a legislação brasileira de radiodifusão, que apesar de perpassar pelos seus artigos a função educativa das rádios, não define parâmetros sobre a função das rádios universitárias como instrumento de difusão de conhecimentos para a sociedade. Para Deus, (2003, p. 04):

Esta falta de amparo legal pode ser uma das causas que fazem estas rádios permanecerem isoladas, cada uma fazendo uma programação que entende ser a melhor, mas sem uma definição conjunta nem mesmo dentro da própria universidade a que estão vinculadas.

Esse debate sobre a ausência de considerações sobre a radiodifusão educativa universitária torna-se relevante com a criação da Radiobrás pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 6.301/75, que em seu artigo 4º permitia à União transferir para seu patrimônio as empresas de radiodifusão sustentadas pelo dinheiro público. Com isso, gerou-se uma lacuna importante para as rádios universitárias vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): não se sabia a quem pertencia estas rádios: elas permaneceriam junto às universidades ou fariam parte do patrimônio da União?

Para solucionar este impasse, as rádios universitárias foram convidadas a regularizar sua situação junto ao Ministério das Comunicações. Todavia como o Decreto nº 52.795/63 garante competência às universidades de operarem serviços de radiodifusão, as rádios universitárias permaneceram sob a custódia das IES sem, entretanto, um regulamento específico.

Somente em 1999, por meio da Portaria Interministerial nº 651/99 ainda ressaltando a impossibilidade de se veicular publicidade em suas ondas e definindo no seu artigo 1º, ainda que vagamente, qual deve ser o conteúdo a ser transmitido pelas emissoras educativas.

Como se vê, o cenário para as rádios educativas, sejam elas universitárias ou não, é bastante desafiador para seus gestores. A necessidade de financiarem-se dependendo cada vez menos das instituições públicas, sem, entretanto, publicarem reclames comerciais em seus canais. A falta de interação entre as rádios educativas, e ainda ausência de uma legislação que torne mais claro os objetivos das rádios universitárias são alguns elementos a serem solucionados pelos legisladores e administradores destes importantes instrumentos de transformação social brasileira.

1.4 A LEGISLAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE CANAIS EDUCATIVOS

A Constituição Brasileira, em vigor desde o dia 05 de outubro de 1988, baseada na plenitude de um Estado Democrático de Direito¹⁰, prevê como uma das formas de assegurar os direitos invioláveis do cidadão e da sociedade, munir o indivíduo da ampla liberdade para manifestar seu pensamento. Por isso em diversos artigos da Carta Magna Federal são mencionados, de forma explícita,

¹⁰ Estado organizado de acordo com normas escritas que visam a regular a vida social do homem em determinado território.

artigos, parágrafos e alíneas cuja finalidade é apontar princípios de como este direito deve ser desenvolvido em território nacional.

No artigo 5º, que explicita os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, as alíneas II, IV, V, IX, X, XII, XVI, XVII, XXVII e XXXIII, direta ou indiretamente, asseguram o direito do indivíduo de expressar-se, envolvendo-o de algumas garantias legais para que o cidadão tenha afeição esta prerrogativa constitucional. Evidentemente, a promoção da liberdade de pensamento ultrapassa a esfera do indivíduo e também atinge as organizações sociais, sejam elas públicas ou privadas, com propósito específico de difundir conteúdos simbólicos, seja por meios impressos ou pela radiodifusão.

Especificamente na radiodifusão, o artigo 21 da Constituição Federal, em suas alíneas XI e XII, confirma o poder do Estado nacional sobre o espectro eletromagnético, ao qual cabe explorar os serviços diretamente ou outorgando-o a terceiros, mediante o estabelecimento de algumas normas e padrões estabelecidos de qualidade. Tal postura é importante em função de o espectro radiofônico ser um bem público natural e limitado em suas quantidades de frequência, o que exige a criação e manutenção de dispositivos técnicos para evitar interferência na transmissão das mensagens que utilizam a radiodifusão como meio de comunicação, caso seu uso seja indiscriminado.

Em algumas situações, especialmente em momentos de crises institucionais ou guerras, o Estado dispõe de mecanismos que revogam algumas garantias que asseguram liberdade de expressão com a finalidade de preservação da unidade nacional. Estes instrumentos estão expressos nos artigos de 136 a 139 da Constituição brasileira.

O livre-arbítrio da manifestação de pensamento e a necessidade de se regular o espectro radiofônico, no entender dos legisladores, é tão importante que recebe um capítulo específico na Constituição Federal para tratar das normas que regulam as formas de comunicar e do uso dos recursos naturais dessas instituições em nosso país. O fragmento denominado “Da comunicação social”, organizado nos Artigos de 220 a 224, dispõe sobre como as empresas de comunicação se estabelecerão e descreve a respeito da preferência do conteúdo a ser transmitido pelas ondas eletromagnéticas, bem como apresenta os aspectos gerais para a outorga da concessão das licenças para exploração do serviço de radiodifusão brasileiro, as formas de organização do capital das companhias, a responsabilidade da produção e veiculação dos programas, e a proibição de monopólios ou oligopólios na esfera da comunicação social, que poderia dificultar a pluralidade informacional a ser disponibilizada aos cidadãos.

O Artigo 221 anuncia a necessidade dos veículos de comunicação que utilizam o espectro eletromagnético do dever de se promover a cultura nacional brasileira, com respeito aos valores sociais e morais da nação e com conteúdo que privilegie a educação e a informação, entendendo que também deve haver facilidade e estímulo ao acesso às produções artísticas, informativas e culturais regionais e locais, respeitando suas particularidades.

No Artigo 222, afirma-se que como forma de garantir a execução do artigo anterior e de evitar a transmissão de programas que firam os interesses nacionais, cabe somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, o direito de ocupar cargos de direção, administração e produção de materiais de divulgação no Brasil, limitando-se à participação estrangeira em empresas jornalísticas, de radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagens em 30% do

capital votante da organização, sem antes comunicar e passar por apreciação do Poder Legislativo sobre tal modificação acionária.

Nos Artigos 223 e 224 discutem-se sobre os critérios e pessoas competentes para autorizar ou não a renovação de outorga para concessão ou permissão para exploração dos serviços de radiodifusão no Brasil, e também a instituição de um Conselho de Comunicação Social (CCS), que fora regulamentado pela Lei nº 8.389, de dezembro de 1991.

O CCS é formado por treze membros titulares e treze membros suplentes, todos vinculados à comunicação social, organizados a partir da seguinte distribuição: quatro cadeiras para profissionais da comunicação social, quatro para empresários e cinco para outros integrantes da sociedade civil com a função de observar se a aplicação das normas constitucionais estão sendo rigorosamente cumpridas, com vistas em defender o interesse público.

De acordo com Fontes Júnior (2001, p. 100-101), o Conselho de Comunicação Social deveria ampliar a participação dos grupos de interesse nas mensagens midiáticas para que este dispositivo constitucional realmente reflita os interesses da sociedade, já que no formato em que está constituído, o CCS tenderá a apoiar as preocupações corporativas dos meios de comunicação de massa e reduzindo conseqüentemente o pluralismo informacional, exigência prevista na Constituição Federal.

O que se percebe, portanto, é que a carta régia brasileira fornece linhas gerais que visam a indicar um direcionamento das formas e dos procedimentos que as empresas de comunicação deverão adotar no sentido prioritário de atender ao interesse nacional e de garantir a tutela brasileira sobre a produção cultural, artística e informacional, com atenção especial ao conteúdo

transmitido desenvolver temáticas que elevem o aspecto educacional e ao pluralismo editorial, preservando os talentos brasileiros em todas as esferas organizacionais da radiodifusão nacional e conservando as peculiaridades regionais.

Esses parâmetros, no entanto, não são suficientes para solucionar certos conflitos entre os diversos grupos vinculados direta e indiretamente à comunicação social, preocupados com a produção, veiculação e consumo das mensagens transmitidas pelo espectro radiofônico, além de não fornecer procedimentos específicos que regulamentem a comunicação brasileira, facilitando sua operacionalização, que garantam transparência àqueles que investem seus recursos na promoção das atividades de radiodifusão em nosso país.

Para solucionar estes impasses, o Estado brasileiro institui e implementa Leis com a finalidade peculiar de disciplinar e tornar mais claros os sistemas regulatórios para a execução das diversas formas de comunicação no Brasil. A essas Leis dá-se o nome de **Direito da Comunicação**, que segundo Costella (2002, p. 39) pode ser definido didaticamente como “[...] um conjunto de normas gerais e coercitivas que regulam a existência e a atuação dos meios de comunicação”.

De acordo com Costella (2002, p. 40-41), as Leis que formam o chamado **Direito da Comunicação** não estão organizadas numa única referência. Elas estão distribuídas em diversas outras obras jurídicas. Podemos encontrá-las em três formas de normas:

- a) **Constituição** – código máximo do regime jurídico brasileiro que fornece os parâmetros gerais para a aplicação das normas de comunicação em nosso país, servindo como ponto de referência para a construção de outras Leis. Ela jamais

pode ser contradita ou contestada por qualquer outro regulamento, exceção as Emendas Constitucionais, cuja finalidade é complementar a própria carta magna.

- b) **Leis específicas para a área de Comunicação** – elaboradas com a finalidade de ajustar as formas de comunicação social no país, e
- c) **Leis não específicas da área de comunicação** – Normas que interessam ao brasileiro executor da comunicação social, sem que tal regulamento tenha sido feito com a finalidade específica de “regular a existência e a atuação dos meios de comunicação”. Por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Eleitoral.

Observa-se que a Constituição Brasileira serve como guia para a criação, instituição e implementação de outras Leis, e as principais questões levantadas pela carta magna federal nortearão as normas que complementam o entendimento e o regulamento das empresas de radiodifusão no país, inclusive a radiodifusão educativa, tendendo a afirmar-se a partir das diretrizes fornecidas pela constituição.

No caso específico da radiodifusão brasileira, elementos citados na Constituição Federal como a nacionalidade dos gestores das companhias radiofônicas, os critérios para outorga de concessão ou permissão para exploração dos serviços de radiodifusão, bem como a manifestação do pensamento são elementos que orientam e preocupam os legisladores para a criação de regras complementares vinculadas às empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

1.4.1 As Normas Específicas para a Radiodifusão Sonora Brasileira

Radiodifusão brasileira, tanto a sonora quanto a de sons e imagens, é regulada por mecanismos legais que visam a garantir equilíbrio nas relações entre

o poder concedente – representado pelo Estado Federal – e as organizações que irradiam conteúdos simbólicos através do espectro de frequência de ondas eletromagnéticas.

Para alcançar este propósito, o Estado baixa normas com a finalidade de estabelecer critérios para que aquilo que se estabeleceu na Constituição Nacional seja cumprido. Como o espectro eletromagnético para a radiodifusão tanto sonora quanto para a de sons e imagens é o mesmo, diferenciando-se quanto ao uso da frequência utilizada, as regras de instalação, funcionamento e gestão de emissoras radiofônicas ou televisivas, inclusive para as emissoras educativas, irão orientar-se basicamente pelos mesmos Regulamentos.

Grande parte das normas que estão diretamente vinculadas à radiodifusão sonora brasileira estão representadas em quadro abaixo, o qual apresenta de maneira sucinta para quais finalidades estas normas foram implementadas pelo Estado Brasileiro.

Importante informação para entender esta representação é distinguir o que são Leis, Decretos e Decretos-Leis. De acordo com Costella (2002, p.24),

[...] Leis é o texto escrito que contém normas jurídicas criadas por órgãos dotados de competência para gerar o direito [...]. Esse órgão é chamado Poder Legislativo [...]. Ainda para o autor (2002, p. 25) os Decretos e Regulamentos [...] são atos do Poder Executivo e se destinam a facilitar a execução das Leis. [...]. O Regulamento e o Decreto não podem contrariar as Leis, cabendo-lhes apenas complementá-la, para auxiliar-lhe a aplicação.

Ainda, o Decreto-Lei, como o próprio nome aponta, são orientações determinadas pelo Poder Executivo, mas que entram como força de Lei sem necessidade de passagem pelo Poder Legislativo. Este mecanismo, bastante utilizado pelos governos de Getúlio Vargas e pelos militares que comandaram o Brasil de 1964 a 1985, deixou de existir com a promulgação da Constituição de

1988. Por último, Portarias são as determinações estabelecidas por repartições do Poder Executivo, especialmente ministérios e secretarias para regular e tirar as dúvidas sobre determinado assunto.

Tal diferenciação se faz necessária para que se melhor compreenda o momento histórico brasileiro para a publicação dessas normas: as primeiras Leis referem-se à necessidade de se organizar as formas de exploração das novas tecnologias da informação que estavam se inserindo em território nacional.

| Tipo de Norma | Nº da Norma | Ano da Publicação | Nome Vulgar | Competências |
|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------------|--|
| Leis | 4.117 | 27/08/1962 | Leis de telecomunicações | Instituir o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| Decreto | 52.056 | 20/05/1963 | - | Aprovar o regulamento para execução da Lei de telecomunicações |
| Decreto | 52.795 | 31/10/1963 | - | Aprovar o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão |
| Leis | 5.250 | 09/02/1967 | Leis de informação ou imprensa | Regular a liberdade de expressão e de informações |
| Decreto-Lei | 236 | 28/02/1967 | - | Modificar a Lei de Telecomunicações |
| Leis | 6.301 | 15/12/1975 | Leis da Radiobrás | Institui a Radiobrás |
| Decreto | 77.698 | 27/05/1976 | - | Regulamentar a constituição da Radiobrás |
| Decreto | 84.134 | 30/10/1979 | - | Regulamentar a profissão de radialista e define o que são empresas de radiodifusão |
| Decreto | 97.057 | 10/11/1988 | - | Alterar os títulos I, II e III da Lei de telecomunicações |
| Decreto | 2.108 | 24/12/1996 | - | Alterar dispositivos do regulamento dos serviços de radiodifusão. |
| Leis | 9612 | 19/02/1998 | Leis das Rádios Comunitárias | Instituir o serviço de Radiodifusão Comunitária |
| Decreto | 2.615 | 03/06/1998 | - | Regular o serviço de Radiodifusão Comunitária |
| Portaria Interministerial | 651 | 15/04/1999 | - | Estabelecer critérios para outorga de canais educativos |

Quadro 02 - Legislação aplicável à radiodifusão sonora brasileira em ordem cronológica

Posteriormente, o regime militar vai ampliar a quantidade de sanções específicas ao uso da comunicação e a manifestação do pensamento, visando a restringir a liberdade de expressão em nosso país. No último momento, com a abertura política, as novas orientações vêm para ampliar as liberdades individuais, inclusive as de expressão em nosso país, fortalecidas a partir da instituição e regulamentação das **Rádios Comunitárias** no Brasil.

1.4.2 Regulamentos para a Criação e Instalação de Rádios Educativas no Brasil

O Artigo 221 da Constituição Federal – preocupado com a necessidade de veicular programas com conteúdos que contemplem a educação, a cultura, a informação e a preservação das características regionais de uma determinada sociedade – sugere aos poderes públicos que se estabeleçam meios para que seus princípios sejam atendidos. Para que esta ordem constitucional ganhe contornos concretos, o Estado brasileiro, entre outras medidas, disponibiliza no espectro eletromagnético canais criados especialmente para o desenvolvimento de radiodifusão sonora com fins educativos em Freqüência Modulada (FM).

Basicamente não há distinção para a solicitação, criação e instalação de uma Rádio Educativa e uma Rádio com finalidades mercantis. A principal diferença descrita pelo Decreto nº 2.108/1996, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, em seu Artigo 13 – parágrafo 1º - é a dispensa de necessidade de licitação para solicitação de outorga de canal para exploração de serviços de radiodifusão para fins exclusivamente educativos e culturais. O Decreto nº 52.795/1963 é o principal instrumento jurídico que regulamenta os serviços de radiodifusão em nosso país.

A Portaria Interministerial nº 651/1999 é a norma atual que define os parâmetros da radiodifusão educativa no país, a qual fornece traços claros da distinção entre as rádios com programação comercial e as rádios com caráter educativo, destacando-se a exclusividade da irradiação de programação educativo-cultural e de não ser jamais utilizada para fins mercantis, além da perenização do canal para atender unicamente a este propósito social.

A intenção dos legisladores com esta prática é facilitar e reduzir os entraves burocráticos àqueles que pretendem explorar serviços de radiodifusão com finalidades educativas. Sem a necessidade de licitação, os procedimentos de pedido de cessão de canal para exploração de serviços de radiodifusão sonora reduzem-se à entrega da documentação necessária para a habilitação jurídica e a observação de disponibilidade de canal exclusivo para este fim no **Plano Básico de Distribuição de Canais**, acessível para consulta nas páginas eletrônicas do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)¹¹ em Delegacias do Ministério das Comunicações nos Estados da Federação, ou ainda na Secretaria de Serviços de Radiodifusão, no próprio Ministério.

Para detectar durante a consulta do Plano Básico de Distribuição de Canais, quais frequências são voltadas para fins educativos, deve-se observar a letra “E” junto do prefixo do canal, o que indica o seu uso para fins apenas educativos. Os canais voltados para atividades comerciais não são sucedidos com esta designação.

Quanto à disponibilidade de espaço no espectro eletromagnético, o Estado fornece canal em Freqüência Modulada, entre outros fatores, devido à qualidade do som produzido e pela limitação geográfica do alcance das ondas

¹¹ Disponível em <www.mc.gov.br> e <www.anatel.gov.br>. Acesso 23 mar 2006.

moduladas em sua freqüência, não superior a 150 Km, o que permite uma maior interiorização das rádios educativas, bem como de estimular a produção local e regional em consonância com o Artigo 221 da Constituição Federal.

As pessoas competentes para a execução dos serviços de radiodifusão no Brasil estão explícitas no Artigo 7º do referido Decreto, sendo aptas a solicitarem a outorga de um canal de radiodifusão sonora educativa às seguintes pessoas jurídicas de direito público interno¹²:

- a) a União;
- b) os Estados brasileiros;
- c) os Municípios;
- d) as Universidades brasileiras;
- e) as Sociedades Anônimas, subscritas exclusivamente por brasileiros natos e
- f) as Fundações¹³ instituídas por particulares nos termos do Código Civil.

Entretanto, consideram-se como pessoas capazes de pleitear a cessão de um canal para veiculação de mensagens educativas e culturais, as organizações listadas das alíneas de “d” a “f”. Com relação à documentação, essas pessoas deverão protocolar junto ao Ministério das Comunicações as seguintes informações para pedido de outorga de exploração de canais educativos:

- a) Preenchimento de requerimento com reconhecimento de firma dos representantes legais da requerente, informando nome e endereço completo da instituição solicitante, o prefixo do canal disponível e a cidade em que o serviço será explorado.

¹² Pessoas jurídicas que estão sob a exclusiva ação da legislação brasileira.

¹³ Grosso modo, consideramos fundação as pessoas jurídicas de direito público interno sem fins lucrativos, formadas com capital privado, público ou misto para atender a determinada finalidade social específica, como, por exemplo, difundir a educação no Brasil.

- b) Declaração do representante legal da instituição de que não participa de nenhuma outra empresa que presta serviços de radiodifusão à sociedade e que não está no exercício de nenhum cargo ou mandato que lhe conceda foro privilegiado ou imunidade parlamentar e que acatará irrepreensivelmente o disposto no Decreto nº 236/67.
- c) Declaração da entidade solicitante devidamente assinada e reconhecida pelos órgãos competentes por seu representante legal, o qual ele se compromete a cumprir a Portaria Interministerial nº 651/1999, bem como as outras normas aplicáveis à radiodifusão educativa.

Se não houver canal educativo disponível em determinada localidade de interesse de exploração desta categoria de serviços, o requerente deve promover estudos de viabilidade técnica, com profissional capacitado e habilitado pelo Ministério das Comunicações e sem ônus para o Estado, em sua localidade preferida. Após esse momento, o pretendente envia junto às documentações prévias, um requerimento solicitando a outorga para execução de serviços de radiodifusão e a perícia técnica. Este pedido, todavia, não obriga o Estado a emitir parecer favorável de consignação de canal ao requerente.

Essas certidões têm a função de facilitar a identificação dos responsáveis pela emissora radiofônica para que este possa responder em juízo caso haja descumprimento das normas vinculadas direta e indiretamente à radiodifusão brasileira, bem como de permitir a pluralidade editorial das instituições que exploram o espectro eletromagnético em determinada região.

Em anexo aos atestados, o artigo 15 do Decreto nº 52.795/1963 prevê que deverão também constar no processo de solicitação de canal educativo

os seguintes papéis: ato constitutivo da organização, também conhecido como contrato social da empresa, incluindo-se dentre seus objetivos a execução dos serviços de radiodifusão. Exige-se também o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício fiscal, sendo vedada a sua substituição por balancetes provisórios e uma certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica requerente. Esses balanços são importantes, já que confirmam a capacidade da organização de manter a emissora educativa, já que ela não deverá contar com recursos oriundos do mercado publicitário, a não ser em caso de apoio cultural.

Além dessas declarações, faz-se necessário provar a regularidade fiscal do requerente, o qual deve apresentar prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver; além das provas de adimplência relativas à Seguridade Social, ao FGTS e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade. Para isso, deve-se solicitar junto aos órgãos competentes certidões negativas de débitos fiscais em todas as esferas da administração pública, como demonstração da boa relação com o fisco que a instituição solicitante mantém.

Ainda, deve-se apresentar documentação referente ao representante legal da instituição, fornecendo material pertinente a suas obrigações junto à sociedade, às quais se incluem: prova de condição de brasileiro nato, obtido com fotocópia autenticada da Certidão de Nascimento ou Casamento; certidão dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protesto de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas e prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral,

demonstrando assim a dignidade e a idoneidade cível, criminal e eleitoral do representante da instituição outorgante do canal educativo.

Toda a documentação mencionada, exceção àqueles que tenham validade pré-determinada, deverá ser firmada e expedida com no máximo noventa dias da data da entrada dos papéis no Ministério das Comunicações. Após esse prazo, a empresa proponente do canal poderá ser inabilitada do processo de solicitação de outorga.

Conforme o manual produzido pelo departamento de outorga de Serviços de Radiodifusão, órgão da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, vinculado ao Ministério das Comunicações (BRASIL, 2002, p. 07) “se a área de cobertura da emissora estiver próxima às fronteiras brasileiras, o requerente deverá solicitar um documento de consentimento do Conselho de Defesa Nacional, em acordo com o Artigo 9º do Decreto nº 85.064, de 16 de agosto de 1980, que define o *modus operandi* da Lei n. 6.634/1979”.

Também como forma de facilitar o acesso às informações e aos responsáveis pelo conteúdo noticioso transmitido nas emissoras, a Lei nº 5260/1967 em seu artigo 9º, inciso terceiro exige o registro da empresa de radiodifusão no cartório de registro de pessoas jurídicas, geralmente órgãos anexos às juntas comerciais dos estados. Neste registro deverá conter dados referentes a designação da emissora, tanto a razão social quanto o nome fantasia, sede de sua administração e local da instalação dos estúdios da emissora; além do nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor e do redator-chefe responsável pelos programas da entidade.

De acordo com Costella (2002, p. 164):

O objetivo da Lei, com esse registro, é fazer com que se torne fácil e inconfundível a identificação e localização dos responsáveis legais, na hipótese de ocorrerem abusos da liberdade de expressão. Como

é público o acesso às informações do registro, qualquer pessoa pode, consultando-o, inteirar-se pormenorizadamente da constituição do veículo de comunicação e seus responsáveis. Além do mais, essa publicidade garante a divulgação também da nacionalidade dos dirigentes e proprietários, e atende assim à preocupação expressada pela Constituição Federal em seu artigo 222.

Após o protocolo da documentação, o requerente deverá preocupar-se com o Artigo 28 do Decreto nº 52.795/1963, o qual exige a publicação do contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo máximo de vinte dias após sua assinatura. O contrato passa a ter validade após a divulgação do convênio. Além disso, o concessionário deve submeter o projeto de instalação da emissora no prazo máximo de seis meses posteriores à subscrição do acordo, com possibilidade de uma renovação por igual período e iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no limite máximo de trinta e seis meses, sem esquecer do respeito às cláusulas constitucionais e às minutas anteriores, especialmente a observação dos cargos gerenciais ser ocupado por brasileiros natos com aprovação prévia do Ministério das Comunicações.

A assinatura do contrato é feita conforme discorre o Artigo 223 da Constituição Federal, que prevê deliberação do Congresso Nacional antes da aprovação da cessão da outorga, com prerrogativa exclusiva do Presidente da República.

Em linhas gerais, estes são os procedimentos legais para a instalação de uma rádio educativa em território brasileiro. Evidentemente, este fragmento não apresenta a intenção de esgotar o assunto, nem tampouco prevê o uso de linguagem técnica jurídica propriamente dita, o que prejudicaria o entendimento do indivíduo não especializado em questões de ordem legal.

Sem jamais desrespeitar àqueles que mantiverem contato com esta pesquisa, a opção do estudo é a de privilegiar os leitores da área de comunicação e

afins, sejam discentes ou não, com especialização em outros domínios terminológicos específicos e não propriamente o campo lexicológico do direito brasileiro.

Também não é de interesse desta análise, debruçar-se a deliberar o âmago da legislação brasileira e apontar os possíveis equívocos e contradições das normas nacionais, sob o risco de ampliar demasiadamente o foco de observação.

O ponto fundamental neste fragmento é de contribuir para uma possível discussão e apontar procedimentos operacionais, do ponto de vista da comunicação e da radiodifusão sonora, que facilitem ao leitor leigo o acesso a este tipo de linguagem que discorre sobre questões técnicas para a criação de veículos de comunicação em nosso país.

De alguma forma, as rádios educativas distribuídas pelo nosso país sempre estiveram à mercê dos Regulamentos estabelecidos tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo Poder Executivo, independente dos estados em que elas estão inseridas.

Para um entendimento além da esfera jurídica, cabe-nos realizar um recorte para melhor compreensão de como se constituem as rádios educativas em nosso país. Para isso, escolheu-se o Estado de São Paulo como fonte de análise para os demais aspectos que envolvem a constituição de uma rádio com caráter exclusivamente educativo, seja em função da proximidade do autor desta pesquisa com este estado, seja pelo fato de a base desta proposta estar inserida nesta região política brasileira.

2. A RADIODIFUSÃO SONORA EDUCATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo constitui-se na seara do século XXI como um dos principais centros de difusão de princípios e ações econômicas, políticas e sociais que contribuíram para a constituição histórica de nosso país. Especialmente, a partir da introdução da cultura cafeeira tempos depois a partir da segunda metade do século XVIII, o estado de São Paulo acabou se tornando o principal estado da federação a partir da década de 1930.

O êxodo rural ocasionado pela mudança de foco econômico e a oportunidade surgida para ocupar a faixa de mercado deixada pela falência de diversas empresas em todo mundo, em função da quebra da bolsa de *New York* em 1929, permitira o direcionamento do excedente de capital oriundo do cultivo do café para o ramo industrial.

Naturalmente, a introdução da indústria e o aumento da população nos municípios paulistas permitiram ao estado, e em especial, à cidade de São Paulo gerar interesse pela atração de emissoras radiofônicas com a finalidade de integrar a população migrante aos novos rumos e hábitos trazidos pela industrialização.

Antes disso, o estado já dispunha de recurso humano para a promoção de algumas experiências com a radiodifusão. Apesar de controvertida, as primeiras irradiações de sons pelo espectro radiofônico paulista que se tem notícia datam de 1893, a partir dos experimentos do Padre Landell de Moura que do alto da Avenida Paulista para o Alto do Santana emitiu as primeiras vozes através da técnica ainda conhecida como Telefonia Sem Fio (TSF).

2.1 A RADIODIFUSÃO SONORA E EDUCATIVA NA CAPITAL PAULISTA

A radiodifusão sonora ganha caráter definitivo no espectro de São Paulo em 10 de dezembro de 1923, meses após a fundação da Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, quando a **Rádio Educadora Paulista**, com prefixo **SQ1-G**, passa a operar com um pequeno transmissor de 10 *watts* em uma das torres do Palácio das Indústrias, em construção no Parque D. Pedro II, na capital paulista. Algum tempo depois, já com seu prefixo definitivo, PRA-6, transferiu-se para sua nova sede, na Rua Carlos Sampaio nº 5, no bairro do Paraíso.

De acordo com Tavares (1997, p. 53), os estudos para implantação desta emissora em território bandeirante já datavam de tempos anteriores quando os engenheiros Luiz Ferraz de Mesquita e Leonardo Yancey Jones Júnior instalaram uma antena e um receptor na residência de Mesquita. O Sr. Leonardo Jones Júnior permanecerá à frente da estação como diretor técnico por um longo período.

A instalação destes equipamentos na casa do Sr. Mesquita foi noticiada com entusiasmo pelo jornalista Pinheiro Júnior em 21 de dezembro de 1923, pelo jornal “O Estado de S. Paulo” *apud* Rocha (1993, p. 11-12).

Ora, desde que muitos cidadãos, entre os quais vários engenheiros se reúnem assim para introduzir a T. S. F em São Paulo, é de esperar que a idéia pegue, e logo tenhamos um grande posto emissor, e os aparelhos receptores se multipliquem pelas famílias, pelos comerciantes, pelos fazendeiros [...].

Da mesma forma que no resto do país, a **Rádio Educadora Paulista** surgiu do idealismo de um grupo de cidadãos que após a atitude de Roquette-Pinto desenvolvida no Rio de Janeiro, resolveram engajar-se nas pesquisas sobre radiotelegrafia no estado de São Paulo. Estas pessoas, engenheiros, comerciantes, políticos e sujeitos da alta sociedade organizaram-se em

clubes que sustentavam a emissora, a partir da contribuição mensal dos seus componentes, em média no valor de cinco mil réis. Além da necessidade de se ampliar o conhecimento sobre TSF, essas sociedades apresentavam em seus estatutos, a finalidade de massificar a educação em nosso país.

Naturalmente, as contribuições de seus sócios tornavam-se insuficientes para a ampliação do empreendimento radiofônico, o que exigia o estabelecimento de estratégias para angariar a adesão das classes políticas e da sociedade paulista para a importância da iniciativa. Uma das ações neste sentido foi a demonstração do potencial desta nova tecnologia feita diretamente ao governador do estado, à época o Sr. Washington Luis e a outras autoridades no Palácio dos Campos Elíseos, em março de 1924.

Ainda em junho do mesmo ano, a capital paulista vê surgir sua segunda estação radiofônica: a **Rádio Club São Paulo**, formada e organizada nos mesmos padrões da Rádio Educadora Paulista, e que vai naquele instante alternar o ritmo das transmissões radiofônicas paulistana. A Rádio Educadora ia ao ar todos os dias das 16 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos e das 21 às 22 horas e 30 minutos e a **Rádio Club São Paulo**, com periodicidade menor em função dos diversos problemas técnicos, disponibilizava sua programação pelo espectro às terças, quintas e sábados das 15 às 16 horas e das 20 às 21 horas.

Com relação à programação, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro em que as primeiras emissoras, e em especial a Rádio Sociedade, dispunham de um caráter eminentemente educativo e erudito, as rádios paulistanas também se ocuparam de oferecer aos ouvintes músicas populares e consideradas de mau gosto na época como tangos, maxixes e samba, ao lado de peças clássicas e óperas.

A PRA-E também repassava a sua audiência resultados de jogos de futebol, previsão do tempo e informações econômicas como as da Bolsa de Mercadorias e Futuros, conhecimento importante para a elite abastada ouvinte das emissoras paulistas, já que ainda o café era o principal produto da pauta de exportações brasileiras e a predominância da produção e controle do preço do produto estava nas mãos do estado, sem deixar, por outro lado, de realizar campanhas importantes como os combates ao alcoolismo e palestras, gênero de programa bastante comum nos primórdios do rádio em nosso país.

No aspecto técnico, as transmissões eram freqüentemente interrompidas ou intercaladas de ruídos e sons desagradáveis já que as emissoras paulistanas não dispunham de capital suficiente para investir na melhoria de equipamentos e em suas instalações. O pequeno transmissor de 10 *watts*, funcionando a bateria tornava comum a ausência de sinal para os aparelhos receptores paulistanos.

A **Rádio Educadora Paulista**, após relevantes serviços à radiodifusão brasileira, foi encampada pela Rádio Gazeta de São Paulo, permanecendo até 1997 como parte do patrimônio da Fundação Cásper Líbero. A Rádio Clube São Paulo, após uma trajetória de mais de quarenta anos a serviço da radiodifusão, tendo revelado inúmeros profissionais para a carreira radiofônica e tendo sido a primeira emissora a transmitir uma rádionovela de autor brasileiro, “Fatalidade” de Oduvaldo Viana, foi fechada pelo golpe militar de 1964.

2.2. UM PANORAMA SOBRE A RADIODIFUSÃO PAULISTA

Com relação ao interior e ao litoral no ano de 1924, temos o surgimento das primeiras estações de rádio dessas localidades. A primeira emissora do interior paulista é fundada na cidade de Ribeirão Preto, no dia 20 de outubro com o nome de **Rádio Clube de Ribeirão Preto**; em Santos foi fundada em 26 de dezembro a **Rádio Clube de Santos Estação Miramar**, hoje, Rádio Clube de Santos S.A..

Em 1925, na cidade de Franca, o rádio passou a falar pelas ondas da PRB-5 **Rádio Clube Hertz**, quando sua concessão para irradiar sons pelo espectro radiofônico foi cassada pelo regime militar de 1964.

As emissoras interioranas adotaram programação semelhante às suas congêneres que irradiavam a partir do Rio de Janeiro, até então capital federal, em função do indiscutível padrão técnico e capacidade de atração de personalidades e artistas de prestígio nacional. Já na capital paulista, provavelmente pelas barreiras geográficas naturais, as ondas hertzianas emitidas pelas estações cariocas praticamente não atingiam a capital paulista ou eram captadas pelos receptores radiofônicos paulistanos com baixa nitidez e excesso de ruídos.

Outra razão possível pela pouca penetração das rádios do Rio de Janeiro em São Paulo pode ser conferida também pela proximidade da frequência das principais rádios paulistas: **Rádio Record de São Paulo** e **Rádio Difusora**, que trabalhavam em 1000 *Kwh* e 960 *Kwh*, respectivamente; enquanto a Rádio Nacional, a principal estação rádiodifusora brasileira da época, operava em 980 *KWh*.

Em 1926, a **Sociedade Rádio Cruzeiro do Sul** implantou uma emissora na cidade de São Paulo – a PRD-2. Em 1928, na cidade de São José do

Rio Preto, interior do estado de São Paulo, nascia a PRB-8 **Sociedade Rádio Rio Preto**.

O rádio em São Paulo teve, pois, chance de desenvolver-se com uma programação própria, favorecendo a formação de uma série de profissionais que muitas vezes transpunham o cotidiano da vida urbana para as crônicas, *sketches* e demais programas radiofônicos. Vários desses profissionais foram posteriormente para o Rio de Janeiro, ajudando a construir a fama das rádios cariocas (CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 1984, p. 18).

Os contornos técnicos e geográficos que limitavam a ação das principais rádios cariocas em território paulistano permitiram o desenvolvimento de uma programação de reconhecimento local, preocupando-se especialmente com as peculiaridades da capital como características de bairros de São Paulo e sotaque específico, o que conferia à programação das estações da capital paulista um caráter *sui generis*.

Com o intuito de resolver os seus problemas técnicos, a **Rádio Educadora Paulista** iniciou um movimento em fevereiro de 1925 para conseguir recursos financeiros para a aquisição de um aparelho retransmissor de 1000 *watts* de potência. Tal instrumento permitiria a ampliação das irradiações da estação para áreas mais distantes, atingindo também o interior do estado.

Para isto, a emissora articula seus ilustres sócios e os políticos do estado que obtêm o aval do governo estadual para o fornecimento de subsídios monetários e a concessão de um terreno para a construção de sua sede. Ela também promove por meio de sua programação, campanha junto à população paulistana para orientar recursos para a conclusão deste grandioso empreendimento para São Paulo.

A contribuição mensal dos associados era de cinco mil réis o que não correspondia, no total das arrecadações, às necessidades reais da Rádio Paulista. Foi da análise dessa situação econômica insatisfatória, que o Dr. Bento Bueno resolveu estabelecer uma subscrição, que ele encabeçou e foi aberta por uma comissão

presidida pelo conde Sylvio Penteado, que resultou na soma de 195.500\$000. O número de Rádio que traz essa notícia evidencia alguns dos doadores e notam-se entre eles: RCA dos Estados Unidos com "cinco contos de réis", conde Matarazzo com "dez contos de réis" e vários outros com "cinco contos de réis". Conforme Radio, nº. 4, ano III, 1926, p. 59. In FEDERICO (1982, p. 41).

Embora a subscrição e subsídios das Câmaras Municipais se elevassem a 253 "contos", o preço da nova estação superava essa quantia, pois se elevava a "290 contos" (já pagos) e "39 contos" da estação de 10 *watts*, o que resultou num *déficit* de "76 contos de réis". Os próprios diretores, na ansiedade de verem os seus ideais realizados, desembolsavam quantias consideráveis para a conclusão dos empreendimentos.

Em junho de 1926, já utilizando o novo transmissor de 1000 *watts*, a SQ1-G – **Rádio Educadora Paulista** aumenta os horários da sua programação, irradiando através do espectro radiofônico também no período matutino. Assim, a estação opera em três turnos: pelas manhãs, das 11 às 12 horas, às tardes, das 16 às 18 horas e às noites, das 19 às 22 horas.

Também organiza um departamento de "*broadcasting*" para planejar e desenvolver programas "[...] como o **Quarto de Hora da Criança**, às 17 horas e 30 minutos, com a Tia Brasília, uma professora, assim batizada em concurso, promovido entre os ouvintes, cujo nome verdadeiro não aparece, mas que se trata da irmã da Sra. Pérola Byington [...]" (Sampaio, *apud* Rocha, 1991, p. 16).

Em setembro do mesmo ano, a emissora lança um curso para ensino da literatura e língua inglesa e em outubro, "[...] Tia Brasília inicia campanha filantrópica para a compra de aparelhos de rádios para as crianças de hospitais e asilos" (Sampaio, *apud* Rocha, 1991, p. 16)

Os problemas econômicos da **Rádio Educadora Paulista** se intensificam com a inauguração de suas novas instalações no dia 25 de novembro

de 1926. Mesmo com a abertura de sua suntuosa acomodação situada na Rua Carlos Sampaio n. 05, no bairro Paraíso realizando a primeira irradiação simultânea em parceria com a **Rádio Clube do Brasil** com sede no Rio de Janeiro, transmitindo um concerto musical diretamente do teatro municipal da capital federal.

Em 1927, a emissora não consegue conquistar novos sócios para financiar sua estrutura e operação e alguns deles tornaram-se inadimplentes junto à estação. Com isso, a **Educadora** vê-se obrigada a utilizar outros subterfúgios para manter o empreendimento em pleno funcionamento como rifas e de uma velada publicidade em suas ondas, utilizando-se do que é hoje conhecido como apoio cultural.

O que se vê é a tentativa não somente da **Rádio Educadora**, mas de todas as rádios paulistas com estrutura de financiamento baseado nas contribuições de seus sócios-ouvintes, alternativas para atração de novos interessados em compor o corpo de mensalistas das emissoras. Para isto, era necessário integrar-se mais e mais ao cotidiano das pessoas.

Sob este auspício, ainda em novembro de 1927, a Rádio Educadora é a pioneira na transmissão de um jogo de futebol pelo espectro radiofônico, enviando um *speaker* para São Januário no Rio de Janeiro, ainda capital federal, para narrar a final do campeonato brasileiro, inaugurando um gênero muito importante no rádio atual que são as transmissões esportivas.

Também em novembro, a **Educadora** lança o primeiro programa que dispõe de uma designação. Seu nome era "Erla", em alusão a um aparelho receptor de mesmo nome comercializado no estado, o que confirma mais uma vez o uso do canal da emissora para a promoção de uma incipiente publicidade para financiar seu funcionamento, e também demonstra o esgotamento do modelo

baseado em sócio-contribuintes que não oferecem recursos suficientes para mantê-la em funcionamento.

Em 1929, a **Rádio Educadora Paulista** altera o prefixo para PRA-E, deixando para trás o já conhecido SQ1-G. Já acossada pela concorrência da **Rádio Record** fundada no ano anterior, a emissora educativa promove uma popularização de sua programação desenvolvendo teatro pelo rádio, programas voltados para o público feminino e um incipiente rádio-jornalismo, com matérias assinadas pelas principais agências de notícias do planeta.

Também no mesmo ano, elabora pesquisa junto à população infantil para conhecer os programas preferidos das crianças para serem ouvidos nos intervalos de aulas nas escolas. Os resultados apontaram o gosto mirim por contos de fadas, contos sobre história do Brasil e história de animais.

Colocando em prática, os dados obtidos da pesquisa elaborada em meados de 1929 junto à população jovem de São Paulo, a **PRA-E** elabora programas para atender aos jovens em idade escolar em dois períodos: das 10 às 10 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 15 horas.

Em 1930, o rádio finalmente é percebido como um grande instrumento para fins políticos em São Paulo. A efervescência do movimento político paulista, cuja elite sofrera os abalos da grande depressão econômica de 1929, desencadeado pelo *crack* da bolsa de *New York*, é intensificado quando durante a sucessão presidencial de 1930, o presidente do país, à época, o ex-governador de São Paulo, Washington Luis, tendeu suas ações para a eleição do também paulista Júlio Prestes rompendo com o ciclo político conhecido como “Política do Café com Leite” estabelecido desde a Velha República e desagradando a classe oligárquica mineira, que alternava com os paulistas no poder. Com isso, as oligarquias do

restante do país uniram-se para reduzir o poder dos cafeicultores paulistas promovendo a Revolução de 1930, elevando ao posto de governante o Gaúcho Getúlio Dornelles Vargas.

A **Rádio Educadora Paulista**, naturalmente, orientou-se conforme os interesses da classe dominante paulista, sua principal financiadora, e apoiou Júlio Prestes e seu vice Vital Soares para a sucessão do presidente Washington Luís, defendendo a continuidade dos paulistas no poder por meio de propaganda aberta emitidas em suas ondas. Com o fim da hegemonia paulista no Palácio do Catete pela derrota na revolução, a **PRA-E** sofre diversos golpes simultâneos: com a falta de respaldo político, padecendo da intervenção do governo federal que alterou todo o corpo diretivo; com a perda do apoio do jornal “O Estado de S. Paulo” que deixa de publicar sua programação em suas páginas e também o processo de disputas internas que prejudicam a organização da emissora.

Estes fatores fazem com que paulatinamente, a **Educadora Paulista** deixe o gosto do público do estado de São Paulo que passará a ser ocupado pela **Rádio Sociedade Record** que apresentava uma proposta mais experimental com alterações mais constantes em sua programação com a finalidade de aproximar a rádio do gosto popular, a partir do uso de uma linguagem menos pomposa e formalista, o que realmente se configurou nos anos seguintes como uma estratégia vencedora.

Para se ter uma idéia da diferença técnica e patrimonial entre a **Educadora Paulista** e a **Rádio Record**, o Almanaque do Rádio faz uma excêntrica metáfora comparando a Record com um doente e promovendo veladas críticas às formalidades da PRA-E e apresentando os passos que cada uma das emissoras adotaram em sua história:

Não está registrada regularmente a data de seu nascimento. Em parte se explica. Veio ao mundo modestamente e durante boa parte de sua existência foi uma gata borralheira que via com olhos compridos a vida faustosa da vizinha [...]. Era a Rádio Educadora Paulista, filhinha de papai, acostumada desde os primeiros dias aos mais ricos recursos. Enquanto a Educadora passeava pelas ondas da manhã, à tarde e à noite, vestindo tudo do estrangeiro, morando em casa própria e freqüentada por aristocratas, a Record saía quando podia e daquele jeitinho. Morava de favor num barracão vagabundo da Praça da República. [...] A Educadora grã-fina de todos os ambientes acabara de topar uma parada amarga: fizera a campanha política de Júlio Prestes [...]. Agora estava nas mãos dos rebeldes vitoriosos e com um destino indeciso [...]. Foi indo, foi indo, pegando os descontentes da Educadora e os primeiros entusiastas do microfone, até que estourou a revolução de 32! E vejam que ironia: uma das razões que deixaram a Educadora falando sozinha, fizeram da Record uma gigante. In Almanaque do Rádio (1951, p. 04-05)¹⁴

A predominância e a preferência do gosto popular pela **Rádio Record** intensificam-se quando assume a liderança da emissora o jornalista Paulo Machado de Carvalho, em 1931, que promove mudanças substanciais na estação paulista, fornecendo os contornos para aquilo que seria a rádio-empresa, voltada a garantir audiência para ampliar o custo de seus “reclames” e a rentabilidade do negócio, utilizando uma linguagem radiofônica bastante coloquial.

Ao contrário da **Record**, a **Rádio Educadora Paulista** mantinha um padrão lingüístico bastante sofisticado. De acordo com Duarte (2000, p. 27), “[...] o apego à norma culta ficava claro no nível exigido para contratação de locutores, dando-se preferência a pessoas mais qualificadas culturalmente, como acadêmicos de direito [...]”.

Ainda sobre a **Educadora Paulista**, apesar dos constantes conflitos internos, que acabam minando seu vigor na disputa pelo público paulista, a emissora resiste aos problemas, atuando na criação de novos programas voltados à

¹⁴ Algumas palavras em português arcaico foram adaptadas para a norma gramatical atual.

população desenvolvendo aulas de ginástica pelo rádio, algo inédito no *broadcasting* brasileiro no início do mês de maio de 1932.

Seguindo a **Rádio Record**, líder de audiência no estado de São Paulo, mais uma vez a **Educadora Paulista** se esmera em assuntos políticos importantes. Desta vez, como já fora mencionado, o evento é a Revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo, em 1932, que exigia que o governo revolucionário, que assumira o poder dois anos antes, dotasse o país de uma Constituição, conforme havia sido anunciado durante o golpe. O governo provisório demorava em convocar uma nova Assembléia Constituinte, deixando a impressão que se pretendia manter na liderança do país.

A **PRA-E** emite boletins madrugada adentro a favor do movimento revolucionário paulista, que estourara em 09 de julho de 1932, pela voz do locutor Itá Ferraz de Campos que alcança *status* de herói estadual, juntamente com outros *speakers* de outras emissoras como César Ladeira. Mais uma vez, as lideranças paulistas sucumbiram às forças federais, mas conseguiram apressar a promulgação de uma nova Constituição em 1934, graças a ação das estações paulistas de radiodifusão sonora, incluindo a Rádio Educadora Paulista.

Deve-se ressaltar um movimento importante ocorrido entre as rádios paulistas no ano de 1932, provavelmente ainda fruto das seqüelas ocasionadas pela derrota paulista na Revolução Constitucionalista: as emissoras negavam-se a transmitir a “Hora Nacional”, conhecida pelas rádios paulistas como a “Hora do Catete”, embrião da “Hora do Brasil”, com a finalidade de transmitir propagandas de interesse do governo federal.

Este movimento, que ficou conhecido como a “Hora do Silêncio”, acaba por promover alterações nos procedimentos de transmissão do programa

oficial, como transferência das custas com linhas telefônicas para se fazer a transmissão do programa e a permissão às estações acrescentarem mais um anúncio por hora em sua grade de programação como forma de compensar o uso do espectro radiofônico concedido às emissoras, além do que estabelecia o Decreto nº 21.111/32.

Em 1933, as rádios brasileiras passaram por uma nova mudança em seu prefixo. A **Rádio Educadora Paulista** assumiu o definitivo prefixo PRA-6. No ano seguinte, a capital paulista vê a ampliação da quantidade de estações de rádios a sua disposição. Destaca-se a criação da **Rádio Cultura** (PRE-4), que fora criada a partir da burlesca estação DKI – **Voz do Juqueri** - que surgira clandestina na garagem da residência do Sr. Cândido Fontoura. A emissora torna-se legal e, definitivamente, irradia sinais a partir do dia 16 de junho, tendo à frente os senhores Dirceu e Olavo Fontoura como seus primeiros proprietários.

A DKI – **Voz do Juqueri** era conhecida na capital pelos seus programas humorísticos com destaque para o personagem criado por Vital Fernandes da Silveira, conhecido pelo público paulista como Nhõ Totico. Posteriormente, como parte da programação da Rádio Cultura e utilizando-se de estereótipos dos principais grupos migrantes que vinham para São Paulo se instalar, o programa intitulado “DKI – Aventuras do Nhõ Totico” - consagra-se tornando a estação conhecida durante muitos anos como a “emissora do Nhõ Totico”.

Ainda em 1933, a **Rádio Educadora Paulista** passa a irradiar em suas ondas aulas de Português com o Professor Silveira Bueno, com a tentativa de atender às reivindicações apresentadas em uma pesquisa elaborada pela agência norte-americana de publicidade J. W. Thompson e publicada pelos Jornais Folha da Manhã, Folha da Noite e Diário de São Paulo. Também a Educadora desenvolveu

um programa voltado ao público rural: “Hora da Fazenda”, este com a finalidade de “[...] levar ao interior informações especializadas e conhecimentos científicos que possibilitassem uma atuação mais racional na agricultura” (Duarte, 1993, p. 38).

Também destaca-se no ano de 1933, a fundação da **Rádio Difusora de São Paulo**, de propriedade do grande empreendedor das comunicações no Brasil, Assis Chateaubriand, deixando definitivamente para trás o sistema de sócios-contribuintes, utilizado para geração de receitas à emissora e que já não era capaz de suprir às necessidades orçamentárias das rádios cada vez mais profissionalizadas em São Paulo.

Neste mesmo ano, verifica-se a expansão das estações de rádio para o interior paulista: em 05 de agosto, vai ao ar a **Rádio Cultura de Araraquara**, que somente o nome há em comum entre esta emissora e a emissora de mesmo nome na capital; em 12 de outubro é fundada a **Rádio Difusora de Piracicaba** e em 11 de novembro é inaugurada a **Rádio Educadora de Campinas**.

A **Rádio Cultura** que usava o *slogan* “a voz do espaço” inaugura o primeiro auditório paulista em 07 de setembro de 1934, provavelmente com a iniciativa de aproximar seu público de suas principais atrações, já que se notava entre os ouvintes o interesse de se conhecer as personalidades que tanto os divertia.

A principal atração do dia, naturalmente, foi a apresentação de Nhõ Totico e os personagens da Vila Arrelia, programa já consagrado da emissora e que era composto por personagens que representavam diversos grupos étnicos que ajudariam a formar um cenário peculiar à capital. Com a abertura do auditório da Água Branca, abre-se uma corrida em busca da ampliação dos espaços físicos das estações, permitindo um maior contato entre audiência e emissora.

Torna-se cada vez mais oneroso o ato de se “fazer” rádio em nosso país, já que para dispor de uma estação agradável aos ouvidos das pessoas era necessária a construção de instalações físicas suntuosas e sofisticadas, elevados investimentos na área técnica e a contratação de um elenco que convertesse todo este aparato em ouvintes. Contribuiria, também, a formação de um competente departamento comercial que converteria os números da audiência em numerário capaz de financiar toda a estrutura operacional e de apoio: o rádio definitivamente profissionaliza-se em São Paulo.

Em 1935, algumas emissoras promovem transmissões de programas de caráter educativo como a **Rádio Cosmos** que apresenta a “Hora Universitária”, em fevereiro, e a **Rádio Cruzeiro do Sul**, que lança no mês seguinte, o “Programa do Livro”, apresentado por Cid Franco.

A concorrência entre as rádios paulistanas, com as rádios cariocas, e entre elas mesmas, leva ao êxodo de artistas para o estado vizinho como também para outras rádios locais. Em 1936, Nhõ Totico deixa a Rádio Cultura para integrar-se ao *cast* da Rádio Record para ser atração do programa Chiquinho, Chicote e Chicória, voltado especialmente para o público infantil.

No fim de 1936, a **Rádio Cultura** inaugura seu novo estúdio e antena no Parque do Jabaquara, trazendo como novidade a irradiação por ondas dirigidas que impedia o desperdício de ondas reduzindo ruídos, o que melhorava a qualidade das transmissões da emissora.

No ano seguinte, a **Rádio Cultura** lança o programa de calouros, “Programa da Peneira”, que posteriormente recebe o nome de “Hora da Peneira”. Em anúncios de jornal, era solicitada a participação das pessoas que dispunham de algum talento no prédio da emissora no Parque do Jabaquara. O sucesso da atração

leva a produção de mais dois programas de calouros no mesmo ano: “Peneira de Ouro” e a “Peneira Noturna”.

Também neste ano, é fundada a **Sociedade Bandeirante de Radiodifusão** (PRH-9) que surgia com a finalidade específica de transmitir programas de cunho educativo, cultural e religioso. A base inicial da programação preocupava-se em irradiar música erudita, palestras de utilidade pública entre outras atividades, todavia o projeto definha e para alterar este perfil é convidado a participar da direção artística da emissora, Otávio Gabus Mendes, que voltara da PRE-8 – Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A estratégia adotada pelo eminente profissional foi aproximar a programação da emissora aos padrões adotados pela **Rádio Record**, alterando definitivamente a proposta eminentemente cultural e educativa que levou ao surgimento da **Rádio Bandeirantes**.

Ainda em 1937, amplia-se a grade de programas nas rádios paulistanas para o público infantil. Neste ano, vários programas são levados ao ar: A **Rádio Cruzeiro do Sul**, com o apoio da professora Virgínia Rizzardi lança a “Tia Justina”, com a finalidade de contribuir para a formação dos jovens; a **Rádio Cosmos** realiza o relançamento de “Pequenópolis” que havia sido transmitido pela Rádio Record em 1932. A **Rádio Difusora** lança “As Aventuras de Dick Peter” e o “Clube do Papai Noel” e a **Sociedade Bandeirante de Rádio** cria “as histórias de Quim”, o pequeno bandeirante, de caráter eminentemente histórico, narrados por Joaquim Carlos Nobre.

Já em 1938, inicia-se um movimento na busca de se promover programas de cunho jornalístico pelo rádio. Estávamos na iminência da II Guerra Mundial e a organização de uma estrutura jornalística se fazia necessária para acompanhar os desdobramentos políticos mundiais. No cenário local, os interesses

de se noticiar os fatos políticos não interessavam muito às estações de rádio, em função da ditadura imposta por Getúlio Vargas e a censura imposta pelos órgãos de controle. Também traziam uma boa audiência, os programas de calouros e humorísticos distribuídos pela grade de programação das emissoras.

As estações de rádio começam a promover parcerias com os periódicos escritos, já que não havia disponibilidade técnica, e especialmente, recursos para erigir um departamento próprio. Em janeiro, a **Cultura**, aproveitando-se de seu *slogan*, desenvolve o programa jornalístico “A Voz do Espaço”, com locução do já consagrado *speaker* Nicolau Tuma. Com o início da guerra, em 1939, a Voz do Espaço passa a ser transmitido diretamente da redação do jornal “O Estado de S. Paulo”.

Há também a busca por intercâmbio artístico e técnico entre as emissoras paulistas e cariocas, movimento este intensificado por Assis Chateaubriand com a inauguração da **Rádio Tupi**, em 1937, na capital paulista, entrosando a estação paulistana com a Rádio de mesma alcunha no Rio de Janeiro, também de sua propriedade. Outras emissoras de São Paulo seguiram o mesmo prumo e promoveram outras parcerias com a finalidade de reduzir o impacto desta novidade nos ares paulistanos: a inserção da programação e do *cast* das rádios cariocas em São Paulo.

Não se pode esquecer, contudo, que a primeira tentativa de vincular rádios paulistanas e cariocas foi a partir das **Rádios Cruzeiro do Sul**, presentes em ambas capitais, formando a conhecida “Rede Verde-Amarela”.

Este movimento entre as rádios cariocas e paulistanas acaba por estabelecer e intensificar uma hierarquia no que diz respeito a transferência de mão-de-obra de uma região para outra: em muitas ocasiões, as rádios da cidade de São

Paulo forneceriam *speakers* e técnicos para as estações do Rio de Janeiro como foi o caso de César Ladeira e Otávio Gabus Mendes, enquanto o interior do estado serviria às rádios da capital paulista com o seu melhor capital humano como foi o caso de Fiori Giglioti e outros.

Ainda em Julho de 1938, a **Rádio Educadora** lança o jornal falado “Hora dos Jornalistas”, em espaço locado pelo sindicato dos jornalistas de São Paulo. A **Cultura** também cria a atração “A Marcha do Tempo”. Narrado pelos personagens Juca e Joca, os acontecimentos nacionais e internacionais são contados, a partir da visão de cada um dos elementos da trama: um com abordagem otimista e o outro com visão pessimista dos fatos. Este formato agrada e atrai novos ouvintes para a emissora.

Em 1939, também os rádioteatros passam a ganhar importância nas irradiações sonoras paulistanas. Dois programas irradiados pela **Rádio Cultura** merecem destaque: “Teatro em seu receptor” e “Teatro para Você”. Estas duas atrações acabam por promover uma corrida das outras emissoras para organizar-se em torno deste novo gênero.

No fim deste mesmo ano, a **Rádio Cultura** inaugura mais uma vez novas instalações. Desta vez estabelece sua construção na Avenida São João. Denominada Palácio do Rádio, segundo Rocha (1993, p. 69),

[...] a emissora possui uma sala de espetáculos com capacidade para 400 poltronas. [...]. O auditório, com conforto do ar condicionado, apresenta iluminação indireta e decoração na cor creme, apontadas como o ideal por oftalmologistas renomados.

A **Sociedade Bandeirante de Radiodifusão** ou somente **Rádio Bandeirante** também apresentava alguma programação com cunho . Fundada em 06 de maio de 1937 por José Nicolini e José Pires de Oliveira Dias, em seu princípio, a Bandeirante teria como bandeira a transmissão de conteúdo de gosto elevado com

preocupação educativa, bem como programas religiosos. Como tal programação não encontrava apoio entre os patrocinadores, os realizadores deste empreendimento, em 1938, decidiram contratar um diretor artístico de peso, que pudesse fornecer à programação da estação contornos mais populares. Foi assim, que se contratou Otávio Gabus Mendes que modificou por completo a estrutura da emissora.

Em 1942, a emissora lançou ao ar o programa “Ouça e Pensa” sob coordenação do Sr. José Medina, irradiados às segundas e sextas-feiras a partir das 22 horas e 15 minutos. Um dos sucessos deste programa foi o conto “Fragmentos da vida”, que utilizava a estratégia de rádio-teatro para manter a audiência cativada a continuar a ouvi-lo pelos capítulos que se seguiam. Com o total de cinco capítulos, o conto apresenta uma aguçada avaliação psicológica de seus personagens, adotando como eixo a fraqueza do caráter como fator fundamental para a dissociação das famílias.

A Rádio Educadora Paulista desde o apoio ao governo paulista na revolução constitucionalista de 1932, perderia paulatinamente espaço tanto no gosto do público paulistano como também nos meios de comunicação escritos, que de certa forma apoiava o gosto pelo rádio na população, divulgando a programação das emissoras. Além disso, as disputas internas pelo comando da emissora, acabam minando-a, tanto no aspecto financeiro quanto no que tange à incapacidade de inovação artística que atraísse ouvintes para suas ondas.

Mesmo tendo como parte de seu patrimônio um estúdio que “[...] era um dos bem mais bem montados da cidade: amplo, todinho atapetado, paredes forradas de celotex, grandes cortinas amortecedoras de som e, de espaço a espaço, uma fotografia de um grande compositor – Carlos Gomes, Beethoven, Chopin,

Wagner [...]” (Almanaque do Rádio, 1951, p. 5). Seus diretores não conseguiam reduzir os custos operacionais da emissora. Um exemplo da crise econômica que assolava a emissora é divulgado no mesmo almanaque que descreve a necessidade de se vender o piano de cauda da emissora para quitar dívidas trabalhistas.

No dia 25 de janeiro de 1943, como parte das comemorações de aniversário da cidade de São Paulo, surgiria a **Rádio Gazeta** após árduas conversações entre seu proprietário, Cásper Líbero, proprietário do jornal “A Gazeta”, e os mantenedores da **Rádio Educadora Paulista** o primeiro acabou por absorver a estrutura da PRA-6 para o patrimônio da nova estação, adotando a mesma estratégia que outros homens da imprensa escrita estabeleceram: adquirir ou fundar uma emissora de rádio para potencializar seu poder econômico e simbólico, tentando constituir-se como grupo de comunicação com intuito de suportar a concorrência dentro da estrutura monopolística da comunicação brasileira, que desde já se erigia.

A **Rádio Gazeta** durante algum tempo procura manter um vértice cultural à sua programação, mantendo maestros de prestígio em São Paulo à época como Armando Belardi e Edoardo de Guarnieri e emitindo pelas suas ondas música fina, programas como “Soirée de Gala” e “Cortina Lírica”, ambos divulgando a melodia erudita. Também preservou nomes da antiga Educadora como Ita Ferraz de Campos que permaneceu como diretor comercial e locutor chefe, bem como abria espaço para a música popular brasileira e internacional.

A transferência do capital acionário da Rádio Educadora Paulista para Cásper Líbero marca, no estado de São Paulo, aquilo que Blois (2003, p. 02) considera a terceira fase do rádio educativo no Brasil que é a modificação do foco,

especialmente do governo federal, das rádios educativas rumo ao interior do nosso país, deixando para trás o eixo Rio - São Paulo.

A partir de então, o estado de São Paulo sem uma rádio que trazia em seus estatutos a preocupação exclusiva com a irradiação de conteúdos exclusivamente educativos, ficou a cargo do corpo diretivo de algumas rádios paulistas de exercerem o papel, a seu bel prazer, de emitir algum conteúdo com proposta pedagógica por suas ondas hertzianas. Cria-se, portanto, uma lacuna no rádio educativo paulista que perdurará por longo tempo até a conversão da **Rádio Cultura** em estação exclusivamente educativa.

Como já mencionamos em páginas anteriores, o projeto “**Universidade do Ar**” surgido no Rio de Janeiro em 1941 e, posteriormente, rearticulado em São Paulo a partir de setembro de 1947 pelo SESC e SENAC foi uma destas iniciativas predominantemente pedagógicas em meio a programação tipicamente de apelo popular em busca de maior audiência pelas emissoras paulistas.

Não significa, entretanto que a programação educativa estivesse desarticulada dos interesses do capital: o programa “Universidade do Ar” apresentava a nítida preocupação de capacitar mão-de-obra para o comércio paulista, especialmente no interior do estado, garantindo assim, uma filosofia e ferramentas mais adequadas ao cotidiano desse profissional para a melhoria de sua produtividade.

Um dos méritos deste projeto foi o de ser o pioneiro em utilizar a recepção organizada para garantir melhor entendimento de sua proposta educativa a seus ouvintes. “O curso radiofônico da Universidade do Ar incluía Português,

Aritmética comercial, Técnicas de Vendas, Noções de Economia Política e Ciências Sociais” (Horta, 1972, p. 97)

A partir de 1948, além da recepção organizada, permitiu-se a matrícula de ouvintes que a fariam por recepção livre, ou seja, sem a necessidade de presença em algum núcleo de recepção. Isto faz com que a quantidade de aprovados nas atividades decrescesse em relação ao ano anterior. Em 1951, os núcleos de recepção organizada foram abolidos, o que levou à decadência definitiva do projeto, levando a sua extinção definitiva em 1961. Mesmo assim, o projeto teve sua importância registrada na história da radiodifusão educativa brasileira por conseguir atingir 80 mil alunos em 318 municípios paulistas.

Em 1960, Júlio Atlas que desde 1953 mantinha o programa “Consulte o seu Atlas”, respondendo a perguntas enviadas por ouvintes realiza um programa com vinte e quatro horas de duração. Irradiado em 21 de abril de 1960 em comemoração ao surgimento da nova capital federal, o programa “Caminho de Brasília” descreve a história do Brasil desde seu encontro com os portugueses em 1500 até a fundação da capital situada no Planalto Central Brasileiro.

2.3 A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

A partir da década de 1960, é notória a predominância e a preferência das autoridades de São Paulo pelo uso da televisão como meio de irradiação de conteúdo educativo em detrimento ao rádio. A televisão seduzia aos educadores que viam nela uma nova oportunidade de disseminação de informação, instrução e cultura pelo território brasileiro. Em 1961, a Secretaria da Educação paulista formula ao TV-Escolar: “o rádio educativo, no Brasil, ficou relegado a segundo plano, de apoio ao meio principal, a TV”. (Amayo, 1992, p. 136)

Em março de 1962, a Secretaria da Educação sob direção do Padre Januário Baleeiro, em parceria com a direção da TV Cultura – Canal 2 –, então recém fundada, criou o **Serviço de Ensino pelo Rádio e TV** (SERT), absorvendo toda a estrutura da TV-Escolar, disponibilizando cursos de admissão ao ginásial e efetuando também a irradiação dos programas pelo rádio através das ondas da PRF-3 **Rádio Difusora de São Paulo**, elevando o alcance do conteúdo transmitido a uma maior parcela da população, já que a televisão naquele instante apresentava uma penetração modesta, se comparada ao rádio. Posteriormente, o SERT ampliou seus serviços a comunidade oferecendo também cursos do ensino primário e alfabetização de adultos.

Em 1963, o então governador de São Paulo Adhemar de Barros estabeleceu a criação do **Serviço de Educação e Formação de base pelo Rádio e Televisão** (SEFORT) que pouco se preocupou com transmissão de programas via rádio. Tal necessidade veio à tona somente com a idéia de se fazer cursos para cegos, com a criação de rádio-postos em locais onde não havia alcance de sinal ou a audiência não possuía aparelhos de TV. Fazia-se a transcrição dos textos para *Braille* e eram distribuídos entre a clientela.

Em 1967, um fato realmente altera o cenário predominante: o governo estadual promove licitação para adquirir uma emissora de televisão. O Governador Roberto Costa de Abreu Sodré estava convencido de que uma TV educativa no estado de São Paulo poderia ser um potente instrumento de “educação das massas”.

Interessante notar que a década de 1960 e 1970, quarenta anos depois da fundação da Rádio Sociedade por Roquette-Pinto, recebe um vigoroso impulso e um olhar positivo das instituições públicas, sendo entendido como a

possível salvação para um “país ignóbil culturalmente”. A televisão torna-se o instrumento capaz de salvar a sociedade brasileira da mediocridade!

Isto pode ser percebido em artigo assinado por Ruth Thomé e publicado em “A Estampa” em 1961:

Hoje, como se não bastassem a imprensa e o rádio, numa verdadeira popularização da moderna técnica de ensino áudio-visual, a televisão, esta maravilha de técnica humana, procura o indivíduo no lar para informá-lo, instruí-lo. Quando uma emissora de São Paulo, por iniciativa de uma brilhante vereadora (Dulce Salles Cunha) resolveu apresentar um “curso de alfabetização” na televisão estava lançada no Brasil a idéia de varrer a ignorância que, para vergonha nossa, ainda grassa em alto nível em nossa Pátria. Usando-se esse maravilhoso elemento disseminador da cultura, que é a janela abrindo o futuro a todos aqueles que não tiveram a ventura de poder freqüentar uma escola, não temos dúvida de que “a mancha” desaparecerá (...) (*apud* Amayo, 1993, p. 138).

A lei estadual nº. 9.849, de 26 de setembro de 1967 dá autorização ao governo paulista para “[...] constituir uma Fundação destinada a promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão” (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1987, p. 51). Os esforços iniciados desde 1961 com a TV-Escolar havia efetivamente gerado frutos posteriores. A criação da **Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativa** (FPA) – surge no momento em que se percebe uma melhor absorção das informações a serem transmitidas para a população pelos povoados mais longínquos dos grandes centros urbanos dever-se-ia adotar peculiaridades culturais e lingüísticas da região em que tal programação estaria sendo inserida.

Portanto, o aparecimento da FPA coincide exatamente com a necessidade de descentralização da estrutura da radiodifusão educativa em nosso país, e seu surgimento, bem como de outras fundações como a FEPLAM, no Rio Grande do Sul e o IRDEB, na Bahia, são ações voltadas para atender a este

propósito de alcançar as particularidades regionais e obter melhores resultados no ato de educação à distância.

Há controvérsias sobre o real interesse do governo paulista em promover licitação para a aquisição de um canal de televisão para finalidades de instrução da sociedade. Desde 1960, Assis Chateaubriand havia colocado no ar a TV Cultura – canal 02. Entretanto, a partir do Decreto nº 52.793/1963 outorgado pelo governo federal, fica proibida a contemplação de duas outorgas de canais de radiodifusão do mesmo tipo no mesmo local. Esta situação fica assim caracterizada com os Diários Associados, que além da TV Cultura, também é concessionário da TV Tupi em São Paulo.

Além disso, já estava em processo de descendência, o império da comunicação de massa construído por Chateaubriand e a TV Cultura desde a sua fundação passava por séria instabilidade financeira. A situação monetária da afiliada dos Diários Associados abala-se ainda mais com o incêndio que destrói todas as suas instalações e a TV se vê obrigada a ocupar um barracão na região da Freguesia do Ó, na capital paulista.

Num processo que custaria na época 3 milhões e 400 mil cruzeiros novos aos cofres públicos, o governo paulista resolve dois problemas do conglomerado de Chateaubriand: enquadraria a corporação nos ditames da lei, quanto a disponibilidade das concessões e capitalizaria o grupo de comunicação a ponto de garantir a seus empreendimentos uma sobrevida adicional.

Fica a dúvida: como garantir à TV Cultura a vitória no processo licitatório e cumprir com os dois propósitos outrora mencionados? Na opinião do deputado Hélio Dejtiar ficou a seguinte impressão: “Isto é muito esquisito. Pode-se dizer até que está cheirando a negociata, pois na opinião de alguns desta Casa, o

edital foi feito para que apenas esse canal de televisão completasse aquelas condições necessárias que lhe possibilitassem vencer a concorrência” (*apud* Filho, 1988, p. 20)

Dentro de processo de entrega da concessão da TV Cultura – canal 2 para o governo paulista, os Diários Associados transferiram também para a posse do estado a **Rádio Cultura AM**, que havia sido adquirida pelo grupo em 1959, e tal como a TV não apresentava obrigatoriedade de transmitir exclusivamente conteúdo educativo e cultural. A Rádio Cultura que nascera clandestina acabou por ser tornar uma rádio pública para fins especificamente educativos e culturais.

Com a formulação de um estatuto para o **Centro Paulista de Rádio e TV Educativas** fica observado claramente a garantia de autonomia administrativa e financeira em relação ao estado que irá dotá-la de orçamento apropriado para possibilitar esta independência, e a proibição para uso dos meios de comunicação para objetivos político-partidários.

Ainda de acordo com o estatuto da Fundação Padre Anchieta haveria um Conselho Curador composto por 35 membros, sendo 11 de caráter nato e os 24 restantes votados escolhidos pelo próprio conselho. Na opinião de Filho (1988, p. 24), este modelo permitiu a criação de um “clube fechado”, à distância da população e permitindo ao próprio governador Sodré manter ainda uma relativa influência mesmo após sua saída da condução do estado paulista.

A composição dos membros natos foi assim estabelecida:

- Secretário Estadual da Educação.
- Secretário Estadual da Fazenda.
- Representante do Conselho Estadual de Educação.
- Representante do Conselho Estadual de Cultura.

- Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP).
- Representante da Pontifícia Universidade Católica (PUC).
- Representante da Universidade de São Paulo (USP).
- Representante da Universidade Mackenzie.
- Três Representantes escolhidos pela família Crespi.

A família Crespi mantém cadeira efetiva no Conselho Curador em função de ela doar uma mansão de sua propriedade na Avenida Faria Lima, na capital paulista para compor o patrimônio da Fundação, residência esta em que hoje funciona o Museu da Casa Brasileira, cedida pela FPA, em comodato, para o Estado de São Paulo.

Ainda há uma diretoria executiva composta por membros escolhidos pelo Conselho Curador e com mandato de três anos. Todos os cargos apresentados são ocupados filantropicamente e considerados de caráter relevante para o Estado de São Paulo. Em 2006, os cargos diretivos da Fundação estão distribuídos conforme Anexo I.

Fica claro desde o projeto inicial que constituiu a Fundação Padre Anchieta, já baseado no projeto do SERT que havia incorporado a TV-Escolar a predominância e a preferência da autarquia pública em priorizar a TV Cultura, em cumprir seus principais propósitos em difundir a educação pelo território paulista. A idéia de privilegiar a televisão em detrimento ao rádio é trazida desde o SERT e durante a gestação da Fundação tal situação se evidencia.

Não significou, todavia, que o rádio ficara excluído deste processo: o **Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas** elaborou um

curso de **madureza ginasial, especificamente para o rádio**, acompanhado de material didático impresso para melhor aproveitamento dos ouvintes.

Baseados nos mesmos roteiros que foram produzidos para a televisão, o curso estava dividido em 02 partes: um **curso preparatório** que irradiava noções sobre orientação educacional, português, matemática, ciências, história e geografia. Na fase da **Madureza Ginasial** propriamente dita, acrescentava-se a estas disciplinas o curso de Educação Moral e Cívica. Estes roteiros eram impressos pela Fundação Victor Civita e seguiam este trajeto: saíam de São Paulo com destino a Brasília, passavam pela censura e chegavam na Rádio MEC do Rio de Janeiro, a qual transmitia para todo o país.

A qualidade dos cursos desenvolvidos pela Fundação Padre Anchieta era tamanha que eles acabaram sendo aproveitados pelo **Projeto Minerva**, desenvolvido pelo governo federal com a finalidade de atender aos pontos estabelecidos pela Portaria nº 408/70.

A partir desta portaria o caráter descentralizador e em direção às regiões mais interioranas do Brasil sofre um revés, já que o Projeto Minerva, de certa forma, terá ao longo de sua existência um perfil centralizador na sua estrutura e na elaboração de seus conteúdos e os órgãos regionais criados também com o intuito de alfabetizar e instruir a população brasileira serão intensamente influenciados pelo projeto do governo federal.

Também a **Fundação Padre Anchieta** transmitia cursos de Inglês e Francês. Divididos em cursos de vinte minutos, transmitidos logo após o curso de madureza, repetidos 04 vezes por semana “[...] a Rádio Cultura transmitiu, em 1970, um total de 120 horas-rádio de cursos de inglês [...] e 136 horas-rádio de cursos de francês [...]” (BRASIL, 1976, p. 123). Essa programação

fora mantida em 1971, seguindo os mesmos procedimentos do ano anterior, sem qualquer tipo de recepção organizada.

A FPA não se preocupava muito com a recepção organizada no rádio, elemento fundamental para o êxito de uma transmissão educativa por meios de comunicação de massa, na visão de projetos educativos anteriores. Esta ficava a cargo da sociedade, que se organizava com apoio de prefeituras e das próprias rádios retransmissoras.

Exemplos destas iniciativas foram os da **Rádio Difusora de Itapetininga** que criou um rádio posto para pessoas interessadas e obteve o fantástico, com esta ação: índice zero de evasão. Houve também na cidade de Andradina, distante de Araçatuba cento e treze quilômetros, empreendimento semelhante, mas agora promovido pela prefeitura local, onde foram organizados vinte e oito rádio postos, que recebiam o conteúdo irradiado pela rádio da mesma cidade.

Do lado cultural, a Rádio Cultura AM, vinculada à FPA, dá ênfase para a divulgação de atividades culturais como *shows*, teatros, cinema e literatura e a preocupação em difundir a Música Popular Brasileira (MPB), além de alguns programas voltados ao lançamento de promessas da música nacional.

Mesmo com o reconhecimento internacional do uso da **Rádio Cultura AM** para fins s, a qual conquistou o Prêmio Japão com o programa Cristóvão Colombo, a programação precisou passar por importantes reformulações em função de falhas no plano conduzido pelo Projeto Minerva.

Como já mencionado, o Projeto Minerva apresentava rigidez nos horários de irradiação dos programas educativos. Isto

acabou conduzindo à audiência, especialmente, àquelas sem vínculos com recepção organizada a perderem gradualmente o estímulo em continuar a ouvir a irradiação, já que se, por alguma razão, perdessem alguma aula, esta provavelmente não seria ouvida novamente. Além disso, somente um grupo com dificuldades específicas poderia ser atendido, já que não havia preocupação com as diversas demandas por educação na vasta imensidão do território.

Inclui ainda, a eventual necessidade de alguns alunos necessitarem ouvir mais de uma vez a programação para melhor fixação dos pontos discutidos, o que se tornava complexo em função do engessamento do horário a ser transmitido. Tudo isso contribuiu para uma baixa aprovação dos alunos nos cursos irradiados pela Fundação Padre Anchieta.

Além disso, o uso de uma linguagem demasiadamente culta e a excessiva impessoalidade, não falando diretamente para o ouvinte, aliada à despreocupação em falar pausadamente para o estudante e sem o vínculo e o compromisso que se cria com a recepção organizada foram fundamentais para uma mudança de mentalidade no uso da Rádio Cultura AM para intuitos s.

A própria FPA reconhece a necessidade destas reformulações em publicação impressa que comemorava seu vigésimo aniversário:

Em meados da década de 70 realizaram-se os estudos iniciais visando a melhoria da definição dos programas voltados a faixas específicas de público, englobando tanto as produções de puro entretenimento como as de cunho educativo-cultural. Refletindo a evolução cultural da sociedade, a partir desse mesmo período, a Rádio Cultura passou a dedicar especial atenção à prestação de serviços à comunidade. Foram criados programas de interesse de segmentos da população, veiculando informações e dando destaque para pronunciamentos de seus membros mais destacados (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p. 89).

Ainda de acordo com essa publicação (idem, p. 90), a emissora sente a necessidade de se reestruturar com a finalidade de aproximar-se de públicos específicos como o programa **Freqüência Educação**, voltado para professores e outros interessados no processo educativo e *spots* para prestação de serviços e informações de interesse comunitário intercalados entre a programação normal da estação, destacando-se: **Constituinte, A Força da Natureza, Em Defesa do Consumidor** entre outros.

Outros programas criados na década de 1970 em formatos mais compactos e voltados para públicos específicos, sem a preocupação de criar sistemas de recepção organizada foram o **Saúde para Todos**, cuja finalidade era transmitir noções básicas para pré-diagnóstico de possível moléstia no indivíduo. Já o **Encontro com a História** era elaborado em formato de jogral, com finalidade de complementação a informações recebidas nos livros. Ambos tinham em média dez a quinze minutos de duração.

Ainda a programação da **Rádio Cultura AM** é desenvolvida para privilegiar a Música Popular Brasileira e são criados produtos simbólicos especiais que colocam em destaque datas e eventos culturais e históricos relevantes da história como os trinta anos do movimento concretista em nosso país. A emissora também altera o foco dos estudantes que pretende abordar: sua busca centra-se em estudantes vestibulandos e prestes a completar o ensino médio.

Programas de muito sucesso que foram construídos na **Rádio Cultura AM** e depois transferidos com a mesma repercussão para a **TV Cultura** foram o “Matéria-Prima”, voltado para jovens e o “Língua Brasileira”, que na televisão chama-se atualmente “Nossa Língua Portuguesa”.

A **Rádio Cultura AM** atualmente irradia sua programação em Ondas Médias e Curtas atingindo todo o território nacional e partes de todos os continentes do planeta, exceção à Oceania. Seguem alguns dados técnicos sobre a estação:

| | PREFIXO | FREQÜÊNCIA | POTÊNCIA |
|---------------------|----------------|-------------------|-----------------|
| Ondas Médias | ZYE 520 | 1200 Khz | 50 Kw |
| Ondas Curtas | ZYE 959 | 6165 Khz | 1,0 Kw |
| 49 metros | | | |
| Ondas Curtas | ZYE 960 | 9750 Khz | 7,5 Kw |
| 31 metros | | | |
| Ondas Curtas | ZYE 961 | 17,815 Khz | 1,10 Kw |
| 16 metros | | | |

Quadro 03 – Dados Técnicos da **Rádio Cultura AM**

Fonte: www.tvcultura.com.br/radioam/sobream.htm

A **Rádio Cultura FM** iniciou suas atividades já como parte da Fundação Padre Anchieta em 1971, transmitindo inicialmente a mesma programação da Rádio Cultura AM. Foi somente em 1977 que a emissora em Freqüência Modulada recebeu uma programação própria, já com a preocupação em atender ao público que aprecia a música clássica. Em 1982, a emissora recebeu autorização para operar em classe especial, na freqüência 103,3 MHz e a partir de 1987, a emissora passou a privilegiar exclusivamente a música clássica.

Mais de noventa por cento da programação da **Cultura FM** é voltado para este segmento. Os comentários são restritos a oferecer ao ouvinte informações adicionais sobre essa categoria bastante apreciada em nichos específicos da sociedade, garantindo com isso, um aspecto pluralista por meio das duas estações e fornecendo um espaço a essa forma de música tão pouco divulgada em solo

brasileiro. Em 1990, iniciou suas transmissões em Ondas Curtas. A direção da emissora produz um guia impresso para os ouvintes acompanharem a programação da estação radiofônica e mantém parceria com a Rádio MEC do Rio de Janeiro, a antiga Rádio Sociedade fundada por Roquette-Pinto. Os dados técnicos da emissora são:

| | PREFIXO | FREQÜÊNCIA | POTÊNCIA |
|----------------------------|---------|------------|----------|
| Freqüência Modulada | ZYE 820 | 103,3 Mhz | 100 Kw |
| Ondas Curtas | - | 6170 Khz | - |
| 49 metros | | | |

Quadro 04 – Dados Técnicos da **Rádio Cultura FM**
 Fonte: www.tvcultura.com.br/radiofm/sobrefm.htm

2.4 AS RÁDIOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

A primeira estação Universitária a surgir no estado de São Paulo foi em outubro de 1977, com a fundação da **Rádio USP**, no campus da mesma universidade na capital paulista. Isto não significou que a Universidade de São Paulo (USP) não tenha tido experiências anteriores com o rádio. Aproveitando-se das ondas da **Rádio Gazeta**, antiga **Rádio Educadora Paulista**, a instituição de ensino superior criou um programa denominado “Momento Universitário” e permaneceu no ar entre os anos de 1950 e 1951.

Esta irradiação preocupava-se em noticiar informações sobre as ações da universidade. Aproveitava-se também a ocasião para transmitir música clássica tocada pela Orquestra Universitária. A preocupação deste programa era manter os servidores e alunos da instituição informados sobre as principais atividades desenvolvidas na USP e, portanto, com uma linguagem extremamente técnica e distante da realidade do ouvinte comum.

Desde o seu surgimento, a Rádio USP preocupou-se em voltar suas ações principalmente para o aspecto cultural e para a informação, pouco se preocupando com cursos formais de alfabetização como os divulgados pelo Projeto Minerva e pela própria Fundação Padre Anchieta.

Nas palavras de Mário Fanucchi ex-diretor na estação (Amayo, 1992, p. 206-208) a idéia elaborada para a Rádio USP era ocupar um lugar em que as Rádios da Fundação Padre Anchieta eram deficientes em preencher, voltando-se para programas culturais, e debater questões atuais como ecologia, divulgar produções científicas e também ser laboratório para novos formatos. Também se preocupa em construir um radiojornalismo atraindo os elementos externos à instituição e colocá-los sob a visão da universidade com depoimentos de estudantes e docentes, bem como divulgar a música popular brasileira, diferenciando-se, assim, de grande parte das emissoras em frequência modulada que a capital apresenta atualmente.

É sabido ainda que a Rádio USP apresenta um papel estratégico dentro da Universidade, atuando como uma janela da instituição para a sociedade permitindo que haja mais integração da comunidade com a universidade. Atenta a isto, a emissora ampliou sua área de irradiação criando a Rede USP, permitida através do uso da internet que garantiu custos reduzidos para a execução desse empreendimento.

A proposta prevê a instalação desta rede em municípios em que a USP mantém *campus* no interior. A primeira das cidades contempladas foi São Carlos (SP), graças a uma parceria estabelecida com a Fundação Theodoro Souto que era a detentora do canal e o cedeu para transmissão da programação da Rádio USP. Fundada em 1º de setembro de 2002 e sintonizada em 102,1 Mhz, a estação

atinge vinte municípios da região central do estado. No natal de 2004, o *campus* da cidade de Ribeirão Preto (SP) passou a contar também com uma emissora vinculada à Rádio USP de São Paulo, com a possibilidade de irradiar conteúdo local das 8 às 12 horas diariamente. O canal desta emissora é o 107,9 Mhz.

A **Rádio UNESP** é mais jovem se comparada a sua co-irmã. Fundada em 13 de maio de 1991, a emissora sediada na cidade de Bauru (SP), no *campus* universitário da UNESP, segue filosofia semelhante à Rádio da Universidade de São Paulo. Com uma programação bastante diversificada e sintonizada no canal 105,7 Mhz, a estação atinge exclusivamente a região de Bauru, apesar de estar vinculada à estrutura da reitoria da instituição que fica na capital.

A estrutura da Rádio Unesp está assim constituída: um conselho cultural, composto em grande parte por membros da própria universidade e é conduzido pelo diretor geral da estação, e o conselho de programação cuja composição é de 75% de membros externos à Unesp, permitindo assim desenvolvimento e participação da sociedade e evitando com isto que a emissora mirasse seus olhos exclusivamente para a comunidade acadêmica da instituição de ensino superior e garantindo um relativo pluralismo em suas ações.

2.5 A RÁDIO EDUCATIVA DO PONTO DE VISTA DO ESPECIALISTA

Para detalhar o funcionamento das rádios universitárias públicas, convidamos o diretor da Rádio USP e mestre em jornalismo, o Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt para uma breve entrevista

O relato, que se apresenta na íntegra em anexo a este trabalho (ANEXO II), seguiu-se a partir de um roteiro semi-estruturado, baseado em objetivos

entregues ao entrevistado para discuti-los livremente. A Rádio USP foi a opção, em função de ser a primeira rádio universitária pública do estado de São Paulo e também pela representatividade que esta universidade possui em nível estadual e federal, sendo muitas vezes *benchmarking* para outras instituições.

Os objetivos estão baseados na experiência pessoal e profissional com rádios educativas do entrevistado, bem como as formas de financiamento da emissora, o uso das novas tecnologias na estação e sua impressão sobre o futuro destas rádios em nosso país.

O entrevistado apresenta uma visão relativamente pessimista em relação ao futuro das rádios educativas já que, conforme sua opinião, “elas são montadas para não funcionar”. A razão principal desta afirmação está na escassez de recursos pelo qual passam estas rádios, já que não dispõem de autonomia financeira, dependendo de outras esferas para angariar fundos para sua manutenção.

Há também a questão do modelo de contratação determinada pelas universidades públicas: “(...) ela é difícil de contratar e quase impossível de demitir”, o que não permite um engajamento mais efetivo por parte do servidor que labuta na emissora.

No caso da Rádio USP, o financiamento de sua estrutura está à mercê da reitoria da universidade, que segundo o autor, arca com 50% da verba anual, ficando o restante sob sua responsabilidade. O dinheiro é repassado para a Coordenadoria de Comunicação que transfere aos veículos de comunicação que estão à disposição da Universidade de São Paulo. A divisão do orçamento para os meios de comunicação da instituição não ocorre de maneira pacífica e sem conflitos:

“(...) a verba vem para a Coordenadoria de Comunicação Social e depois vira uma briga. Cada um quer um pedaço e quer o melhor e o máximo”.

Os governos em todas as instâncias poderiam, segundo o diretor da Rádio, contribuir com dinheiro a partir da difusão de anúncios institucionais nestas emissoras, o que garantiria margem para ousar nos “gêneros perdidos”, investir mais na **linguagem radiofônica**.

Na mente do entrevistado, o rádio investe atualmente somente da linguagem verbal, baseando-se no modelo “rádio x notícia e música x notícia” e não “(...) na **linguagem radiofônica** como Arhein pensava, composta de 04 elementos: a linguagem verbal, a música, a sonoplastia e o silêncio”. Isto, na observação dele, empobrece o rádio, por que realizar materiais como radioteatros e outros gêneros, utilizando-se desta linguagem exige altas somas de investimentos e não há mais como pensar nestas ações conforme o modelo de financiamento atual.

Segundo o entrevistado, há muita vontade da parte dele para se realizar atividades radioteatrais, mas não é fácil obter recursos via apoio cultural. O próprio diretor da Rádio USP já havia tentado para remontar uma peça voltada para o rádio de Walter Benjamim, mas sem sucesso. Isto por que a emissora universitária não possui um órgão específico para tal fim. “Eu não tenho estrutura ou custo adicional de captação de recursos. Eu não tenho departamento de *marketing*”.

Outra questão levantada por Luiz Marcello foi a redução do padrão de atenção dado pelas pessoas ao rádio, dispersando-se para outras atividades. Então, faz-se necessário um maior esforço por parte das rádios de manter o ouvinte atento com estratégias específicas como “mudança do plano, uma entrada de música, alguma coisa que mude esta relação”.

De uma forma geral, aponta o diretor da Rádio USP, as emissoras sofrem com a depreciação publicitária ocorrida no sistema radiofônico brasileiro desde a entrada da televisão no cenário dos *mass media*. Tal situação levou a um empobrecimento das emissoras que viram seus talentos migrarem para outros meios de comunicação, levando a uma perda de qualidade de sua programação, bem como a transferência de propriedade de algumas estações para grupos evangélicos, que, em sua opinião, “(...) são realmente uma praga” para o rádio nacional.

De acordo com o entrevistado, o relacionamento entre a Rádio USP e as rádios comerciais sempre foi bastante amistoso, em função, especialmente, de a rádio universitária não enfrentar estas emissoras por reclames comerciais, mas não há um intercâmbio freqüente entre elas, eventualmente, alguma permuta de material. A constância do contato dá-se entre alguns funcionários destas emissoras que também prestam serviço na estação concedida à Universidade de São Paulo.

Outro entrave ao bom desenvolvimento da Rádio USP, conforme o entrevistado, são os custos de manutenção da parafernália técnica da emissora que foi concebida “de maneira improvisada e as estruturas já têm 20 anos de vida”. A obsolescência do equipamento utilizado pela estação torna a despesa da operação elevada, comparando-se a outras transmissoras que já possuem seus maquinários digitalizados, além da dificuldade de se encontrar as peças e materiais necessários para tal atividade: “achar uma agulha de toca-discos é uma dureza”.

Há também o custo com ‘direitos autorais’ cobrados em função das músicas que são oferecidas diariamente pela grade de programação. Este dispêndio, aponta o diretor da Rádio USP, é a sua maior despesa.

Segundo Bittencourt, um elemento bastante positivo para as rádios universitárias educativas para ampliarem sua audiência - apesar de gerar custos

para a emissora, mas são pagos pelo Gabinete da Reitoria - foi o advento da internet, que permite manter o ouvinte informado sobre a programação, além de criar mais um meio de difusão do conteúdo fornecido pela emissora. Há também a possibilidade de alguém escutar um programa especial que já fora disponibilizado pelas ondas sonoras e a pessoa não teve a oportunidade de ter contato ao vivo, alterando assim para sempre o modo de ouvir rádio:

“O que coloco em xeque é uma das características, não só do rádio e sim dos meios de comunicação eletrônicos. A partir de agora, você não está mais a mercê da grade. Vamos dizer, no meu caso, que é uma programação não-linear com conceitos próprios. Hoje não preciso estar na minha casa ou aqui com o rádio ligado (...) pra ouvir o “Fora de Série”. Eu posso ouvi-lo na hora que eu quiser, posso ouvi-lo amanhã ou até mesmo agora”.

A Internet também possibilita a transferência de programas sonoros via FTP (File Transfer Protocol) produzidos em São Paulo para as outras sucursais da Rádio USP em Ribeirão Preto e São Carlos, reduzindo custos substanciais, permitindo a condução da programação destas emissoras alternando conteúdo local com aquilo que se produziu no *campus* na capital paulista.

De acordo com o entrevistado, a missão de uma rádio universitária educativa é “de tentar despertar o interesse por coisas novas, pela cultura e tentar trabalhar em função da construção de uma cidadania que nós ainda não temos”. Outra função importante é promover a “divulgação da produção científica e cultural de uma universidade”. É dever da emissora fornecer acesso à população sobre estas informações, já que a emissora surgiu somente em função disto: justificar à sociedade sobre aquilo que se produz no interior de uma instituição de ensino superior financiada pelo poder público. “Eu tenho a obrigação, eu preciso mostrar para a sociedade no que ela está gastando o dinheiro”.

Com relação ao futuro, o diretor da Rádio USP é tão enfático como contraditório em suas declarações finais. Bittencourt crê na continuidade da criação de produtos culturais que contribuem para uma formação continuada, em função de um mundo mais competitivo, já que as exigências que o mercado impõe às pessoas são as mesmas que se colocam para um produto de consumo; quem não se mantiver atualizado, reinventar-se, terá um ciclo profissional curto.

Por outro lado, o entrevistado acredita que o grau de cobrança por parte da população sobre estes bens culturais continuará em baixa: “O ouvinte brasileiro é um ouvinte pouco sofisticado”. A emissora continuará a resgatar elementos musicais que outrora fizeram grande sucesso e, como um produto, tiveram seu ciclo de vida rompido. Será função também da Rádio USP, “manter o padrão de qualidade em cima de algumas coisas que já estão consagrados e tentar trabalhar com lançamento de novos cantores”, tendo a emissora como uma catapulta para novos artistas com o intuito de revitalizar o panorama cultural brasileiro, além de continuar os trabalhos de divulgação de conhecimentos científicos produzidos dentro da instituição.

A contrariedade na argumentação está na atuação da emissora frente às mudanças que se colocam à sociedade. Pelo que parece, a estação continuará a fazer exatamente aquilo que sempre se propôs a fazer e não há perspectivas de médio prazo para alterações. Apesar de observar com exatidão o que se passa no panorama social que se apresenta, o entrevistado não preconiza mudanças substanciais na forma de atuação da emissora, seja no método de obter recursos financeiros, seja na forma de condução de seu corpo de colaboradores. Menciona somente o aumento da carga de atividades sobre um repórter, algo que já está consolidado nos meios de comunicação.

2.6 ELEMENTOS QUE JUSTIFICAM A INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO UNIVERSITÁRIA EDUCATIVA EM ARAÇATUBA

De acordo com o plano básico de distribuição de canais, o estado de São Paulo conta com 120¹⁵ canais educativos à disposição da sociedade paulista, sendo que apenas um pouco mais da metade (61) estão de fato em operação, distribuídos entre prefeituras, fundações e universidades. Interessante notar, que no estado de São Paulo a quantidade de canais disponíveis para prefeituras é em maior quantidade em relação às universidades, apesar de algumas fundações concessionárias de canais educativos estarem coligadas a alguns centros universitários, universidades e mesmo faculdades. O restante dos canais está disponível para interessados que queiram enredar-se nesta categoria de empreendimento.

Um dos problemas que encontramos, o que é comum em nosso país, é a desigualdade na distribuição geográfica desses canais educativos. Como a legislação não prevê um planejamento sistemático que vise à cobertura de todo o território com irradiações de emissoras educativas, fica a cargo de instituições regionais, quando tomam ciência da existência de um canal educativo, de agirem para que a proposta de instalação de uma rádio educativa seja efetivada. Este cenário é muito bem descrito por Blois (1984) em sua dissertação.

No caso específico de Araçatuba, a cidade dispõe de um canal educativo desocupado e há plena viabilidade de ele tornar-se um instrumento adicional para a transformação da comunidade do próprio município e da região onde ele está inserido. Apesar de ser considerada centro regional administrativo com população estimada em suas cercanias em torno de 600.000 habitantes,

¹⁵ Consulta efetuada no site: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/> no dia 26 de novembro de 2006 às 13h14

Araçatuba não conta com uma emissora de caráter educativo. Com a disponibilidade de um canal para fins educativos disponível à região, aliada à emergência de aquisição de conhecimentos por parte da sociedade e à maior exigência da população em geral em consumir bens culturais diferenciados, em razão das novas demandas sociais crescentes, há um cenário positivo para aceitação de um veículo de comunicação embasado nesta natureza por parte da população.

Como a Carta Magna de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal limitaram os poderes do município em gastar seus recursos arrecadados, direcionando-os para áreas específicas, entendemos que a prefeitura provavelmente não disponibilizaria numerário num empreendimento desta natureza.

Por outro lado, para a academia, além da expansão de sua capacidade de atender à comunidade com importantes serviços, divulgando-os para membros da sociedade menos favorecidos por meios de comunicação, a instalação de uma rádio universitária possibilitaria também a ela a difusão de atividades científicas relevantes para o progresso social e que são produzidas em seu interior, sem o conhecimento por grande parcela da sociedade. Historicamente, as ações científicas acadêmicas são poucos difundidas, dado seu caráter extremamente técnico e erudito. Para manter os grupos de interesse bem informados sobre o andamento das instituições de ensino, o rádio coloca-se como um veículo de baixo custo e de grande penetrabilidade.

Portanto, a introdução de uma rádio universitária é viável, não só do ponto de vista legal, já que há canal educativo à disposição no município, mas, principalmente, na ótica educativa, cultural e comunitária, uma vez que um centro de formação acadêmica e de informação especializada requer processos de difusão em

escala local e regional, para apresentar-se mais próximo da sociedade que o mantém.

Assim, cabe realizar uma análise minuciosa do ambiente legal e institucional que esta rádio poderá encontrar durante o processo de sua criação, para que o projeto de instalação e gestão da estação educativa esteja preparado para eventuais adversidades naturais em um ambiente em constante transformação.

3. PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO UNIVERSITÁRIA EDUCATIVA EM ARAÇATUBA

3.1 PRÊAMBULO

O processo histórico que levou ao surgimento da radiodifusão no Brasil e sua tendência inicial de ser utilizada exclusivamente com finalidades educativas trouxe para as emissoras educativas nacionais uma herança bastante controversa: a ausência de inserção publicitária durante as transmissões.

No projeto nacional que a elite intelectual daquela época, à qual estavam incluídos Roquette-Pinto e os grupos militantes da Academia Brasileira de Ciências, pretendia-se, entre outras coisas, transformar o país por meio da educação. Não se discute aqui qual o modelo educativo a ser proposto nem tampouco o projeto político deste grupo de pensadores brasileiros. O que se apresenta neste momento do trabalho é a modesta tentativa de posicionar a situação histórica inicial da radiodifusão educativa e o espólio que seu surgimento ocasionou para as gerações seguintes de radiodifusores desde então.

Na mente destes ideólogos, o veículo, em função de sua capacidade de penetração nos rincões mais afastados dos grandes centros urbanos, poderia fornecer à população mais distante do Brasil um sistema educativo moderno e voltado para os padrões ideológicos mais avançados do momento mensagens de interesse nacional, garantindo assim a inserção do país no ciclo do contínuo desenvolvimento humano, tecnológico e financeiro.

Para isso, atingir as pessoas com informações de valor instrutivo e profissional, utilizando o veículo como continuidade do processo em suas residências ou em qualquer outro lugar em que as pessoas pudessem se ligar ao

aparelho radiofônico, era uma maneira singular de sensibilizar a sociedade para a necessidade de se atingir um patamar adequado de civilidade para a população brasileira. Portanto, tornava-se inconcebível irradiar outros elementos que não fossem voltados para este projeto, incluindo-se aí o uso desta potencialidade para fins comerciais.

Contudo, durante a expansão do sistema brasileiro de radiodifusão algo se tornava cada vez mais claro: era deveras custoso manter as emissoras somente com contribuições de seus sócios e ainda era necessário aproximar o conteúdo irradiado às expectativas do ouvinte comum. Em outros países como nos Estados Unidos, o uso de publicidade permitia um crescimento bastante acelerado do rádio, ao mesmo tempo em que garantia aos seus financiadores um retorno bastante positivo daquilo que havia sido investido.

De forma tímida, a idéia norte-americana sobre radiodifusão começa a ganhar adeptos e alguns anúncios são transmitidos pelo espectro eletromagnético, até que o modelo comercial baseado na exploração da propaganda para geração de receitas começa a predominar no cenário brasileiro, descaracterizando aquilo que se concebia dentro da proposta original da radiodifusão nacional: o uso exclusivo das ondas eletromagnéticas para finalidades educacionais.

Apesar de a tendência da maioria das emissoras em direção a uma conduta de utilização mercantil do meio de comunicação, os idealizadores do empreendimento educativo por meio do rádio procuraram aproximar-se do poder público para poder garantir a continuidade do modelo por eles concebido. Para isso, como parte das comemorações do 113º ano da independência brasileira, Roquette-Pinto entrega a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o Ministério da Educação e

Saúde com a condição de que jamais esta emissora seria utilizada para fins comerciais.

Este evento marca definitivamente a distinção que a maioria das pessoas observa entre as rádios educativas e as estações com proposta de geração de lucro para seus investidores: de um lado a ausência de reclames comerciais para garantir o nobre uso da concessão pública para fornecer acesso à instrução a grande parte da população brasileira que carece de aprimorar seus conhecimentos; e na outra extremidade, uma rádio que possibilita o seu uso para entretenimento e distração em troca de audiência, para assim obter maior rentabilidade possível com a divulgação de publicidade, e se possível, dentro de um espaço legalmente constituído, apresentar em sua programação mensagens dirigidas a instruir a sociedade.

Este cenário acabou por caracterizar até o presente momento a questão da radiodifusão educativa no Brasil. A ideologia pedagógica continuou a permear a visão dos legisladores futuros acerca da necessidade do uso das ondas hertzianas; e acrescente-se, no caso das emissoras definidas como educativas e também as rádios administradas pelo erário público a ausência de propaganda comercial, em função dos princípios históricos norteadores da radiodifusão no país.

Há que se destacar também que na medida em que se expande o sistema de emissão de mensagens via ondas hertzianas, não há o interesse das emissoras controladas por recursos privados de ampliar a concorrência pelo mercado publicitário também com estações com fins educativos. Portanto, o sistema voltado para práticas pedagógicas recorre exclusivamente, para garantir sua permanência e manutenção, ao financiamento de suas despesas pelos órgãos

públicos ou, no caso de canais concedidos a particulares, de fundações e universidades com interesses específicos nesta área.

Isto pode ser observado nas leis, decretos, portaria e regulamentos que surgiram a partir de 1932 e caminharam até os dias atuais com pontuais modificações, estas necessárias ao processo de modernização da radiodifusão. Transformação recente veio a surgir com a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, que acrescenta em seu segundo artigo, que programas voltados para a recreação, informação e desporto poderão ser objetos de irradiação nestas emissoras desde que apresentem um direcionamento educativo-cultural.

Esta colocação pelos legisladores, aparentemente pouco arrojada, no que tange a alterações na radiodifusão educativa, permite às emissoras alguma margem para a promoção de uma ruptura histórica com o paradigma predominante na história da radiodifusão sonora nacional. O modelo anteriormente erigido desde a fase embrionária da radiodifusão sonora nacional com aulas expositivas e tentativas de organizar estudos dirigidos a grupos específicos para alfabetização, que teve com o apogeu do Projeto Minerva, não encontra mais respaldo na sociedade brasileira atual.

O desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente o uso dos satélites, a criação de suportes com grande capacidade de armazenamento de informação como os CD-ROM e a própria internet permitem um processo de educação à distância menos custoso às instituições, além destas novas plataformas apresentarem interface mais dinâmica e interativa, o que garante assim, maior envolvimento e atenção por parte do aluno.

Além disso, os esforços para expansão do ensino fundamental e médio por parte dos últimos governantes, culminaram numa bem-sucedida

campanha de abordagem de crianças, adolescentes e adultos semi-alfabetizados, elevando a quantidade de prédios e de vagas para todos os públicos voltados para a educação básica. O que se discute atualmente não é a escassez financeira que atinge o processo de instrução da sociedade, e sim a gestão positiva dos recursos direcionados a esta demanda em nosso país, e modelos que permitam um maior interesse da clientela durante o processo de alfabetização e acumulação de conhecimentos básicos.

O novo padrão já adotado por grande parte das emissoras educativas-culturais prevê a irradiação de músicas, radiojornalismo, divulgação cultural e, em algumas ocasiões, programas voltados para públicos específicos como adolescentes e crianças. No caso das emissoras vinculadas a universidades, elas também se preocupam em oferecer programas para o público discente da instituição, bem como servir de canal de divulgação científica para o público geral.

Este modelo permite algumas indagações a respeito de rádios educativas: formatos, outrora considerados fenômenos de massa como o rádio-teatro e a rádio-novela podem ser utilizados para a expansão da divulgação pedagógica, cultural e científica de alguma localidade? Quais valores culturais devem ser priorizados: os valores tradicionalmente considerados de cultura dita 'elevada' como música clássica ou poder-se-ia irradiar nestas emissoras, elementos notadamente mais populares como música caipira e sertaneja?

As respostas a estas questões ficam a cargo da consciência de cada conselho e direção de cada estação com fins educativos. Há tempos atrás, para a concessão da outorga de algum canal educativo, a Fundação Roquette-Pinto, conhecida como FUNTEVÊ, analisava os projetos e a grade de programação e

transmitia seu parecer ao Ministério das Comunicações para a conclusão do processo de aceitação ou não da permissão para exploração do canal.

Esta estrutura poderia levar a uma uniformização do referencial educativo-cultural e induziria as emissoras educativas a uma unificação de enfoque, com tendência ao atendimento ao padrão cultural dos membros que realizavam a análise do processo de solicitação de outorga, com o intuito de obter a licença para a exploração do canal, reduzindo assim, a possibilidade de pluralismo na programação das rádios com intuitos s.

Com a redação do decreto 2.108/96, a extinção da Fundação Roquette-Pinto por meio da Lei nº 9637, de 15 de março de 1998, e a criação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP) em função do decreto nº 2.442, de 23 de dezembro de 1997, esta sem o poder de análise de programação de novas emissoras, tal prerrogativa deixou de existir, deixando a cargo de seus conselhos culturais, s e editoriais, a construção da grade de programação. O requisito legal exclusivo, que ficou como legado desde os tempos iniciais da radiodifusão educativa sonora, é ainda a impossibilidade de se irradiar propaganda mercantil nestes canais.

A falta de necessidade de passar a grade de programação por um crivo superior permite às emissoras educativas a diversificação dos formatos utilizados na sua programação. Contudo, estas estações esbarram em um outro problema: a falta de capital para seus empreendimentos. Para isto, os legisladores por meio da redação da Lei 9612/1998 que define as regras de outorga para exploração de canal para fins comunitários e a própria lei que extinguiu a FUNTEVÊ e criou a ACERP passaram a permitir às pessoas físicas e jurídicas conceder *apoio cultural* às emissoras de caráter educativo.

O termo *apoio cultural* pode ser assim definido como:

“(...) todo aquele em que uma pessoa jurídica, ou pessoa natural, assume o custeio de programa produzido e veiculado por determinada emissora que se enquadre nos preceitos legais citados. Essa emissora, durante sua veiculação, informará que aquele é um programa patrocinado peia pessoa que suportou seu custeio sem, contudo dar tratamento publicitário (de anúncio, propaganda etc.) à Informação.”¹⁶

Os preceitos legais que o trecho indica dizem respeito às normas impostas pelo artigo 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também conhecida como *Lei Rouanet* e que estabelece a necessidade da preservação do patrimônio cultural nacional, bem como fornecer à sociedade bens culturais e artísticos permitindo a ela a intervenção em sua própria realidade.

Este subterfúgio criado pelo legislador para permitir às instituições radiodifusoras angariar recursos para desenvolver sua programação encontra consonância com a política neoliberal que atingiu especialmente as emissoras educativas públicas, garantindo assim um meio de receita para o aperfeiçoamento do conteúdo simbólico a ser transmitido pelas rádios educativas.

Há ainda que se deliberar sobre a imposição das novas tecnologias no ambiente radiofônico. As necessárias adaptações das emissoras, em função da mudança de comportamento do ouvinte que se estabelecem, principalmente, em função do crescente uso de novas tecnologias e suportes técnicos que permitem uma maior *customização* do consumo dos conteúdos simbólicos sonoros e que também retira dos aparelhos de rádio a vantagem da portabilidade, característica anteriormente exclusiva da radiodifusão sonora, impõem às estações novas estratégias para manter o público sintonizado em seus canais.

É dentro deste panorama institucional e técnico apresentado que se estabelece o desafio de se instalar uma estação com propósitos educativo-culturais.

¹⁶ Extraído do sítio: http://www.abtu.org.br/eventos/F7/min_com_jur.asp em 31 de outubro de 2006 às 22h33.

Não se pode esquecer, todavia, que a demanda por aquisição de conhecimentos novos e de bens culturais cada vez mais, em função de um mundo mais competitivo, exige dos indivíduos habilidades que lhes permitam observar novas necessidades no público consumidor e de interpretar com diversos pontos de vista o mundo ao seu redor para poder criar novas necessidades na sociedade moderna.

Sob este auspício, é que se pretende instalar a primeira emissora que priorize em sua programação aspectos eminentemente educativos e culturais no município de Araçatuba. Área que, por estar no estado mais desenvolvido economicamente e ser a segunda região mais pobre de São Paulo, procura incorporar instrumentos que melhorem a capacitação técnica e profissional de seus habitantes que possa inseri-la definitivamente na seara do desenvolvimento econômico.

3.2. ARAÇATUBA – VISÃO GERAL

Distante 530 quilômetros à noroeste da capital paulista, Araçatuba é o principal município da região noroeste do estado de São Paulo. Com uma população estimada em pouco mais de 180 mil habitantes e área territorial de 1.167,31Km², o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 1.261,67¹⁷ milhões de reais, o que corresponde em termos percentuais a menos de 0,5% do PIB estadual. Estes números credenciam a cidade a ser sede da 9ª região administrativa, o que mantém sob sua zona de influência geográfica 43 outros municípios de menor porte como demonstra mapa abaixo:

¹⁷ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 13 de dezembro de 2006 às 22h57. Os dados geográficos, econômicos e educacionais serão extraídos basicamente das páginas de 03 fontes de referência: Fundação Seade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)



Ilustração 1 - fonte: www.seade.sp.gov.br

Sua origem é fruto da expansão das ferrovias através da Noroeste do Brasil (NOB), uma das empresas responsáveis pela multiplicação das linhas férreas que cortariam o estado para garantir o escoamento da produção de café e abrir novas fronteiras agrícolas para o país. A linha que visava ligar o porto de Santos a Bolívia, pretendia, a partir de 1905, atingir a cidade de Itapura e de lá seguir em direção ao Mato Grosso.

O dia 02 de dezembro de 1908 ficou considerado como o marco temporal do surgimento da cidade, apesar de ela constituir-se de fato anos depois. Isto se deve em consideração ao estabelecimento da pedra fundamental do trecho ferroviário Bauru – Itapura, pelo então presidente da jovem república brasileira Afonso Pena, que ao visitar Bauru estabeleceu a continuidade do ambicioso projeto de interligar o litoral ao interior e aos seus países vizinhos, já que naquele momento, em questões territoriais, o Brasil conhecia pouco além de sua orla marítima.

O rompimento da Mata Atlântica nativa pelos pioneiros levou ao confronto com os primeiros habitantes desta região: os índios *caigangues*, etnia mais agressiva, e os *coroados*, que assim eram denominados em função de seu corte de cabelo em forma de coroa e que muito se assemelhava as formas de cabelo que os católicos franciscanos utilizavam, que inconformados com a nova

situação, atacavam freqüentemente as obras de expansão da linha férrea, levando muitos operários e colaboradores da obra à morte.

Um dos homens que trabalharam para manter o bom relacionamento entre a comunidade silvícola e os novos habitantes desta região foi Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon ou simplesmente Marechal Rondon que utilizava de métodos de aproximação amigável e fornecimento de mimos para agrado geral, acabava por aquietar o senso de defesa do índio permitindo uma integração pacífica. Seu trabalho acabou por homenagear a principal estrada, a SP-300, mais conhecida, como Marechal Rondon e que recorta toda a região Noroeste de São Paulo, passando por Araçatuba.

Outro grande obstáculo encontrado pelos primeiros desbravadores foram as doenças tropicais que se encontravam por estas terras como a dengue, a malária, a leishmaniose e a úlcera de Bauru.

Mas os povos originários desta terra deixaram muitas marcas na história municipal, inclusive seu próprio nome que em tupi-guarani significa *muitos araçás*, fruto muito comum nesta região na época do povoamento deste trecho do estado de São Paulo do qual hoje, lamentavelmente, restam poucos exemplares.

A expansão da linha férrea que ligaria o noroeste do Brasil ao porto de Santos permitiu, além do escoamento da produção cafeeira também a chegada de muitos migrantes que vinham da Europa e Ásia para se ocupar da produção do café e da construção da via, cheios de esperança renovada pela possibilidade de uma nova vida nas terras brasileiras. Grupos étnicos como sírios, portugueses, libaneses, espanhóis, japoneses e italianos que de lá vinham na busca do eldorado: fazerem fortuna e voltarem para sua terra natal, enriquecidos através de seu suor nas terras férteis desta região.

Do seu surgimento até a sua transformação definitiva em município, pouco tempo foi necessário: até o ano de 1917, Araçatuba fora patrimônio da cidade de Penápolis, momento em que a terra dos araçás foi elevada à condição de Distrito de Paz. Tempos depois, em 1921, o distrito foi alçado a situação de comarca até que em 1922 foi considerada definitivamente município autônomo.

Os meios de comunicação sempre se apresentaram como um fator de desenvolvimento para Araçatuba. Em primeiro lugar, a expansão da linha férrea no sentido litoral – interior trazia consigo a linha telegráfica que permitia uma comunicação mais eficiente da obra que caminhava no sentido oeste. Posteriormente, no fim da década de 1910, o município tem seu primeiro jornal. Com a alcunha de “O Araçatuba”, o impresso é inaugurado em 14 de novembro de 1919.

Também é do final da década de 1910, o surgimento da primeira sala de cinema em Araçatuba. O estabelecimento recebia o nome de “Fênix Cinema” e estabelecia-se no início da Rua Osvaldo Cruz. Em 1921, é inaugurado o Ideal Cine que tempos depois fora vendido e recebera uma nova designação: Cine Teatro Ideal. O lugar era interativo: permitia a irradiação de películas, bem como apresentações de orquestras e pianistas. Para se ter uma idéia da precariedade dos métodos de comunicação na época “para avisar a população de as apresentações no cinema iam começar, fazia-se uso de fogos: estouravam três rojões (PINHEIRO & COSTA, 1997, p. 191)”.

Até 1921, existiam em Araçatuba 05 escolas: duas no perímetro urbano que não permitiam a união de meninos e meninas no mesmo ambiente, e mais 03 na zona rural. Neste ano, os colégios do perímetro urbano foram unificados, ocasionando no surgimento da Escola Reunidas. A construção da primeira escola, que na época recebia o nome de Grupo Escolar, foi levantada no cruzamento entre

as ruas Bernardino de Campos com Oscar Rodrigues Alves e é atualmente uma escola estadual.

Somente na década de 1930 que o perímetro urbano municipal recebe sua segunda instituição de ensino em 1932. Araçatuba ainda não dispunha de uma instituição voltada para a juventude cumprir o antigo ginásio. Então, foi constituído o Instituto de Educação Manoel Bento da Cruz, que logo foi rebatizado pela população de "I.E". A construção de um novo prédio tornou-se necessária, já que a escola funcionava em local improvisado, cedido pela Prefeitura Municipal. A edificação, levantada nas esquinas das ruas Carlos Gomes e José Pedro dos Santos, foi uma obra suntuosa e que ainda hoje marca a arquitetura araçatubense.

Do ponto de vista econômico, o café cede definitivamente espaço para outras formas de cultura agrícola como o algodão e o arroz. O comércio, ainda incipiente, organiza-se e se une na defesa de seus interesses com a fundação da Associação Comercial de Araçatuba. Os agricultores também estabelecem um sindicato patronal com a criação do Sindicato Rural da Alta Noroeste (SIRAN).

É no final da década de 1930 que Araçatuba vê a técnica de irradiação de sons pelo espectro radiofônico fincar raízes no solo do município. No aniversário de independência do Brasil, no ano de 1939, é criada a Rádio Cultura AM. Os desdobramentos da segunda grande guerra podiam ser divulgados a partir de solo araçatubense, já que no mês anterior acabara de eclodir o maior movimento bélico que o planeta já assistira.

Neste dia, às 19h30, o Hino Nacional ecoou nos aparelhos radiofônicos de Araçatuba e região pelas ondas sonoras da PRI-8 Rádio Cultura, que já em 1942, mudaria para novas instalações na Rua Osvaldo Cruz. Durante a década de 1940, muitos artistas se apresentavam no auditório da estação. Um

destes nomes foi Edson Cury, também conhecido como *Bolinha*, que posteriormente se transferiu para o Grupo Bandeirantes de Radiodifusão e se manteve por lá por quase vinte anos.

A partir da década de 1940, a expansão do êxodo rural em nível nacional também é compartilhado por Araçatuba, que com o desenvolvimento da agroindústria algodoeira passou a atrair levas de pessoas para a cidade. Isto permitiu o crescimento do comércio na região central que necessitava ainda mais de mão-de-obra para atender a nova demanda que surgia. A especulação imobiliária é também despertada com a criação de novos bairros como o Jardim Sumaré, região onde está instalada o Centro Universitário Toledo de Araçatuba – unidade escolhida para o desenvolvimento deste projeto.

Também nesse período, alguns pecuaristas araçatubenses começam a se desfazer de suas propriedades no entorno do município e adquirem no centro-oeste propriedades de terra com maior disponibilidade de terra. Com a expansão do espaço de produção de gado, os mesmos passaram a controlar o preço da arroba do boi em todo o país, o que garantiu à cidade o título de “Capital do Boi Gordo” tornando a Praça Rui Barbosa, no centro da cidade, local de grandes negócios dessa natureza.

Ainda na década de 1940, Araçatuba recebeu seu segundo Grupo Escolar, que recebeu a alcunha de “José Cândido” em alusão a um dos pacificadores que obtiveram êxito na árdua tarefa de manter um bom relacionamento com os silvícolas que aqui residiam durante a expansão da linha férrea. Foi também por esta época que Araçatuba recebeu o “Colégio Nossa Senhora Aparecida”, escola com formação católica, dirigida por madres. Também no “I. E” criou-se a Escola Normal, que atualmente é designada de Magistério e que permitiu a

formação e oferta de recursos humanos para a educação, gerando um ambiente propício para a formação profissional no município.

A partir da década de 1950, ocorre uma explosão demográfica na cidade que passa de aproximadamente 45.000 habitantes no final do decênio anterior para em torno de 80.000 no final dessa década. Com isso, ocorre um desordenamento do centro urbano araçatubense, havendo ocupações em áreas de mananciais, o que acarretava transtornos como as enchentes em períodos de chuva. Também é nessa época que a cidade vê surgir os primeiros edifícios como o “Araçatuba” e o “Paiva”.

É somente nessa década que os produtos extraídos das reses de propriedade de pecuaristas araçatubenses ganham um local para seu beneficiamento: o frigorífico TMaia, fundado pelo grande empreendedor Sebastião Ferreira Maia. Isto permite uma dinamização da mão-de-obra local e a criação de vagas de emprego, fundamentais para a manutenção do desenvolvimento municipal.

Ainda no quinto decênio do século XX, a cidade vê surgir mais uma empresa de radiodifusão sonora. Após 18 anos, tendo a Rádio Cultura AM como única rádio local, em 30 de novembro de 1957 é inaugurada a Rádio Difusora de Araçatuba, a segunda estação radiofônica de Araçatuba.

A primeira escola secundária de formação técnica surge também durante a década de 1950. A Escola Industrial de Araçatuba foi criada em 1951 e suas primeiras instalações deram-se em parte dos pavimentos do Centro Universitário Unitoledo de Araçatuba. Em 1953, a escola recebeu suas acomodações definitivas em frente à Praça Diogo Junior.

Segundo Pinheiro e Bodstein (1997, p. 327), os possíveis motivos que mantiveram o crescimento populacional e econômico de Araçatuba talvez dêem-

se pela expansão do Frigorífico TMaia que permitira à cidade a formação de uma vocação econômica em torno da pecuária e do agro negócio. A instalação da uma unidade industrial da Nestlé, em função da produção leiteira, conseqüência direta da criação de gado na região e a instalação de novas faculdades como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçatuba e da Associação de Ensino Marechal Cândido Rondon – com os cursos de Administração de empresas e de Ciências Contábeis – e que mais tarde levou a estas duas faculdades a unirem-se e formarem as Faculdades Integradas Toledo, são alguns dos fatores que permitiram a Araçatuba se consolidar como principal cidade da região noroeste do estado.

Na década de 1960, Araçatuba ganha sua terceira estação radiodifusora com a criação da Rádio Luz que veio após três anos depois compor-se com as Emissoras Coligadas, que já contavam naquele período com 37 outras empresas de radiodifusão sonora. Iniciam-se também nessa época ações para recepção de sinais da recém-nascida televisão brasileira, o que culminou com o estabelecimento do Serviço de Televisão de Araçatuba – SERTEARA – que tornou-se departamento do erário municipal a responder pela captação das ondas hertzianas de sons e imagens para os aparelhos de televisão araçatubenses.

Também viu-se neste período, a criação do Museu Histórico e Marechal Rondon que permaneceu junto da Biblioteca Municipal até 1996, quando a residência do engenheiro chefe da NOB na rua XV de Novembro foi restaurada para receber todo o acervo do museu, local em que se permite conhecer com mais profundidade a história de Araçatuba.

Durante a década de 1970, a região noroeste e naturalmente Araçatuba deixam de ser locais de contínua atração populacional, especialmente porque a mecanização do campo e a consolidação da pecuária não permitem o uso

de grande quantidade de mão-de-obra, tendo assim um decréscimo na oferta de empregos. Mesmo assim, ainda que em menor escala, o município ainda tem seu crescimento consolidado em torno de 20 mil novos habitantes nesse decênio, o que permite o surgimento de vários loteamentos em Araçatuba ampliando ainda mais a mancha urbana do município.

Foi no decorrer da década de 1970, que os preços do petróleo apresentaram vigoroso aumento, o que levou os países a adotarem medidas restritivas de uso desse importante recurso natural. Como forma de reduzir a dependência do insumo, o governo brasileiro decidiu estimular o uso do etanol como combustível alternativo ao uso do petróleo, fornecendo incentivos financeiros a custos subsidiados.

Isto levou ao início de uma perspectiva de foco da produção araçatubense: a pecuária e os grãos passam a dividir espaço com a produção canavieira, matéria-prima base para a produção de álcool em grande escala. As condições do solo e o clima propício para a produção da cana-de-açúcar permitiram à região uma rápida expansão dessa cultura agrícola, levando à fundação de importantes usinas como Aralco e Destivale, dando um impulso econômico importante para a área de influência de Araçatuba.

Do ponto de vista , houve uma expansão significativa do ensino técnico em Araçatuba nesse período com o estabelecimento de uma unidade do Serviço Nacional do Comércio – SENAC, no município em 1977. Anos antes, em 1972, inaugurou-se na cidade o Serviço Nacional da Indústria – SENAI. É também nesse decênio que o Instituto Noroestino de Trabalho, Educação e Cultura – INTEC foi inaugurado. O Instituto incorporou as atividades do Centro de Treinamento Agrícola (CTA) surgido durante a década anterior. O prédio onde foram instaladas as

dependências do INTEC apresentava salas para realização de oficinas de arte, instrumentos para capacitação profissional como aulas de datilografia e um teatro, o Teatro Castro Alves, que atualmente está desativado.

É também desse período que os trabalhos de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais começam a ser observados com mais ênfase em Araçatuba, o que resultou na criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE de Araçatuba, que ainda hoje contribui significativamente para o desenvolvimento e a inserção destes sujeitos no interior da sociedade araçatubense e regional.

O movimento econômico impulsionado principalmente pelo Pró-alcool permitiu ao município a expansão de sua atividade de construção civil, já que parte da mão-de-obra disponível na entressafra e os lucros advindos desta atividade econômica estimularam o levantamento de edifícios residenciais e comerciais por toda a cidade. Há que se considerar também como vetor do início da verticalização do município, o aumento da violência urbana que começa a preocupar a região de Araçatuba. Isto acabou por contribuir para mais um grande surto de crescimento populacional e urbano de Araçatuba a partir da década de 1980.

A expansão imobiliária também vai ao encontro do rio Tietê, fator de beleza natural e que propicia encontros entre famílias que apreciam atividades náuticas como pesca. Inicia-se assim a construção dos chamados “ranchos” ao longo da margem do rio e em alguns de seus afluentes, especialmente, com o fechamento das comportas da Usina de Três Irmãos que alteram a característica do rio, tornando-o praticamente um lago de grandes proporções.

Na década de 1990, Araçatuba apesar de recuar populacionalmente, em função especialmente, da emancipação política e administrativa de Santo

Antonio de Aracanguá que se torna município autônomo, a cidade cria um clima de grande expectativa e euforia diante das oportunidades de negócios que surgem na cidade. Uma série de ações tanto da iniciativa privada quanto dos governantes de todas as esferas de poder engajam-se a essa tentativa de garantir a inserção do município nos novos tempos globalizantes.

Uma das medidas urbanísticas adotadas são os trabalhos para a retirada da linha férrea que cortava o centro da cidade que começam a ser efetivados, o que contribuiu para uma maior uniformidade urbana. É também nesse decênio que o Aeroporto Internacional Dario Ferreira Guarita foi inaugurado, garantindo ao município ligação aérea para o resto do mundo.

Do ponto de vista econômico, se a construção do calçadão da Marechal Deodoro e da Princesa Isabel permitiu ao município constituir-se como o principal centro comercial da região na década de 1980. O decênio seguinte vê confirmar-se essa tendência com o levantamento do primeiro *shopping center* da região: o Araçatuba Shopping Center inaugurado em 1995 e que passou a atrair pessoas de toda a região em busca de novos produtos e lazer para sua famílias.

Do ponto de vista cultural, retomaram-se as atividades do Conselho de Cultura que havia sido criado na década anterior, que acabou sendo o embrião da formação da Academia Araçatubense de Letras (AAL) em 1992, que tornou-se importante lutadora para a valorização da manifestação artística no município, criando concursos, desenvolvendo reuniões para se “pensar” os problemas do município e elaborando cursos à população a custos subsidiados.

A partir da década de 1990, os administradores do município em conjunto com a iniciativa privada passam a observar a possibilidade da exploração do turismo na região como uma alternativa à estagnação econômica que a década

anterior trouxe ao país. O Thermas da Noroeste, local onde se pode aproveitar águas termais extraídas do subsolo, que supostamente trazem benefícios à saúde de seus usuários atrai anualmente grande quantidade de pessoas para a cidade.

Também a criação do Yacht Club e do Parque Náutico do Veleiro às margens do rio Tietê e de uma série de condomínios no seu entorno, permitiram um incremento nas atividades imobiliárias e uma nova alternativa de lazer para os munícipes de Araçatuba e região, bem como de outras regiões do estado que alugam estes espaços para recolherem-se com sua família em um ambiente agradável.

Outro fator de exploração e viabilidade econômica surgido na década de 1990 foi a instalação de um porto fluvial às margens do Rio Tietê no município de Araçatuba, como parte do projeto conhecido como Hidrovia Tietê-Paraná, permitindo a movimentação de grãos e também de madeira pela região portuária. Atualmente, estuda-se a viabilidade de se transportar *commodities* como açúcar e álcool de Araçatuba através da hidrovia, incrementando o potencial econômico do município.

Por fim, a década de 1990 nos trouxe a implantação do Gasoduto Brasil-Bolívia passando por Araçatuba e garantindo ao município oferta de energia a baixo custo e com reduzido impacto ambiental para as indústrias presentes e outras que por estas terras pretendem se alojar. Ficou consagrado na cidade a instalação de um *city-gate* ou simplesmente uma estação que altera a pressão do gás, o que permite seu consumo para as indústrias e até para residências por toda a cidade.

As perspectivas trazidas da década de 1990 trazem um cenário de euforia ao município, especialmente após a expansão do segundo surto canavieiro na região, colocando Araçatuba como um dos principais centros difusores da cultura

da cana-de-açúcar no Brasil. A previsão é que haja pelo menos 93 usinas sucroalcooleiras distribuídas por todo o noroeste paulista até o ano de 2010.

A ampliação da movimentação financeira na cidade exigiu novas obras de infra-estrutura como a duplicação do trecho urbano da Rodovia Elyezer Montenegro Magalhães (SP-463) e a captação de água do Rio Tietê para consumo, obra parcialmente executada, e que necessita a conclusão da estação de tratamento de água que permitirá ao município dispor de água de qualidade em abundância o que poderá atrair novas indústrias.

Esse cenário traz um ambiente positivo para o futuro de Araçatuba que entrou no século XXI com relativa infra-estrutura para superar os desafios da geração de riqueza e distribuição de renda para a sua população, além de seu fortalecimento como município referência da região noroeste paulista, consolidando feiras importantes como a Exposição Agropecuária e a criação de novas como a Feicana, esta voltada especialmente para o mercado canavieiro.

A expansão do setor hoteleiro no município com a chegada de três grandes redes, trazendo consigo projetos ambiciosos como a construção do Quality Resort Araçatuba às margens do rio Tietê, coloca o município definitivamente na rota do turismo nacional.

Há no campo educacional, a divulgação da implantação de uma Escola Técnica Estadual (ETE) e de uma Faculdade de Tecnologia (FATEC), coordenados pelo Centro Estadual de Ensino Técnico Paula Souza para 2007. O curso técnico de Análise e Produção de Açúcar e Álcool e o curso de nível superior em Tecnologia em Bioenergia serão voltados para atender a grande demanda de mão-de-obra que o setor sucroalcooleiro está gerando em função da expansão deste setor na região noroeste.

A expansão dos centros de ensino superior também representa uma razoável parcela do investimento econômico realizado no município. Para se ter uma idéia do movimento instituído pelas Instituições de ensino da cidade, em 1993 havia 17 cursos superiores na mancha urbana municipal. Atualmente, esse número alcança a expressiva marca de 78 cursos¹⁸, o que credencia a cidade como referência no ensino universitário na região.

Isto se deve a uma série de fatores que beneficiaram a terra dos araçás como o estímulo a expansão dos cursos universitários privados, a partir da gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso. Também é relevante o fato de a cidade ser centro regional de uma região com uma população já próxima dos 700 mil habitantes. De acordo com Morales (2005, p. 68),

“Atualmente, a cidade tem sete instituições de ensino superior. Uma pública – a UNESP (...) – e cinco privadas: Unitoledo e Salesiano (...), FEA (Fundação Educacional de Araçatuba), Faculdades Thathi COC e Unip (...). O colégio São Judas mantém o curso de Normal Superior (...). No próximo ano, está prevista a instalação da Uniesp na cidade”.

Para se entender como se processou a expansão do ensino universitário no município é razoável fazermos uma recuperação histórica da chegada de alguns destes centros de difusão de educação superior com a finalidade de poder situar com maior precisão o potencial de instalação de uma rádio educativa universitária que há no município..

¹⁸ MORALES, Eloísa. Araçatuba vira pólo do ensino superior. **Araçatuba 97 anos**. Araçatuba, v. 1. n. 1. p. 68-69. 2005.

3.2.1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ARAÇATUBA

Uma das crenças desse trabalho é imaginar que a instalação de uma rádio educativa em território araçatubense dar-se-ia a partir da solicitação da concessão de um canal para esta finalidade por uma instituição de ensino superior, em função de esta construir de dentro de suas dependências, informações e serviços relevantes para o progresso social de determinada comunidade. Além disso, muitas delas possuem potencial financeiro para manter a estrutura necessária para o bom funcionamento de uma emissora voltada a cumprir essa importante missão.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a pouca capacidade dos municípios em geral de dispor de recursos para providenciar a instalação e manutenção de uma rádio educativa em seus limites territoriais, não se acredita que o Paço Municipal se interesse em pedir ao Ministério das Comunicações permissão para explorar um canal educativo em Araçatuba, já que o engessamento do orçamento e a possível perda da autonomia editorial da emissora por pressões do Poder Executivo levariam a inevitáveis conflitos políticos que poderiam inviabilizar essa idéia.

Portanto, sem deixar de citar as diversas instituições de ensino superior estabelecidas no município de Araçatuba, decidimos destacar dois centros de docência superior em especial: a Faculdade de Odontologia de Araçatuba, encampada pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), já que esta além de ser custeada pelo Poder Público Estadual é também a primeira instituição de ensino superior instalada no município e o Centro Universitário Toledo, em função de sua identidade com a região, já que o estabelecimento mantém seu

campus exclusivamente em Araçatuba, mantendo sua história de expansão vinculada a “Terra dos Araçás”, além de ter sido a segunda IES a surgir na cidade.

3.2.2 A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE ARAÇATUBA

O início da história do ensino universitário em Araçatuba dá-se com o surgimento da primeira escola de curso superior em Araçatuba. O movimento da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba foi capitaneado pelo educador Joaquim Dibo, que ao lado de lideranças políticas e sociais conjugaram esforços para a consolidação do sonho de estabelecer uma unidade educacional de ensino superior no município.

Desde aquela época, a história das faculdades em Araçatuba imbrica-se com a da radiodifusão local, que disponibilizou suas ondas sonoras para o fomento da idéia de se estabelecer um centro universitário na região. Neste contexto, destaca-se a relevante contribuição da Rádio Cultura AM, que naquele momento estava sob controle de Nicolau Fares e cuja campanha de sensibilização popular irradiadas pelo veículo culminou com a Lei Estadual nº 2.633, de 20 de janeiro de 1954, de autoria do Deputado Plácido Rocha e que indicava os parâmetros para a criação da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Araçatuba.

Os artigos da autorização previam a instalação da Faculdade a partir do ano seguinte à redação da lei estadual mediante doação por parte do município de terrenos e edificações necessárias a sua constituição. De acordo com Santos (2002):

“Criou-se então um impasse: o único prédio da cidade em condições de abrigar a nova escola (...) fora construído para abrigar crianças órfãs ou abandonadas. O governo se dispunha a construir um prédio menor para as crianças, mas a população e várias autoridades não aceitavam. Foi preciso uma longa campanha movida pela *Rádio Cultura*

AM até que a faculdade se instalasse no prédio e começasse a funcionar em 1957: as crianças abandonadas ganharam um prédio novo, bem em frente à escola de odontologia”.

Em 16 de dezembro de 1960, é realizada a colação de grau da primeira turma de cirurgiões-dentistas formados pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Araçatuba, recebendo as homenagens o então Presidente da República, Jânio Quadros com o título de paraninfo e cabendo a Nicolau Fares, proprietário da Rádio Cultura AM e um dos maiores incentivadores da instalação do centro acadêmico, o título de patrono dos recém-formados.

Dez anos depois, em 30 de janeiro de 1970, por meio do Decreto Estadual nº 191, a Faculdade recebe a designação de Faculdade de Odontologia de Araçatuba (FOA), retirando do nome o termo “Farmácia”, em face da não instalação deste curso no município. No ano de 1976, a FOA passa a integrar a Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), como uma de suas unidades.

Em janeiro de 1984, por meio de solicitação da Câmara Municipal de Araçatuba, a FOA aprecia a viabilidade de ampliação do seu *campus*, a partir da implantação de um curso de medicina veterinária no município. Este pedido recebeu aval favorável do Conselho Universitário da UNESP, em 25 de junho de 1988, através da Resolução 41/88. O curso de medicina veterinária iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1990. Desde então, os cursos de odontologia e medicina veterinária estão sob administração da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, cuja direção atual é responsabilidade do Profº Dr. Paulo Roberto Botacin.

Dentre os projetos de extensão universitária desenvolvidos pela FOA, destacamos o Centro de Integração Odontologia/Psicologia (CIOP) cujo fulcro consiste em assistir, por meio de terapia psicológica, pacientes com agravamentos de sintomas físicos relacionados à odontologia, em face de disfunções emocionais.

Há também o Centro de Assistência Odontológica aos Excepcionais (CAOE), projeto multidisciplinar que oferece assistência odontológica a sujeitos com necessidades especiais de diversos municípios brasileiros, inclusive com reconhecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelos serviços prestados à comunidade.

Também salientamos o trabalho do Centro de Oncologia Bucal (COB) que visa ao aprimoramento das técnicas no tratamento de câncer na área odontológica, com atendimento disponível à sociedade e o Bebê-Clínica que atende crianças a partir de 06 meses de idade com o escopo de sensibilizar pais e responsáveis a adotar hábitos saudáveis de higienização bucal, condicionando os jovens a assimilarem tal conduta.

Não se pode olvidar do Hospital Veterinário com atendimento a pequenos e grandes animais de mais de 30 municípios de 04 estados brasileiros com atuação na prevenção de doenças endêmicas como a Leishmaniose Visceral.

3.2.2 O CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO

O Centro Universitário Toledo de Ensino é resultado da fusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com a Associação de Ensino Marechal Rondon, levando a formação das Faculdades Integradas Toledo. Esta junção permitiu escala necessária para o estabelecimento de novos cursos, o que levou a sua elevação para a condição de Centro Universitário.

Não se pode falar do Centro Universitário Toledo de Ensino sem falar das instituições que a fundaram, de seus idealizadores e de seus sucessores, que a cada geração deixaram seu legado na consolidação dessa instituição de ensino superior como uma das mais conceituadas da região de Araçatuba.

A gênese do Centro Universitário dá-se com a constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir do decreto n. 60.352, redigido pelo Ministério da Educação em 12 de março de 1967. O responsável por esta façanha no ensino superior privado de Araçatuba é o senhor Antônio Eufrásio de Toledo, que já havia fundado outros *campi* universitários pelo interior do estado de São Paulo e norte do Paraná. Os cursos oferecidos pela segunda faculdade de Araçatuba eram na área de Humanas: Letras, Pedagogia e Estudos Sociais.

Sua trajetória inicia-se com a criação do Instituto Toledo de Ensino (ITE) no município de Bauru com cursos superiores de Direito, de Estudos Sociais e de Educação Física. Posteriormente, disseminou faculdades por outras cidades como São José do Rio Preto, Botucatu, Lins, Presidente Prudente, entre outros municípios, todos em São Paulo, além de Loanda, Cambará e Cianorte, no norte do Paraná. Em 1971, o Instituto Toledo de Ensino cria o curso de direito em Araçatuba, ainda hoje um dos principais cursos da IES.

Um pouco antes, em 1965, chega de São Carlos o Sr. João Paulo Savioli, com a finalidade de instalar uma unidade do Liceu José Geraldo Keppe que aqui instalou um curso técnico de química em Araçatuba. Lamentavelmente, o curso definhou, mas não o empenho de seu pioneiro que, amante do ensino, engajou-se para o surgimento da Faculdade de Administração de Araçatuba. O curso iniciou suas atividades em outubro de 1969 e formou sua primeira turma em 1973.

Neste mesmo ano, a Faculdade de Administração troca sua designação para Associação de Ensino Marechal Rondon e estabelece uma escola superior de Educação Física e Práticas Desportivas. Em 1974, é agregada à Associação, o curso de Ciências Contábeis.

Em 1975, assume a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçatuba, o professor Maurício Leite de Toledo, filho de Antônio Eufrásio de Toledo, que retorna a carreira acadêmica após cumprir mandatos políticos, inicialmente como vereador do município de Bauru e posteriormente como deputado federal.

O ano de 1985 é um marco para o Instituto Toledo de Ensino, que além de receber autorização para a implantação do curso de Economia em Araçatuba, também encampa a Associação de Ensino Marechal Rondon, o que produziu as Faculdades Integradas Toledo. A recém-criada instituição de ensino superior inicia seu novo desafio bacharelando profissionais nas áreas de economia, administração de empresas, direito, ciências contábeis; em licenciatura, a instituição garantia às escolas de ensino de base da região profissionais na área de Letras, Pedagogia, Educação Física, além de Geografia e História, desmembramento do antigo curso de Estudos Sociais. Com isso, a recém-formada faculdade já contava com 09 cursos em sua gênese.

A faculdade inicia um movimento de ampliação de sua atuação pedagógica a partir de 1997, investindo parte de seus recursos na estruturação tecnológica de seus cursos e constituindo o primeiro provedor para acesso à internet em Araçatuba, além de criar uma revista para publicação da produção científica de seu corpo acadêmico. Em 1999, em face de uma necessária reestruturação das estruturas pedagógicas constituídas, com o fito de acompanhar as constantes alterações das demandas do mercado, as Faculdades Integradas Toledo recebe uma nova designação social, passando a ser denominada de Sociedade de Ensino Superior Toledo S/C Ltda.

Atuando de forma a receber o título de Centro Universitário, as Faculdades Toledo ampliam sua rede de serviços à sociedade, estabelecendo para a comunidade, desde 1995, assistência jurídica gratuita, utilizando estas atividades como laboratório para seus alunos da área de Direito. A instituição também criou a Empresa Junior para os estudantes dos cursos de Economia, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, além de ampliar e modernizar o acervo de sua biblioteca e criando estruturas necessárias para este importante em sua história.

Na área de comunicação, a instituição cria a Agência Interior, o primeiro núcleo de produção de notícias virtuais do interior paulista, projeto que foi repassado para o renomado jornalista Carlos Nascimento, em função do falecimento, em 2000, de Antônio Afonso Toledo, neto de Antônio Eufrásio de Toledo. Essa experiência positiva na área de jornalismo levou à instituição ao estabelecimento do primeiro curso de jornalismo da região em 2001.

Em 2004, a instituição finalmente recebe o título de Centro Universitário, tendo como seu primeiro reitor o professor Maurício Leite de Toledo, o que permitiu assim uma relativa autonomia para a implantação de novos cursos, e em contra-partida, intensificou os investimentos em pesquisa, ensino e extensão, estabelecendo pró-reitorias específicas para este fim.

De acordo com o artigo 11, do decreto 3.860/2001, “os Centros Universitários são instituições de ensino pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar (apud ARANTES; HESS, 2005, p. 4)”.

Além das propostas de extensão já mencionadas, destaca-se o Núcleo de Cultura Toledo (NUCAT) que promove atividades culturais para a comunidade acadêmica e ações junto à sociedade; criação de cursos de capacitação complementar a docentes atuantes no ensino fundamental e médio; e a concepção, em 2003 do Instituto Afonso Toledo, homenagem a Antônio Afonso Toledo, voltado para a melhoria do ser humano com atuação focada em ações educativas, culturais e de meio ambiente, promovendo assim o bem-estar da sociedade.

Dentre os projetos do Instituto destaca-se o de inclusão social para pessoas da terceira idade, com cursos gratuitos de Informática para este segmento da população. Também desenvolve alfabetização de adultos e atividades de recreação hospitalar junto às alas pediátricas de alguns hospitais de Araçatuba.

Com a morte do reitor Maurício Leite de Toledo, em 16 de fevereiro de 2006, assume o posto de reitor, seu neto, Bruno Roberto Pereira de Toledo que segue os princípios administrativos e s de seus antecessores e promove uma arrojada expansão da sua grade de cursos a disposição da comunidade da região de Araçatuba. Além dos 17 cursos já disponíveis para a sociedade, o Centro Universitário Toledo também disponibilizará 07 novos cursos, enredando-se também na parte de Biológicas e ampliando sua atuação na área de Comunicação. Os cursos são: Matemática, Publicidade e Propaganda, Enfermagem, Fisioterapia, Hotelaria, Negócios Internacionais e Educação Física – Bacharelado.

Na área de formação continuada, a Instituição Toledo de Ensino dispõe do programa de Mestrado em direito recomendado pela CAPES. O Centro Universitário também investe na Educação à Distância, mantendo a disposição de sua comunidade acadêmica o Núcleo de Educação à Distância (NEaD) que mantém

cursos na esfera jurídica. Ela ainda oferece 26 cursos *lato sensu* nas diversas áreas de conhecimento em que a Instituição atua.

3.2.3 AS OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE ARAÇATUBA

A Fundação Educacional de Araçatuba (FEA) é resultado da promulgação da lei municipal nº 1.306/1967, entretanto a instituição entrou somente em funcionamento a partir de 1971. A FEA inicia suas atividades em parceria com a Faculdade de Odontologia de Araçatuba, oferecendo o curso técnico de prótese dentária. Posteriormente, enredou-se pelo ensino superior com a abertura do curso de Economia na instituição.

O orçamento da instituição é mantido tanto pelo erário público como pelas mensalidades pagas por seus estudantes. Como é considerada uma fundação sem fins lucrativos e ainda recebe repasses do governo municipal, a FEA pode garantir custos subsidiados a seus alunos, sem prejuízo de qualidade no ensino por ela oferecido.

A instituição é coordenada por um Conselho, que escolhe seu presidente, do qual fazem parte diversos grupos representativos de Araçatuba como Lions Clube, Loja Maçônica, além de representantes dos docentes da instituição e da Prefeitura Municipal.

De 2002 a 2004, a Fundação ampliou sua grade de cursos oferecidos à sociedade e mantém, além do curso de Economia, os cursos de Administração, Pedagogia, Turismo e Psicologia.

Em Araçatuba, há ainda a Universidade Paulista (Unip) que adquiriu o prédio do antigo Frigorífico TMaia em 1997 e atualmente dispõe de 14 cursos e pretende já para 2007 colocar em operação mais 8 cursos no município.

Podemos citar também o surgimento da Faculdade De Angeles, nova designação recebida da Faculdade São Judas que oferece o curso de Pedagogia e o Unisalesiano que conta com 11 cursos e duas unidades espalhadas pelo município, uma delas inaugurada no início de 2006 e também a União das Instituições de Ensino Superior (UNIESP) que encampou uma cooperativa de ensino de Araçatuba e pretende implantar um curso de Medicina no município. Não se pode esquecer das Faculdades Thathi implantadas recentemente em Araçatuba e que trouxe cursos de tecnologia para o município e atualmente está fixando atividades em nível superior na área de Humanas.

Há também uma série de cursos de ensino à distância em nível superior (EaD) espalhados em diversas instituições. Segundo dados divulgados pela Folha da Região¹⁹, 17 novos cursos estarão a disposição da comunidade araçatubense a partir de 2007.

3.3 ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES PARA A INSTALAÇÃO DE UMA RÁDIO EDUCATIVA EM ARAÇATUBA

Como em qualquer organização social que envolve esforços e interesses conflitantes para o alcance de um objetivo específico, a construção de um plano que vise à previsão, à condução e à superação de eventuais problemas no decorrer do curso de instalação da Rádio Universitária Educativa em Araçatuba faz-se conveniente.

Para que o empreendimento de uma corporação seja colocado em prática, é necessário que o grupo envolvido tenha objetivos, necessidades e

¹⁹ ENSINO UNIVERSITÁRIO EM ARAÇATUBA GANHA ALUNOS COM CURSOS A DISTÂNCIA. Folha da Região de Araçatuba, Araçatuba, 29 set. 2006. Educação, p. 6.

interesses em comum. É nesta interação entre recursos, habilidades pessoais e gerenciamento de ameaças e oportunidades dentro de uma instituição, além de uma convergência de esforços em direção a determinadas conquistas pessoais e organizacionais é o que permite o sucesso de uma iniciativa desta natureza. “Somente pela atuação competente dos membros que constituem esta rede de relacionamentos, as organizações podem adequar-se às turbulências e intempéries do meio ambiente (PATRIZZI et al. 2002, p. 16)”.

As organizações são estabelecidas para cumprir algum fim específico e atender determinadas necessidades da sociedade. Portanto, faz-se necessário deixar claro aos grupos interessados no êxito desta ação uma missão que corporifique e delineie os motivos de sua importância no contexto araçatubense.

De acordo com Kotler (2000, p. 87-88),

“Uma declaração de missão bem formulada dá aos funcionários um senso compartilhado de propósito, direção e oportunidade (...) As melhores declarações de missão são aquelas guiadas por uma visão, uma espécie de ‘sonho impossível’ que fornece à empresa direcionamento para os 10 a 20 anos seguintes. (...) Boas declarações de missão têm três características principais. Em primeiro lugar concentram-se em um número limitado de metas (...) Em segundo, as declarações de missão enfatizam as principais políticas e valores que a empresa pretende honrar (...) Em terceiro lugar, definem os principais escopos competitivos dentro dos quais a empresa operará”.

Sendo assim, cabe-nos formular uma missão que deixe claro a toda comunidade beneficiada pelo projeto o intuito de se instalar uma rádio com propósitos educativos em Araçatuba:

Ser referência regional como pólo irradiador de conteúdos educativos-culturais, constituindo-se como principal estação de radiodifusão sonora da região de Araçatuba. Para isso, garantiremos aos ouvintes uma programação diversificada e de alto nível, ao mesmo tempo em que contribuiremos com a

formação de pessoas qualificadas para o empreendimento radiofônico em nosso país. Estaremos engajados em assuntos de interesse público, permitindo a ampla participação de segmentos sociais nos rumos da emissora ao criar um ambiente democrático e justo para discutirem seus problemas e suas reais soluções.

Determinada a mensagem que orienta os membros participantes da proposta de construção de uma estação radiofônica universitária educativa, cabe-nos agora voltarmos-nos para os vetores macro-ambientais que podem facilitar ou dificultar a montagem e a sobrevivência da emissora. Para isso, é de extrema relevância que se analise alguns aspectos do ambiente externo para evitar sobressaltos na condução deste empreendimento.

3.3.1 ANÁLISE DO MACRO-AMBIENTE

É de extrema relevância reconhecer as oportunidades e ameaças que constituem o ambiente que se estabelecerá a rádio universitária com fins educativos no município de Araçatuba, já que percalços econômicos, demográficos, tecnológicos e legais alheios à ação de alguma Instituição de Ensino Superior no propósito de instalar a emissora devem ser monitorados, já que dificuldades da mantenedora redundarão em inevitáveis dificuldades à estação que dependerá de verbas de alguma Instituição de Ensino Superior ou de uma Fundação para seu funcionamento.

Cabe, portanto, verificar cenários tanto para a estação radiodifusora quanto para a instituição mantenedora a fim de se delinear um panorama preciso acerca dos passos a serem concretizados rumo a este objetivo.

3.3.1.1 Ambiente Econômico

O ano de 2006 apresenta-se como um grande desafio para a economia nacional, já que há pressões em vários setores da sociedade civil para que o segundo mandato do presidente Lula paute-se por um crescimento econômico mais vigoroso, próximo a patamares que outros países em desenvolvimento estão alcançando como crescimento em torno de 5% ao ano.

A economia internacional vem mostrando um grande surto de desenvolvimento o que reflete nos constantes saldos positivos no balanço de pagamentos brasileiros, garantindo maior quantidade de reservas cambiais, blindando o Brasil de eventuais especulações quanto a sua capacidade de honrar seus compromissos.

A China e os Estados Unidos vêm mantendo índices de crescimento econômico bastante positivo, o que leva ao aumento da demanda por *commodities* e de bens semi-manufaturados como aço para garantir sua produtividade, elevando o preço desses bens no mercado internacional é um dos mais relevantes fatores que permitem à balança comercial brasileira manter um nível de superávit constante.

O governo federal empenha-se em estabelecer um ambiente favorável à expansão econômica, atuando em diversas frentes para alcançar êxito em seu empreendimento como criar pacotes para desoneração tributária das empresas e redução das taxas de juros nominais pagas pelos títulos públicos, atualmente as menores desde a criação do Plano Real.

Apesar das quedas constantes da taxa SELIC, a remuneração real brasileira que é o resultado dos juros nominais subtraídas pela inflação do período, ainda mantém o Brasil como nação que melhor recompensa os investidores que adquirem títulos públicos no planeta.

Este cenário, aliado aos constantes superávits da balança comercial, permite a moeda nacional manter-se num patamar próximo aos R\$ 2,15, o que acaba favorecendo as importações e dificultando as exportações em áreas de bens de consumo não-durável, que exige grande capacidade de competitividade como a produção de calçados.

O valor do Real apreciado em relação ao dólar mantém o Índice Geral de Preços (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas estabilizado, o que garante os preços dos serviços públicos sob controle, já que a maioria dos contratos de empresas privatizadas aponta reajustes de preços a partir desse índice, cuja metodologia preocupa-se mais com os custos do atacado mais suscetível a variação cambial.

Quanto à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE está sob controle e indica cenários de inflação dentro da meta estabelecida de 4,5% ao ano com margem de 02 pontos percentuais tanto para baixo quanto para cima. Tal situação garante menor depreciação salarial, o que garante maior poder de compra para a população assalariada.

No aspecto fiscal, o Brasil vem mantendo uma política austera com meta de superávit primário em torno de 4,25% do Produto Interno Bruto, o que garante maior segurança aos investidores internacionais que aplicam seus recursos e favorece ainda mais a queda do dólar frente ao Real.

As taxas de crescimento mantida em níveis modestos após sucessivas crises financeiras mundiais desde 1995, conjugada aos baixos índices de expansão da economia no decênio de 1980, também conhecida como “década perdida” dificultam a inserção do jovem no mercado de trabalho o que eleva a massa de desempregados, reduz o consumo e provoca a redução dos salários, o que

naturalmente amplia a inadimplência no comércio e aumenta a incidência de pessoas que recorrem a créditos pessoais bancários para honrar seus compromissos financeiros. Com o aumento da demanda por empréstimos, o spread bancário também se eleva, o que onera ainda mais a renda do trabalhador assalariado com o pagamento de juros excessivos.

3.3.1.2. Perspectivas para 2007

O Banco Central manteve a meta de inflação para 2007 em 4,5% com margem de desvio de 2% para mais ou menos do *target* estabelecido. As taxas de juros determinadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) – órgão do Banco Central responsável pela indicação da taxa SELIC estão previstas encerrar o ano corrente em 13,25% ao ano. A tendência é de manutenção da queda dos juros estipulados pelo Banco Central, todavia, em patamares mais modestos se comparados ao ano de 2006. A previsão é que em 2007 a taxa atinja 12% ao ano²⁰.

Como já fora mencionado, o governo federal prevê crescimento do PIB em torno de 5% ao ano. Para isso, realizará diversos investimentos em infraestrutura apoiado especialmente nas Parcerias Público-Privadas (PPP), instrumento que permite apoio da iniciativa privada em aplicação de recursos em programas de interesse público como estradas, ferrovias, usinas produtoras de energia, portos entre outros elementos e em contrapartida o investidor pode explorar comercialmente a obra executada.

O aquecimento da economia proveniente desse estímulo a economia possibilitará uma redução dos níveis de desemprego como demonstra

²⁰ Extraído do site:

http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200611292206_INV_30270974 no dia 30/11/2006 às 01h14.

pesquisa efetuada pela fundação Seade e Dieese que observou redução de 15,3 para 14,6 os índices de desemprego na Grande São Paulo²¹, já no mês de outubro de 2006. Entretanto, a mesma pesquisa enfatiza a queda na renda do empregado, o que possivelmente não reduzirá os níveis de inadimplência no mercado.

OPORTUNIDADES

- Aumento do PIB brasileiro em 2007 exigirá maior demanda de pessoal com conhecimentos especializados, especialmente na área de infra-estrutura como energia e transportes, aquecendo a procura por educação de qualidade em nível técnico e superior;
- Possibilidade de abertura de cursos de pós-graduação que atendam setores em expansão na região, especialmente aqueles voltados para o setor sucroalcooleiro que exigem qualificação profissional para operação de sua produção e comercialização de seus produtos;
- Dificuldade de entrada do jovem no mercado de trabalho, determinada pela exigência do mercado por experiência profissional e responsabilidade, incrementa a demanda por cursos em nível superior;
- As ações de inclusão universitária promovidas pelo governo reeleito permitem um incremento na quantidade de clientes potenciais por meio de bolsas de estudos, compensada pela redução dos encargos tributários sobre a instituição.

AMEAÇAS

²¹ Extraído do site: http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200611281246_INV_30267435 no dia 29/11/2006 às 00h40.

- Salário com perspectiva de queda favorecerá ao aumento da inadimplência dos mensalistas da instituição;
- Necessidade de alcançar o superávit primário estabelecido poderá fazer com que a União amplie a carga tributária sobre as empresas de prestação de serviços, incluindo instituições da área educacional;

3.4 – AMBIENTE SÓCIO-CULTURAL

Uma dos efeitos culturais mais marcantes do planeta neste início de século XXI é a vitória do individualismo hedonista, fruto de um vigoroso e contínuo estímulo à formação de uma sociedade de consumo capaz de garantir a expansão do capitalismo.

Este padrão social que determina modelos de consumo específicos inevitavelmente afeta as relações do próprio indivíduo consigo mesmo e com o universo que o entorna, tornando os relacionamentos pessoais mais efêmeros e pouco duradouros.

Os seres humanos igualmente se tornaram produtos de consumo rápido, e a satisfação que resulta de encontros amorosos é logo superada por uma nova experiência. A ansiedade causada pela vida urbana leva as pessoas a encontrar saídas prazerosas dos problemas de seu dia-a-dia através de entorpecentes e drogas ilícitas, a fim de amenizar as pressões cotidianas e levar a uma sensação de prazer intensa.

A dinâmica que o mercado impõe às organizações sociais com inovações crescentes e em ritmo cada vez mais intenso, também coloca ao

consumidor novas opções que devem rapidamente servir como substitutas de outros objetos de seu consumo.

Essa capacidade de acompanhar as tendências por parte das pessoas, garante aos usuários, no momento do consumo, um relativo status, o que de certa forma preenche sua necessidade de manter elevada sua auto-estima. Os produtos necessitam, acima de tudo, trazer uma satisfação social e psicológica, além de sua utilidade evidente. Isto acaba por vincular autoconfiança com potencial de consumo pessoal, o que acaba por frustrar sujeitos com pouco poder de compra, e não há como duvidar que isto seja um fator de ampliação de violência urbana.

Da mesma forma, tal cenário gera freqüente revisão de valores que a sociedade aprecia, alterando comportamentos e estilos de vida. Atualmente, não é mais aceitável a intolerância a minorias sexuais, étnicas, sociais e religiosas, estas, aliás, cada vez mais conscientes de seus direitos como cidadãos, influenciam na criação de uma agenda governamental na defesa de seus interesses.

Quanto à família, não há mais tolerância em relação à violência física e moral em mulheres, que ampliaram seu espaço na sociedade. Hoje, as famílias tornaram-se lugares mais democráticos com participação de todos nas decisões cotidianas. A mulher também se dirigiu ao mercado de trabalho e seus vencimentos ajudam a compor a massa salarial da residência, quando não são determinantes para o sustento do lar. As separações entre casais são mais comuns e vistas com naturalidade, o que levou em muitas casas a uma desintegração familiar total, colocando filhos morando com avós e parentes mais próximos ou somente com um dos pais.

A volatilidade dos valores sociais é oriundo, sem dúvida alguma, da quantidade de informações disponível no ambiente social, o que reflete na

capacidade de questionamento do consumidor quanto à qualidade da prestação de serviços contratados. Isto exige das organizações uma atenção maior em cativar o cliente a ponto de fidelizá-lo e que ele seja meio de atração de novos consumidores.

Em função disto, a sociedade está alerta em relação a seus direitos diante de desentendimentos e desmazelo por parte das organizações sociais. A comunidade decreta às companhias atenção redobrada quanto ao meio-ambiente e uma atuação efetiva e responsável perante seus grupos de interesse, intervindo positivamente para tornar o mundo lugar mais atraente para se viver.

Este cenário implica em movimentos de resistência no interior da sociedade, amplificando ideais nacionalistas e de purificação de raça e pregações de grupos contra a sociedade de consumo, adotando um padrão de vida alternativo, destacando-se do meio social por meio de seu estilo peculiar.

É parte desse movimento de aversão, a aquisição de bens simbólicos e culturais distante dos padrões determinados pelo grande mercado de massa, o que distingue os indivíduos pelo seu padrão cultural e não pelo seu poder econômico.

OPORTUNIDADES:

- Uma sociedade plural e menos preconceituosa permite trazer à tona assuntos que estavam cercados nos muros de instituições de ensino superior, já que causarão menos impacto na população por meio de veículos de comunicação;
- Exigência da sociedade em dispor de um ambiente com maior quantidade de informações;

- Possibilidade de expansão de bens culturais diferenciados por toda a sociedade.

AMEAÇAS

- Sociedade mais exigente quanto à qualidade na prestação de um serviço, seja ele simbólico ou não;
- Potenciais ouvintes da emissora, alguns líderes de opinião, podem deixar de fazê-lo em protesto à massificação de produções culturais ditos de qualidade, que antes o distinguiam, tornam-se consumíveis a uma grande parcela da sociedade.

3.5 – AMBIENTE TECNOLÓGICO

A tecnologia é por excelência, o principal fator contingente de uma emissora radiofônica, alterando definitivamente o ambiente de tarefa das organizações radiodifusoras. A internet possibilita a ampliação do canal de comunicação entre ouvinte e estação, além de se tornar uma nova plataforma de emissão de sua programação, inserindo-a num ambiente inovador e interativo.

O surgimento do Compact Disk (CD) como base de armazenamento digitalizado, permite às emissoras uma redução e otimização do espaço físico de suas discotecas e arquivos, além de favorecer a organização do material disponível para a estação.

Também o avanço dos aparelhos celulares que funcionam que mantém sintonia com as emissoras tanto em AM como FM e a evolução de softwares de compactação como o MP3, atuam no sentido de fornecer mais um local

para promover audições radiofônicas das empresas de radiodifusão sonora, excetuando o caráter de portabilidade ainda característico do rádio.

Considera-se importante a decisão do governo brasileiro em estabelecer o padrão digital japonês a ser adotado para a televisão brasileira. Acordos para que esta medida seja estendida às emissoras de rádio ainda dependem de concordância da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT).

OPORTUNIDADES

- A internet intensifica os canais de comunicação da emissora com seu público, ampliando a interatividade entre os protagonistas do processo comunicativo;
- A expansão de novas tecnologias em aparelhos celulares permite a criação de uma nova plataforma de audição das estações radiodifusoras, aumentando o raio de ação de suas mensagens;
- A compactação dos conteúdos digitalizados permite uma melhor organização da programação, reduzindo custos de pessoal e de manutenção da emissora;
- O uso da internet para ampliação do alcance da programação elimina fronteiras e limitações do espectro radiofônico, podendo atingir pessoas em todos os lugares do mundo.
- O arquivo digital permite ao usuário acessar quantas vezes achar conveniente pela internet um produto simbólico após sua apresentação ter sido efetivada pelas ondas do rádio;
- As emissoras poderão ampliar seu poder de transmissão de mensagens com o uso dos displays de cristal líquido disposto nos novos aparelhos radiofônicos, especialmente aqueles adaptados aos automóveis.

- A escolha de um padrão digital para as rádios brasileiras permitirá a melhoria do padrão sonoro emitido pelo espectro radiofônico, além de permitir maior interatividade como o ouvinte.

AMEAÇAS

- Rádios virtuais, vinculadas a grandes portais, estão mais consolidadas e adaptadas ao ambiente que rádios tradicionais, além das primeiras não operar conforme os ditames da legislação pertinente à radiodifusão;
- A introdução da televisão digital no Brasil retirará uma característica até então típica do rádio: a portabilidade. Em função disso, as emissoras radiofônicas inevitavelmente entrarão em rota de colisão com a televisão pela audiência;
- Os arquivos em MP3 e programas como o Kazaa permite compartilhamento de arquivos, especialmente música, o que garante ao indivíduo ouvir sons *on demand* sem ter que acessar as rádios para ouvir as músicas de sua preferência.
- A disseminação de aparelhos que lêem CDs nos veículos retiram audiência das rádios, dada a melhor qualidade do som emitido por estes instrumentos;
- A definição de um modelo digital para a radiodifusão sonora implicará em custos adicionais com tecnologia para as emissoras já constituídas e a se constituir dentro do modelo analógico.

3.6 AMBIENTE DEMOGRÁFICO

Com uma área de 1.168 km² e uma população de 181.598²², Araçatuba apresenta uma densidade demográfica de 155,47 habitantes por Km² e uma renda per capita de R\$ 7.171,17, o município abriga 22,11% da população regional composta por 43 municípios.

Araçatuba abriga duas importantes rodovias: a SP-300 que recorta todo o estado de São Paulo, atingindo o sudeste do Mato Grosso do Sul e a SP-463 que permite vínculo do município com o Triângulo Mineiro e com o Oeste Paulista. Além disso, o Aeroporto Internacional Dario Guarita, o Porto Fluvial de Araçatuba e os trilhos da Novoeste permitem ao município estabelecer-se como um importante centro de distribuição de mercadorias e de pessoas do estado.

O setor econômico predominante é o de serviços com seus R\$ 780,49 milhões representa 61,88% de total de riquezas produzidas no interior do município. As atividades industriais correspondem a 29,08% da soma de tudo que a cidade produz, enquanto que no âmbito agropecuário o total é de 9,04% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cálculo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que estabelece relações entre Renda Per Capita, Expectativa de vida e Escolaridade é de 0,848 numa escala que varia de zero a 01, considerada marca de alto desenvolvimento.

Araçatuba é uma cidade essencialmente urbana com apenas 2,36% de sua população residentes no perímetro rural. Sua população apresenta pouca assimetria entre homens, que são 47,43% do total de habitantes, e mulheres que correspondem aos outros 52,57%, distribuindo-se de forma equilibrada entre as

²² Fonte: www.seade.sp.gov.br

diversas faixas etárias. Para se ter uma idéia deste cenário, a zona com maior quantidade de pessoas é a compreendida entre 20 e 24 anos e que representam cerca de 8,88% do total de habitantes do município²³.

Quanto ao nível de escolaridade, Araçatuba possui 93,69% da população alfabetizada e com média de 8,16 anos na escola, sendo que mais da metade da população acima de 25 anos possui média inferior a este número. Por outro lado 15,4% dos cidadãos araçatubenses possuem 11 anos de estudo ou mais²⁴.

Apesar da qualidade dos dados, eles ainda são inferiores comparando-se com o município de Campinas que dispõe de uma taxa de alfabetização de 95,3%, dos quais 20% possuem mais de 11 anos de estudo, o que demonstra a necessidade da criação de um espaço para irradiar informações de estímulo à educação local, a fim de estabelecer um terreno fértil para o espírito empreendedor e de qualificação constante da mão-de-obra para manter um nível de competitividade em relação a outras regiões do estado e do Brasil.

A taxa de crescimento demográfico do município elevou-se 6,56%²⁵ de 2000 a 2006, o que acarreta uma média de 1,09% ao ano, mantendo uma expansão populacional superior a muitas regiões metropolitanas, o que confirma a tendência nacional de desmetropolização e inchaço das chamadas capitais regionais como é o caso de Araçatuba que atrai população de outras regiões em busca de melhor qualidade de vida.

Com relação à distribuição de riquezas, o município apresenta 11,33% da população com renda domiciliar per capita equivalente a ½ salário

²³ Dados correspondentes ao ano de 2005. Informações extraídas do site: www.seade.sp.gov.br em 04/12/2006 às 0h57.

²⁴ Dados correspondentes ao ano de 2000. Informações extraídas do site: www.ipeadata.gov.br em 04/12/2006 às 01h22.

²⁵ LEMOS, Fernando. **Mapa do Futuro**. Araçatuba 98 anos, v. 1, n. 1, Araçatuba, 2006.

mínimo²⁶. Isto, aliado a uma potencial desordem urbana em função do crescimento do perímetro urbano são fatores que contribuem para o aumento da violência, elevando o número de homicídios para uma média de 40 por ano, quantidade superior a municípios de população equivalente como Americana com média de 25 assassinatos por ano.

OPORTUNIDADES

- Há grande margem de clientela para novos cursos e pelos já oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior de Araçatuba, já que a exigência por mão-de-obra qualificada exige das pessoas a busca por cursos superiores e mais da metade da população araçatubense tem menos de 08 anos de estudo e apenas 15,4% possuem 11 anos de estudo ou mais;
- Como Araçatuba posiciona-se como uma capital regional e baseada no setor terciário, é natural que atraia pessoas de cidades vizinhas para estudar por lá em busca de serviços educacionais mais qualificados;
- Apesar da equilibrada distribuição da população, há no município uma grande quantidade de jovens que tem quase 30%²⁷ concentrada nas faixas etárias entre 15 a 29 anos, o que garante um grande potencial de clientes para a instituição.

AMEAÇAS

- A concentração de renda no município propicia a elevação dos índices de violência urbana, afastando potenciais clientes da instituição para outros lugares mais seguros;

²⁶ Dados correspondentes ao ano de 2000. Extraído do site: www.ipeadata.gov.br em 04/12/2006 às 01h44.

²⁷ Fonte: www.ibge.gov.br.

- O crescimento da população, se feito de forma desordenada, poderá agravar ainda mais as relações sociais o que acarretará em conflitos urbanos e ampliação da violência;
- A baixa escolaridade da população, comparando-se a outras regiões do estado pode dificultar a atração de empresas que necessitam de mão-de-obra qualificada e inibindo o crescimento econômico da cidade, o que pode refletir no processo de expansão dos centros de educação superior.

3.7. COMPARAÇÃO ENTRE ARAÇATUBA E OUTROS CENTROS URBANOS

Com a finalidade de verificar a necessidade de se instalar uma rádio com propósitos s e culturais para o município de Araçatuba, decidiu-se estabelecer comparação entre a sede da 9ª Região Administrativa com outras praças que dispõem de Rádio Educativo e auferir se estas emissoras conduzem seus munícipes a adotar uma postura positiva diante do processo educativo.

Para a definição de parâmetros para sistematizar essa observação decidiu-se estabelecer alguns critérios para garantir níveis mínimos de distorção. Essa análise basear-se-á em dados estatísticos mantidos pelas principais instituições do poder público em todas as esferas, com a finalidade de se extrair um retrato preciso da situação destes municípios. Os critérios adotados são:

- Fazer parte do Grupo 01 no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)²⁸, estudo realizado pela Fundação Seade e que monitora algumas

²⁸ O Índice Paulista de Responsabilidade Social toma como base de comparação entre os municípios dados da expectativa de vida, grau de escolaridade e renda per capita, adotando metodologia muito semelhante a estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para formular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), diferindo quanto ao próprio índice: enquanto que a ONU estabelece margem de comparação em escala de 0 a 1, a Fundação Seade divide os municípios em 05 grupos,

estatísticas sociais para realizar uma base de dados comparativos entre os municípios paulistas;

- Possuir população total até 15% superior ou inferior a de Araçatuba, tomando como base total de 180 mil habitantes;
- Dispor de Rádio Educativa, com a missão de ver se as emissoras com este perfil podem ser um diferencial competitivo na formação de cidadãos conscientes;

Em função desse cenário, alguns municípios serão tomados como base para verificar se o município efetivamente obteria vantagens competitivas em relação a sua mão-de-obra para fomento e atração de investimentos para a cidade, bem como melhorar seus índices sociais, garantindo aos cidadãos destes municípios, condições de emancipação frente as dificuldades que enfrentam, a partir de maior acesso a informações especializadas irradiadas por meio do espectro radiofônico, a partir destas emissoras.

Apesar de Araçatuba já fazer parte do agrupamento em que estão as cidades com melhores condições de vida, segundo a Fundação Seade, a concorrência entre as cidades paulistas na busca por investimentos produtivos passa necessariamente pela reconhecida formação de sua mão-de-obra local e pela capacidade da cidade de absorver novos contingentes populacionais, atraídos pela massa de recursos entrantes, sem, no entanto, tornar precária sua capacidade de oferecer qualidade de vida a toda comunidade. É óbvio que os atributos competitivos mencionados extrapolam as fronteiras do estado de São Paulo, e até do próprio

tendo o Grupo 01 com melhores dados e o Grupo 05 com os mais precários. Araçatuba e Ilha Solteira são os únicos municípios da Região de Araçatuba que fazem parte do Grupo 01 que são Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais

país, mas decidiu-se, até como forma de limitar a base de comparação, somente observar municípios do estado de São Paulo.

Uma das cidades escolhidas dentro do perfil determinado para uma possível comparação com Araçatuba foi o município de Presidente Prudente. Com população estimada em torno de 201.647²⁹ e com área total de 555 km², Presidente Prudente apresenta uma densidade demográfica de 363,33 habitantes por Km² e uma renda per capita de R\$ 7.005,78, o município abriga 34,75% da população regional composta por 53 municípios.

O setor econômico predominante é o de serviços com seus R\$ 780,49 milhões que representam 66,87% de total de riquezas produzidas no interior do município. As atividades industriais correspondem a 29,91% da soma de tudo que a cidade produz, enquanto que no âmbito agropecuário o total é de 3,22% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade que é de R\$ 1.391,84 milhões de reais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cálculo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que estabelece relações entre Renda Per Capita, Expectativa de vida e Escolaridade é de 0,846 numa escala que varia de zero a 01, considerada marca de alto desenvolvimento.

Presidente Prudente, tal como Araçatuba, é uma cidade essencialmente urbana com 98,19%³⁰ de sua população vivendo em seu perímetro.

Em relação ao nível de escolaridade, Presidente Prudente possui 93,81% da população alfabetizada e com média de 8,35 anos na escola, sendo que

²⁹ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 13 de dezembro de 2006 às 00h43.

³⁰ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 13 de dezembro de 2006 às 00h56. Dados correspondentes ao ano de 2005.

50,81% da população acima de 25 anos possui média inferior a este número. Por outro lado 17,3% dos munícipes prudentinos possuem 11 anos de estudo ou mais³¹.

Outra cidade escolhida para se estabelecer uma comparação com Araçatuba foi a cidade de Araraquara, que com seus 193.634³² habitantes é área total de 1.011Km², destaca-se pela força nas atividades agrícolas e industriais, com destaque para as indústrias de alimentos e beneficiamento, especialmente de laranja.

A taxa de mortalidade do município de 6,53 por mil nascidos vivos é uma das mais baixas do estado, semelhante a de países desenvolvidos, o que entre outros fatores, credencia Araraquara ter seu IDH em 0,830, considerado alto e semelhante às melhores cidades do Brasil, sendo superior ao Índice de Desenvolvimento Humano do estado que é de 0,814.

Em relação a Araçatuba e Presidente Prudente, Araraquara possui uma renda per capita bastante superior variando atualmente em R\$ 11.819,45³³, com participação intensa do setor secundário na formação de suas riquezas, totalizando 43,82% do total.

Com relação a educação, Araraquara tem a média de anos estudados pelo cidadão é de 8,29 anos e sua taxa de analfabetismo é de apenas 5,20% da população. Mais da metade dos cidadãos araraquarenses encerraram o ensino médio, mas quase o mesmo percentual da população acima de 25 anos tem menos de 08 anos de estudo.

³¹ Dados correspondentes ao ano de 2000. Informações extraídas do site: www.ipeadata.gov.br em 13/12/2006 às 01h05.

³² Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 18h41. Dados correspondentes ao ano de 2005.

³³ Extraído do site: Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 18h59. Dados correspondentes ao ano de 2005

Como se pode verificar, se compararmos os dados referentes a educação de Araçatuba e compararmos a base estatística de Presidente Prudente e Araraquara, verificamos que os últimos municípios apresentam dados pouco superiores à primeira. Presidente Prudente dispõe de uma rádio educativa, utilizando-se do canal 260E³⁴ que está concedido à Fundação Agripino Lima, ligada a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Já Araraquara conta com uma emissora com fins s com o canal 261E³⁵ outorgado à Fundação Universitária de Rádio e Televisão, vinculada ao Centro Universitário de Araraquara (UNIARA)

Há outros índices que merecem destaque como a Mortalidade Infantil que em Araçatuba está em 15,19 por mil nascimentos, enquanto que em Presidente Prudente, este taxa é de 14,50 por mil nascimentos e em Araraquara é de 6,53 por mil. Quanto a renda do trabalhador, a média dos vencimentos recebidos em Presidente Prudente é de R\$ 871,92, em Araraquara este valor eleva-se para R\$ 954,42, enquanto em Araçatuba este valor é um pouco inferior com média de R\$ 864,82.

Os dados estatísticos apresentados permitem inferir que o município de Presidente Prudente e Araraquara apresentam ligeira vantagem estatística em relação a Araçatuba. Isto poderia nos levar a supor que a existência de uma Rádio Educativa Universitária nas primeiras cidades poderia ser um variável que possibilitaria a estes indivíduos receberem informações que os tornam mais cientes de seus direitos como cidadãos, exigindo do poder público providências quanto aos serviços por ele oferecidos.

³⁴Consulta feita no site: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico/default.asp> em 13 de dezembro de 2006 às 01h10.

³⁵Consulta feita no site: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico/default.asp> em 16 de dezembro de 2006 às 19h16.

Evidentemente, não se pretende aqui desprezar outros fatores que condicionam à melhoria dos padrões de vida de uma sociedade, especialmente o de natureza cultural, entretanto, também não seria prudente desconsiderar a existência de uma emissora radiofônica de caráter educativo como um fator de agregação às condições educativas/culturais de uma comunidade.

Tal premissa encontra respaldo na Teoria de Lerner que “define modernização como um processo seqüenciado de mudanças na estrutura de uma sociedade, compreendendo as seguintes etapas: urbanização, alfabetização, exposição aos ‘*mass media*’ e participação (apud MELO, 1998, p. 251)”. Evidentemente, não encontramos respaldo empírico para determinar com rigor este vínculo Rádio Educativa x Melhoria dos índices sociais e econômicos, mas não há dúvida de que a inclusão de um veículo de comunicação eletrônico que seja instrumento de transformação social pode vir a ser ferramenta que fomente um nível superior à qualidade de vida do cidadão comum.

Naturalmente, não é somente o fato de a existência da rádio educativa que constitui a qualidade dos dados estatísticos de Presidente Prudente. Como mesmo concluem Brown & Kears (apud Marques de Melo, 1998, p. 249):

Quase nenhuma das mensagens divulgadas pelos canais de comunicação de massa tem impacto direto sobre desenvolvimento e modernização (...) desenvolvimento é um fenômeno mais diretamente ligado com produção; no entanto, os *mass media* estimulam tão somente o consumo: o conteúdo das suas mensagens pouco tem a ver com as aspirações do povo, estimulando fantasias e não realizações concretas.

Mas não se pode negar, entretanto, que a emissora educativa pode ser uma condicionante que coloca a principal cidade do Pontal do Paranapanema à frente de Araçatuba na condução de políticas públicas específicas, já que os

veículos de comunicação são instrumentos que permitem a uma sociedade referenciar-se em direção a um caminho desejado.

De acordo com Castells (2002), com suas adaptações à realidade constituinte, a adoção de determinadas tecnologias em cada região, confluindo-se com a cultura local e com as estratégias estabelecidas pelos governantes e grupos de pressão destes territórios geram uma reação específica que podem gerar um clima positivo rumo ao desenvolvimento.

Outro fator que não deve ser desconsiderado no processo de análise dos indicadores sociais destes municípios é a presença de diversos centros de ensino superior, comparando-se a outras cidades de sua região. Estas comarcas são conhecidas como “cidades universitárias”, dada a disponibilidade e a quantidade de cursos oferecidos pelos seus Institutos de Ensino Superior, bem como contam com centros de pesquisas mantidos por estas instituições, especialmente as financiadas com recursos públicos que geram conhecimentos e serviços especializados disponíveis à comunidade, e que de certa forma, contribuem para os últimos momentos descritos por Lerner em sua teoria que é a exposição a informações, e acrescentamos, seja ela de um veículo de comunicação ou não, elevam o indivíduo a um nível mais ativo quanto ao poder de transformar sua realidade.

Poder-se-ia mencionar que este diferencial, talvez seja o principal, já que a disponibilidade de cursos e a quantidade de instituições de ensino de 3º grau é um fator que permite à sociedade orientar-se para um cenário positivo de desenvolvimento e qualidade de vida.

Entretanto, outras cidades ditas “universitárias” e com população total semelhante às outras mencionadas como Marília, que apesar de dispor em seu

território de 51 cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação em nível *lato sensu* e *strictu sensu*, situa-se no IPRS no Grupo 03, que são municípios com baixo nível de riqueza, mas por outro lado, dispõem de bons indicadores sociais.

Além disso, há o fato de que Marília não conta com emissoras com intuições em seu território, o que nos permite imaginar ser uma das razões para este enquadramento, o que reforça nossa hipótese de que uma emissora educativa potencializa o desenvolvimento de um município, já que uma rádio com esse perfil poderia fomentar mensagens para estímulo ao empreendedorismo e para a formação de sua mão-de-obra, bem como possibilitar uma diversificação do cabedal cultural da cidade, enriquecido com uma estação com programação alternativa voltada para os diversos segmentos que compõem a sociedade.

Também forneceria aos munícipes, mais informações sobre os serviços que as IES oferecem aos cidadãos que poderiam usufruir destas opções com mais intensidade, além de servir de um canal das universidades entre aquilo que se produz no interior de seus muros e a sociedade, que às vezes, não reconhece a importância da produção de conhecimentos científicos e informações especializadas para o crescimento de uma região.

Para efeitos de Comparação, elaboraremos um quadro que permita visualizar com maior amplitude alguns indicadores sociais entre as cidades base do estudo deste trabalho:

| | Araçatuba | Pres. Prudente | Araraquara | Marília |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------|----------------|
| População | 181.598 ³⁶ | 201.647 | 193.634 | 217.987 |
| Grau de Urbanização ³⁷ | 97,64% | 98,19% | 95,82% | 97,01% |
| Taxa de Natalidade (por mil nascidos) ³⁸ | 12,25 | 13,68 | 12,65 | 13,32 |
| Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos) ³⁹ | 15,19 | 14,50 | 6,53 | 12,40 |
| Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes) ⁴⁰ | 148,46 | 150,80 | 108,01 | 107,82 |
| Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %) ⁴¹ | 6,31 | 6,19 | 5,20 | 6,65 |
| Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos ⁴² | 8,16 | 8,35 | 8,29 | 8,0 |
| População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %) ⁴³ | 52,52 | 50,81 | 50,61 | 53,88 |
| População de 18 a 24 Anos com | 52,09 | 52,36 | 52,48 | 49,48 |

³⁶ LEMOS, Fernando. **Mapa do Futuro**. Araçatuba 98 anos. Araçatuba, v. 1. n. 1, p. 07, 2006. O restante dos dados sobre o número de habitantes das cidades foram extraídos do site: www.seade.sp.gov.br em 16 de dezembro de 2006 às 19h41.

³⁷ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h42. Dados referentes ao ano de 2005.

³⁸ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h42. Dados referentes a 2005.

³⁹ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h42. Dados referentes a 2005

⁴⁰ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h42. Dados referentes ao ano de 2004

⁴¹ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h44. Dados referentes ao ano de 2000.

⁴² Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h45. Dados referentes ao ano de 2000.

⁴³ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h45. Dados referentes ao ano de 2000

| | | | | |
|--|----------|----------|-----------|----------|
| Ensino Médio Completo (Em %) ⁴⁴ | | | | |
| Anos de estudo - mais de 11 - pessoas 25 anos e mais (%) ⁴⁵ | 15,4 | 17,3 | 15,7 | 15,1 |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ⁴⁶ | 0,848 | 0,846 | 0,830 | 0,821 |
| Renda per capita ⁴⁷ | 7.171,17 | 7.005,78 | 11.819,45 | 6.923,44 |

Quadro 05 - Dados comparativos entre Araçatuba e outros municípios paulistas.

Como se pode notar, os dados referentes à Educação são todos levemente superiores para as cidades que dispõem de emissoras com intuídos s em seu território. Com relação às perdas de vidas na faixa etária entre 15 e 34 anos, talvez Araçatuba e Presidente Prudente apresentem índices superiores aos outros municípios, em função de ambas as cidades estarem próximas ao estado do Mato Grosso do Sul, uma fronteira importante de entrada de entorpecentes vindos da Bolívia e do Paraguai, e também pelas políticas de segurança pública adotada pelo estado de São Paulo nos últimos anos, com a construção de presídios nas regiões mais distantes da capital. Estas cidades como centros regionais, naturalmente, acabam também atraindo este tipo de estatística para seu perímetro urbano.

Quanto ao IDH, talvez Araçatuba se configure como o município de melhor índice, em função deste dado também ser composto por além das

⁴⁴ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 19h46. Dados referentes ao ano de 2000.

⁴⁵ Extraído do site: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?340857562> em 16 de dezembro de 2006 às 20h03. Dados referentes ao ano de 2000.

⁴⁶ Extraído do site: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?340857562> em 16 de dezembro de 2006 às 20h03

⁴⁷ Extraído do site: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> em 16 de dezembro de 2006 às 20h06. Dados referentes ao ano de 2003.

estatísticas educacionais e de renda, também pela longevidade de sua população, o que poderia explicar a eficiência estatística do município neste quesito.

Uma leitura possível na análise dessa amostra é que municípios semelhantes em determinados índices demográficos e sociais, mas que dispõem de rádios educativas/culturais em seu território possuem dados mais consistentes sobre a estrutura educativa de um modo geral do que cidades que não contam com esse tipo de veículo de comunicação em seu perímetro. Num modelo competitivo entre cidades e regiões como o vivido pela sociedade moderna, essas estatísticas podem ser de extrema importância para a definição de aplicação de recursos para a promoção da riqueza dos municípios.

Quanto à cidadania, indivíduos com maior quantidade de anos nos bancos escolares estão mais aptos a exigir e a buscar caminhos para a solução de seus problemas com maior eficiência e atingir seus objetivos pessoais com mais êxito, o que de certa forma, pode ser incentivado pela emissão de mensagens com cunho educativo e cultural, a partir de um meio de comunicação de alta penetração e baixo custo.

Todos estes fatores verificam a emergência de se instalar uma emissora com este intuito em território araçatubense que poderia ser um potente instrumento para transformar a realidade de determinados grupos sociais, representando-os em suas necessidades específicas, bem como de servir como ferramenta institucional para oferecer serviços de ensino, pesquisa e extensão de alto valor agregado para a comunidade, permitindo a liberdade e a emancipação do homem comum em atingir seus propósitos materiais e de auto-realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da radiodifusão sonora educativa demonstra que se apresentam desafios vindouros para aqueles que pretendam engendrar-se por esta via. Inicialmente, o rádio caminhou por um tronco comum, a partir da constituição das *rádios sociedades* que surgiram do diletantismo de seus idealizadores e que vislumbravam o uso do veículo para fins educacionais.

No início da década de 1930, todavia, a radiodifusão sonora sofre uma ruptura de tendências que marcará para sempre a história do rádio: de um lado, estabeleciam-se as emissoras com preocupações notadamente mercantis, que se sustentariam a partir da irradiação de reclames comerciais em sua programação. No outro hemisfério, os idealizadores do rádio que mantiveram sua proposta primeira e se vincularam ao poder público para garantir o financiamento de seu projeto.

O fato é que tal estratégia acabou sendo, em certo sentido, prejudicial para as estações educativas que ficaram à mercê dos desmandos dos governantes e das freqüentes alterações de políticas educacionais dos governos a que estiveram vinculados.

Isto marcou definitivamente as rádios em nosso país, que até dividem a audiência, mas não permitem às emissoras de cunho educativo participarem das receitas publicitárias, que estão cada vez mais escassas em função da séria concorrência das estações comerciais e de outros veículos como a televisão, o cinema e a internet.

Recentemente, com o processo de expansão das instituições de ensino superior a radiodifusão sonora educativa recebe novo vigor, propagando-se dentro de uma estratégia de *marketing* institucional dessas organizações, já que as emissoras com intuítos educativos tornaram-se uma alternativa viável para divulgar

as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas no interior destes estabelecimentos.

De certa forma, essas estações acabaram por contribuir para o desenvolvimento de determinados municípios onde elas estão inseridas, a partir, principalmente, da melhoria dos indicadores educacionais dos locais em que estão implantadas, como se demonstrou na comparação entre municípios que contam com emissoras educativas e aqueles que não dispõem de estações com este intuito em seu perímetro.

No caso específico de Araçatuba, do ponto de vista técnico, há disponibilidade de canal para fins educativos à disposição de fundações e universidades que, eventualmente, se interessem em ingressar em direção a este importante empreendimento.

Sob a ótica social, nota-se a partir desse, estudo que contar com rádios educativas em seus domínios permite à cidade um relativo incremento de sua base educacional, o que vem a ser importante ferramenta competitiva num clima de incertezas.

Pelo olhar do ambiente de negócios, é inerente a toda iniciativa a percepção de ameaças e oportunidades que refletirão nas ações empreendedoras, a partir da visão e das estratégias adotadas para aqueles que conduzirão uma eventual instalação de uma emissora educativa em perímetro urbano araçatubense.

O fato é que Araçatuba dispõe de condições macro-ambientais que permitem a instalação de uma rádio com propósitos educativos em seu território. De toda forma, fica lançada, a partir desse estudo, a pedra fundamental para germinação da constituição de uma emissora com fins educativos no município de Araçatuba, a partir da missão construída neste trabalho, tendo como referência uma

entidade participativa dos problemas da sociedade e de alternativa àquilo que se apresenta e pouco serve para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos araçatubenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAYO, Genny Cemin. **Rádio Público na cidade de São Paulo**. 1992. 223 fls. Tese. (Doutorado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992.

ALMANAQUE DO RÁDIO – Editado e compilado por Thyrso Pires em 1951. São Paulo: Centro Cultural de São Paulo, 2006.

ANDRÉ, Alberto. **Ética e códigos da comunicação social**. 4.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

ARANTES, Guilherme; HESS, Osmar Fabrécio. De Faculdade para Centro Universitário. **Jornal Fato**. ano 02, n.8. Araçatuba, 2005.

BITELLI, Marcos (Org.). **Coletânea de Legislação de Comunicação Social**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BLOIS, Marlene Mortezi. **O Rádio Educativo e as Rádios Educativas: fatores da não ocupação dos canais de FM reservados à educação no estado do Rio de Janeiro**. 1984. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). 1984.

_____. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. Belo Horizonte. **Anais do XXVI INTERCOM**. 2003.

_____. Rádios e as TVs Universitárias: uma proposta em discussão. In Fernandes, F. A. M.; Barros, L. M. (Orgs.). **Comunicação e Solidariedade**. São Paulo: Loyola. 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 34. ed. Organização do Texto: Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva. 2004.

_____. Ministério das Comunicações (Brasil). Secretaria de Serviços de Radiodifusão. Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão. **Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos**. Manual. Brasília. 2002.

_____. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Planejamento/Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH. **Rádio Educativo no Brasil: um estudo**. Brasília. 1973.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Disponível em www.ipea.gov.br . Acesso 15 dez 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO. **O Rádio Paulista no Centenário de Roquette Pinto (1884-1984)**. São Paulo: Centro Cultural de São Paulo, 1984.

COSTELLA, Antonio F. **Legislação da Comunicação Social: curso básico**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002.

DÂNGELO, Newton. **Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40.1994. 200 fls.** Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo. 1994.

DeFLEUR, Melvin Lawrence; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DEUS, Sandra de. Rádios das Universidades Federais: Função pública e compromisso laboratorial. In **Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação (Intercom)**. Belo Horizonte. 2003.

DUARTE, Geni Rosa. **Múltiplas vozes no ar: o rádio em São Paulo nos anos 30 e 40**. 2000. 257 fls. Tese. (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo. 2000.

ENSINO Universitário em Araçatuba ganha alunos com cursos a distância. **Folha da Região de Araçatuba**. Araçatuba. 29 set. Educação. p. 6. 2006.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e Educação**. São Paulo: Melhoramentos. 1934.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação: rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio - o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2001.

FILHO, Laurindo Leal Lalo. **Atrás das Câmaras: relações entre cultura, estado e televisão**. São Paulo: Summus. 1988.

_____. **A Melhor TV do Mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.

FONTES JUNIOR, João Bosco Araújo. **Liberdades e limites na atividade de rádio e televisão: teoria geral da comunicação social na ordem jurídica brasileira e no direito comparado**. Belo Horizonte: Del Rey. 2001.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa. **Cultura 20 anos**. São Paulo, IMESP, 1989.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: Edipucrs. 1997.

HORTA, José Silvério Baia. Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970). In **Cadernos da PUC**. nº 10 .Rio de Janeiro: PUC. 1972.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEOBONS, Solange Gerardin Poirot. **Delegação, descentralização, diversificação**: pontos básicos para otimizar-se a radiodifusão brasileira. Rio de Janeiro: ABT. 1984.

LEMOS, Fernando. Mapa do Futuro. **Araçatuba 98 anos**. Araçatuba, v. 1, n. 1. 98p. 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2003.

MELO, José Marques de. **Teorias da Comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORALES, Eloísa. Araçatuba vira pólo de ensino superior. **Araçatuba 97 anos**. Araçatuba, v. 1. n. 1. 98p. 2005.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

ORTRIWANO, Gisela Svetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3.ed. São Paulo: Summus.1985.

PATRIZZI JUNIOR, Carlos Antonio; SILVA, Murilo Campesato Custódio da; TONON, Joseana Burguez. **A função de Controle e Avaliação de Resultados em Relações Públicas**. 2002. 216 fls. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina. 2002.

PINHEIRO, Célio; BODSTEIN, Odete Costa. **História de Araçatuba**. Araçatuba: Academia Araçatubense de Letras. 1997.

ROCHA, Vera Lúcia. **Cronologia do Rádio Paulistano**: anos 20 e 30. São Paulo: Centro Cultural de São Paulo/Divisão de Pesquisas, 1993.

SANTOS, Fernando Sávio Rodrigues. **Implantação e Consolidação dos Sistemas de Comunicação em Araçatuba**. 2002. 240 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo. 2002.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo. São Paulo: Negócio Editora. 1997.

ANEXOS

ANEXO 01 - CARGOS DIRETIVOS DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA**Diretoria Executiva**

Diretor Presidente: Marcos Mendonça

Diretor Vice-presidente: Antônio Rudnei Denardi

Diretor Administrativo e Financeiro: Milton Frasson

Diretor de Expansão: Marco Antonio T. de Coelho Filho

Diretor de Programação: Mauro Garcia

Diretor de Jornalismo: Albino Castro

Diretor Técnico: José Chaves Felipe de Oliveira

Diretor de Marketing e Vendas: Cícero Feltrin

Diretor da Rádio: José Roberto Walker

Diretora Adjunta de Pesquisas: Fátima Pacheco Jordão

Diretora Adjunta de Comunicação Institucional e Novos Projetos: Adélia Adaime Lombardi

Conselho Curador da FPA**MESA DO CONSELHO CURADOR**

Presidente: Jorge da Cunha Lima

Vice-presidente: Fábio Magalhães

Secretário: Mario Ernesto Humberg

Membros Vitalícios

Jorge da Cunha Lima

Lygia Fagundes Telles

Fábio Magalhães

Membros Natos

Reitora da USP - Suely Vilela

Secretário Municipal da Cultura - Carlos Augusto Calil

Presidente da FAPESP - Carlos Vogt

Pres. da Com. de Cultura, Ciência e Tec. da Assembléia Legislativa - Célia Leão

Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda - Luiz Tacca Jr.

Presidente da SBPC - Ennio Candotti

Secretária de Estado da Educação - Maria Lúcia M.O. Vasconcelos

Presidente da SEMESP - Hermes Ferreira Figueiredo

Secretário de Estado da Cultura - João Batista de Andrade

Conselho Estadual de Cultura - João Batista de Andrade

Secretário Municipal de Educação - Alexandre Schneider

Reitor da UNICAMP - José Tadeu Jorge

Presidente da União Brasileira de Escritores - Levi Bucalém Ferrarri

Cons. Estadual de Educação - Dr. Pedro Salomão José Kassab

Reitor da Universidade Mackenzie - Manassés Claudino Fonteles

Reitor da UNESP - Marcos Macari

Pres. da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa - Maria Lúcia Prandi

Reitora da PUC - Maura Pardini Bicudo Vêras

Presidente da União Estadual dos Estudantes - Renata Lemos Petta

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - SP - Vago

Coordenador Geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - Roberto Mendonça

Membros Eletivos

Augusto Luis Rodrigues

Belisário dos Santos Junior

Carlos Alberto Pastore

Fábio Lucas

Emanoel Araújo

Irene Ravache

Jacques Marcovitch

José Carlos Dias

José Henrique Reis Lobo

José Roberto Marcellino dos Santos

José Roberto Fanganiello Melhem

Linamara Rizzo Battistella

Marcos Mendonça

Margarida Cintra Gordinho

Mario Ernesto Humberg

Miguel Jorge

Milú Villela

Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães

Modesto Souza Barros Carvalhosa

Pérsio Arida

Regina Meyer

Roberto Teixeira da Costa

Yoshiaki Nakano

Membro Emérito

Roberto Costa de Abreu Sodré (*in memoriam*)

Representante dos funcionários da F.P.A

Maurício Monteiro

ANEXO 02 – ENTREVISTA COM O DIRETOR DA RÁDIO USP

- Carlos: Por favor, relate a sua experiência com rádios educativas.
- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

São poucas rádios educativas, que de certa forma, a impressão que eu tenho é que elas são montadas para não funcionar. Nós não temos repasse de recursos, dependemos basicamente da reitoria, caso específico da Rádio USP, em que isso ocorre. Em nenhum momento, nós fomos questionados sobre aqueles anúncios institucionais do governo que paga para a imprensa privada, portanto, poderia ser pago para nós etc.

A Rádio USP é bancada eminentemente pela reitoria da USP. Ela que nos dá as condições de trabalho. Eu tenho 21 anos de experiência em rádio educativa, na Rádio USP, e eu já fiz aqui os mais variados tipos de programas. Comecei fazendo uma adaptação do romance, “1984”, de George Orwell para rádio. Depois eu fiz durante anos o “Vamos Ler”, programa sobre livros. Tanto boletim de 05 minutos quanto especiais de 01 hora. Depois eu voltei a fazer programas sobre livros, que é a “Biblioteca Sonora”. Em 2000, tornei-me diretor artístico da Rádio USP. Em junho de 2004, durante a greve, o Demétrio levou um pedido de demissão da diretoria da emissora, eu assumi o cargo como substituto. A minha experiência radiofônica nos meus primeiros 06 anos foi tema do meu mestrado que é: “Ficção e Realidade: o rádio como um mediador cultural”. E agora eu espero que no final desta gestão eu possa voltar a fazer o doutorado, onde eu penso nas transformações que o rádio sofreu e, principalmente, na questão dos gêneros perdidos. São que de uma certa forma ...

- Carlos: ... entraram em desuso?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Não, eu acho que foi desuso por uma série de razões. O administrador da publicidade não empobreceu só financeiramente o rádio, também o empobreceu do ponto de vista de talentos que migraram para outras mídias, o que empobreceu o rádio como um todo. Hoje, você tem basicamente um modelo de rádio-notícia e música-notícia. Tem uns que eram consagrados nos anos 40 e 50 pelo rádio chamado Brasil que nem existe mais. E a linguagem utilizada é a linguagem verbal e não radiofônica. Eu penso na linguagem radiofônica como Arheim pensava, composta de 04 elementos: a linguagem verbal, a música, a sonoplastia e o silêncio.

Essas questões, esse tipo de linguagem encontramos no radioteatro que é a forma mais sofisticada de elaboração, por isso, nós não temos mais. Nós não temos mais, pois é muito difícil fazer radioteatro e ele é custoso. Para você ter uma idéia, no ano passado, eu tive a oportunidade de montar uma rádio-peça, com o Miguel Faladino, que estava organizando essa coisa. E mesmo sendo algo improvisado, não deu para fazer grandes ensaios, nada, e eram 03 atores experientes, grandes vozes do rádio, atuam no Clube da Voz inclusive. A gente conseguiu montar o “Adeus Robinson”. P’ra gente produzir 35 minutos, a gente gastou 08 horas. A gravação toda do rádio-peça e depois a montagem dos efeitos sonoros, das músicas que iriam entrar, isso seguindo o script já determinado pelo próprio Júlio Cortazar. Então, do ponto de vista, da relação custo-benefício ...

- Carlos: O benefício foi menor que o custo?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Certo, não teve problema. Nós não pensamos nesta relação. Nosso parâmetro, como nós somos uma rádio educativa, a nossa principal preocupação é com a qualidade, a

produção de bens culturais. Imagine o seguinte: vai falar pra qualquer diretor de rádio privado que você vai gastar de 08 a 10 horas de estúdio, gente, com isso e com aquilo pra você produzir 35 ou 40 minutos. Ele te mata! É um absurdo, entende?

O que se trabalha basicamente hoje é a questão de 2 minutos por 1 ou 3 minutos por 1, no máximo. Se você tem um programa de estúdio, você terá 03 horas de estúdio e olhe lá! Rádio-peça, rádio-teatral, diferente da rádio-novela, de seqüência, baseada na estrutura de folhetins, essas coisas não. Peças teatrais mesmo adaptadas ao rádio foram escritas para o rádio mesmo. No caso do Cortazar, ele escreveu uma rádio-peça para ser desenrolada no rádio.

Eu nunca consegui, por exemplo, nunca com apoio cultural quem me fornecesse recursos, por exemplo, para eu montar uma rádio-peça do Walter Benjamim. Ele tem uma experiência fabulosa em rádio. Ele tem várias peças radicais. Ele chegou a ter um programa de rádio, numa rádio alemã e ele tem uma rádio-peça que é interessantíssima, brilhante, que se chama: “O que os alemães liam, enquanto seus clássicos escreviam”. Eu adoraria remontar essa rádio-peça que é extremamente sofisticada, mas eu precisaria de 30 vozes para fazer, além do efeito. Além do que, eu teria que fazer uma série de interferências na rádio-peça de Benjamim, por que ele é alemão dos anos 30. Isso significa o quê? Significa que naquela época as pessoas ouviam, elas tinham uma atenção maior para o rádio. Hoje, com a vida moderna, o padrão de atenção do ouvinte caiu. Quando eu comecei em rádio, dizia-se que um ouvinte, por uma pesquisa feita por norte-americanos, que depois de 2 minutos e 40 segundos, o ouvinte se distrai, se dispersa e tudo mais. Hoje eu penso em 01 minuto e meio ou 2 minutos, sem que haja uma mudança de plano, uma entrada de música, alguma coisa que mude essa relação. Por que a minha preocupação é o ouvinte.

Alguma rádio pública, universitária com vínculo com rádio privada, eu não sei, não conheço. Nós nunca tivemos contato com rádio privada. Temos assim: existem profissionais que atuam aqui e lá. Muitas vezes, quando nós precisamos de alguma gravação, ou alguma coisa, nós pedimos a eles e sempre não tivemos problemas. Até porque nós não os incomodamos na área de comércio. Não brigamos por espaços comerciais. Se eu roubar a audiência deles, eles não vão gostar, mas não vão se incomodar, desde que eu não chegue ao bolo publicitário. E eles estão tendo programas, além de uma grande concentração de emissoras. Você tem a formação de uma segunda rede, que é a rede Bandeirantes, que comprou várias redes por agora. Você tem grupos evangélicos, que são realmente uma praga: fecham o mercado, o tempo todo falando da figura do Deus comercial, porque alguns usam o Deus para o comércio, com o que eles pregam. Para se ter uma graça eu pago “x” por ela e eu alcanço. E é o tempo todo assim! Quando o rádio e a televisão são veículos muito importantes, para que fiquem na mão de pessoas que só pensam nisso. Até por que, esses meios de comunicação não são deles, mas sim, público.

Por exemplo: se esse país fosse sério o Gugu teria sido banido da televisão e o SBT fechado, por aquela farsa que foi montada (ele faz alusão a uma montagem que membros de uma facção criminosa do estado ameaçam diversas pessoas e até líderes religiosos como Padre Marcelo Rossi). E o cara é jornalista ou pelo menos tem um diploma! Essas coisas que achincalham as pessoas colocam as pessoas no ridículo!

Acho um absurdo isso existir! Mas é o que está em alta e é barato. O problema todo é que esses programas todos são baratos de serem feitos e é isso aí que move a televisão. Não há nenhum tipo de punição para que elas não façam isso!

- Carlos: A legislação não pune isto?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Nada. A legislação não pode fazer isso e não há vontade política para se fazer isso, o que é pior! Você tem agora a ONG (Organização Não-Governamental) “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, que, de certa forma, faz pressão em cima dos

anunciantes, o que eu acho que é a única tática que dá certo, mas ainda é muito embrionária.

Quanto a forma de financiamento é aquilo que nós não temos. Dependemos unicamente da reitoria da USP. A reitoria banca 50% da verba anual da rádio e você têm que se virar. E eu tenho que fazer a programação com 50% a menos. Eu não tenho estrutura ou custo adicional de captação de recursos. Eu não tenho departamento de *marketing*. Eu faço de vez em quando um anúncio, pedindo apoio cultural de mil e poucos reais e coisas do gênero, mas eu não corro atrás disso e também eu não posso comprometer a linha de programação por causa disso. Não vou abrir uma linha de *axé music*, por causa do patrocínio, por que não dá! Eu não caso um comercial que eu não tenho e, posteriormente tivesse, com a linha de programação. Isto não figura!

- Carlos: Se, eventualmente, cortassem 50% da sua verba, isso comprometeria a qualidade da programação?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Comprometeria. Eu teria que tentar manter a qualidade da programação com 50% menos. Eu teria que conseguir desenvolver formas e produtos de qualidade com 50% a menos. A não ser que eu tivesse um socorro extra, mas eu não posso pensar quando eu não tenho uma estrutura organizativa de buscar esses recursos, por que eu não tenho como buscar. Eu teria que me virar com esses 50%, o que de certa forma eu não tenho sobra, tem sobra só em alguns casos, do ponto de vista funcional, mas isso é um problema da universidade, ela é difícil de contratar e quase impossível de demitir. De repente, eu posso ter um funcionário com baixa produtividade e essas coisas que eu não posso permitir, porque no final das contas quem faz supervisão sou eu! Isso é uma questão administrativa que dá pra buscar e analisar. Sou eu que faço as regras.

- Carlos: Discorra, por favor, sobre a estrutura financeira, pessoal e administrativa da Rádio USP.

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Do ponto de vista organizacional, a Rádio USP está ligada a Coordenadoria de Comunicação Social. Nós temos uma coordenadora, professora Cremilda Medina, que é quem dá as grandes linhas da composição de mídia da universidade. A USP dispõe de uma rádio e de uma televisão, produtora do canal universitário, um jornal semanal, um *site*, um agente de notícias, um *marketing* ... Essa é a estrutura que figura. Algumas matérias, algumas coisas que nós fazemos em conjunto, ou seja, um ajuda o outro ou faz uma grande cobertura que envolve ... Você tem alguns temas que são desenvolvidos em conjunto. Provavelmente, nós vamos ter no 2º semestre um trabalho no que se refere na eleição do reitor. Então cada um vai trabalhar, a rádio vai fazer um debate sobre isso. Tivemos um trabalho, recentemente, coletivo referente aos 100 anos da física, que é o marco do Einstein. Não é o nascimento dele, mas é quando ele abre um espaço e perspectiva sobre a Teoria da Relatividade e o físico desenvolveu todos os projetos desse tipo. Todos nós organizamos um debate sobre a escola. A gente tem um programa que se chama (periodicidade mensal) “Conheça o Estado de São Paulo”. Nesse programa a gente foca uma unidade da USP.

É frisar: a gente trabalha basicamente hoje no tripé que são: música, programas musicais e os programas do gênero que a gente tem, são feitos por produtores especialistas, produtores independentes que não são da universidade, do jornalismo que cobre a universidade e os acontecimentos relevantes na sociedade e temos alguns programas culturais estreitamente disputa das pessoas da cultura. Nesse sentido, tem a trilha sonora que eu faço, se tem a memória de gravações antigas que são resgatados, personagens e tal Tem o teatro do mundo que está saindo agora, e o professor que fazia resolveu desenvolver outras coisas e, por ordem, mas foi um

ano e meio que ele fez programas com a gente, onde ele comentava e abordava os principais temas da vida contemporânea como: a morte, a guerra, a fome e cada um desses temas, como o programa era temático, apareciam ou não na sessão - que é a base do programa – ou na literatura geral. Agora a grande vantagem nossa hoje e que está nos dando um gasto grande é a existência do *site*. O *site* tem um papel fundamental, por que, além dele tornar a rádio global, ele também estimulou a rádio no sentido de que, já que as pessoas, o padrão de exigência interna aumentou bastante e o grau de comprometimento entre as pessoas, o trabalho com a produção aumentou sensivelmente. Além do que, a maior parte dos nossos programas é arquivada *online*. Se você clica e abre a página principal, você tem em cima: programas e assim fica mais fácil de visualizar ... agora em ouvir a gravação Aqui você tem a página do rádio, você vê que vai ter no programa de hoje, o destaque, e também tem aqui, uma série de programas especiais. São programas que nós levamos para o ar e que nós não vamos repetir o programa e estamos disponibilizando ao ouvinte, para aqueles que não tiveram oportunidade ou vão ouvir mais de uma vez, para que como o Robinson, por exemplo, você clica aqui e faz o *download* ou no *Real Player*, você pode ouvir o programa e isso é uma vantagem considerável.

O que coloco em xeque é uma das características, não só do rádio e sim dos meios de comunicação eletrônicos. A partir de agora, você não está mais a mercê da grade. Vamos dizer, no meu caso, que é uma programação não-linear, com conceitos próprios. Hoje não preciso estar na minha casa ou aqui com o rádio ligado às 21 horas, hoje é quinta-feira, p'ra ouvir o “Fora de Série”. O programa agora, 07 horas antes de ir ao ar, ele já está disponível p'ra mim. Eu posso ouvi-lo na hora que eu quiser, posso ouvi-lo amanhã ou até mesmo agora. A única coisa que eu não vou saber, diferente do ouvinte do rádio é quais as chamadas, ou o que vai ser colocado entre um bloco e outro, porque na nossa estrutura são 03 blocos com média entre 18 e 19 minutos cada um. Então você pode fazer um bloco de 21 minutos e diminuir o outro. Os programas de 01 hora eles têm uma média de 56 minutos com os elementos de um minuto de propaganda para que não comprometa a rede. A rede tem um programa que a gente usava via *internet*. Com a *internet* projetada e trabalhada para nós, assim, criamos um sistema de mandar as coisas por FTP (*File Transfer Protocol* ou Protocolo de Transmissão de arquivo via *internet*). Então, eles põem a hora que eles querem e litigam a programação de duas rádios: além da Rádio USP de São Paulo, a de Ribeirão Preto. Eles têm alguns profissionais lá, mas a estrutura é muito pequena. Eu acredito nestas rádios novas – em relação a gente. Em Ribeirão Preto foi no final do ano e em São Carlos foi há 02 anos com a gente. Antes já existia a rádio, mas com a gente eles estão há 02 anos. Eu acredito que quando elas estiverem um pouco mais estruturadas, elas vão poder nos mandar matérias e coisa e tal. Por hora, é uma via de uma mão e temos um piloto aí para examinar de uma música infantil de Ribeirão e tem um programa de São Carlos, mas que já é um programa consagrado. É um programa para o ouvinte ficar horas e horas no rádio. Não é um programa inovador nesse sentido. Aqui a programação ideal da rádio universitária é o motivo por sua implementação. Do ponto de vista ideário, eu queria ter uma rádio-teatro. Mas eu precisaria de recursos e de diversos produtores trabalhando simultaneamente e eu não tenho recursos para isso. Não posso ter um diretor de rádio-teatro. Eu precisaria que 02 ou 03 trabalhassem um tema, desenvolvessem a parte sonora e trabalhassem com vários outros recursos, por que se você tem um elenco fixo, você corre o risco de cansar. Por isso tem sempre que trocar e pela falta, isso sim fica muito difícil.

A única rádio que eu conheço que desenvolve um trabalho desta natureza é BBC de Londres. Para se ter uma idéia, eles radiofonizaram o livro de Dráuzio Varella, “Carandiru”. Esse foi um projeto mais amplo de rádio-novela inglesa, a rádio tem mais uma hora por causa do “Carandiru” teria 01 hora e meia, eu tive notícias disso, quando ele estava sendo gravado e por ter mais tempo ele teve uma verba um pouco

maior. Ele teve uma verba de US\$ 60 mil para fazer esse rádio-teatro. Com isso, ele pode contratar vários atores

Hoje a minha maior despesa são os direitos autorais. Especificamente, da verba que eu recebo para tocar a rádio, minha grande despesa é a grade. O gabinete paga a *Internet*. Foi isso que permitiu que nós conseguíssemos ter a rádio na *Internet*. Senão, a verba vem para a Coordenadoria de Comunicação Social e depois vira uma briga. Cada um quer um pedaço e quer o melhor e o máximo. Agora mesmo eu estou às voltas com a reforma do estúdio da rádio. Precisa-se reformar a emissora, porque ela foi construída da maneira mais artesanal possível, de maneira improvisada e as estruturas já têm 20 anos de vida. É muito cansativo, não tem como acomodar o pessoal, fica com problema de ar refrigerado, uma série de problemas.

A própria manutenção da emissora hoje é cara e difícil, complicada. Tem muita coisa que não se encontra mais, eu ainda não tenho tudo digitalizado e achar uma agulha de toca-discos hoje é uma dureza Fita-rolô hoje não se fabrica mais. Hoje, por exemplo, quando uma pessoa me pede a gravação de um programa é um absurdo! Dá-se em fita cassete. O cassete significa, por exemplo, em um programa de uma hora, parar o estúdio por uma hora! Quando eu posso fazer isso digitalmente sem parar o estúdio, e mesmo que eu pare seriam 05 minutos, nem isso. Além disso, tem maior qualidade e o suporte, no caso, o CD é mais barato que a fita cassete.

Do ponto de vista econômico também não se justifica. O papel das rádios universitárias, o papel dela é tentar despertar o interesse por coisas novas, pela cultura e tentar trabalhar em função da construção de uma cidadania que nós ainda não temos. Uma defasagem intransigente no valor da cultura e no nosso caso, o objetivo da rádio e dos meus antecessores e também de meus sucessores que é a divulgação da produção científica e cultural de uma universidade. Para isso esta rádio foi criada, para isso e por isso hoje ela está lá. É ver o que nossos pesquisadores estão produzindo, em que circunstâncias, o que o negócio pode alcançar, o que podemos fazer no sentido de estimulá-los porque nem sempre a sociedade sabe o que se produz numa universidade, eles têm uma idéia muito longínqua do que é a universidade.

- Carlos: A universidade sempre foi uma ilha?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

Eu acho que não. Esta é a idéia de quem é contra as universidades. A universidade daqui, que eu conheço eu posso te dizer que o maior e melhor suplemento cultural ou até o maior ou entre os 03 maiores da história do jornalismo do país, foi produzido pela Universidade de São Paulo. Foi concebido pelo professor Antônio Cândido e desenvolvido pelo professor Prado. Se você for ver a quantidade de artigos e pessoas que atuam na vida cultural e política do país, de fora da universidade e que passaram aqui tiveram vínculo, você fica impressionado. O que as pessoas imaginam é que a universidade vá atuar em blocos. Isso nunca vai acontecer e nem pode acontecer. O dia que isto acontecer será a morte do caráter multidisciplinar. Cada um atua na sua área e nem sempre os interesses conflitam, mas às vezes sim e as pessoas têm que entender que a universidade é o reflexo da sociedade. Ela não é diferente.

Quando se fala a ilha da fantasia e outras coisas é porque talvez a gente tenha uma postura diferente com relação a um ou outro tema, mas os mesmos problemas afligem a universidade, às vezes, até de maneira mais acentuada. Por exemplo, no caso nosso, que somos uma universidade pública ninguém... às vezes a gente perde os melhores quadros que demoramos anos para formar, porque receberam uma proposta que, calculada no mercado, é irrecusável. Não tem o que fazer! Eu fiquei com o *site* parado por 04 ou 05 meses, ou até um pouco mais no ano passado porque teve a greve, depois teve invasão no *site* da USP... e depois, um menino que fazia o *site* recebeu uma proposta para sair daqui. Ele ia receber 05 vezes mais. Tudo bem, aqui ele trabalhava 05 ou 06 horas, tinha um ritmo *light* e lá era pra trabalhar 09 horas. Houve um aumento na jornada de trabalho, mas em compensação ele ia ganhar 05

vezes mais. E ele veio com a idéia de ajudar, apenas por 01 ou 02 dias e não de se fixar. Na primeira semana, ele não tinha tempo nem para acender um cigarro. Ele estava me falando que se ele ficar parado por mais de 05 minutos, os “caras” acham que ele está folgado. E não é um grande jornal onde ele trabalha. E o ritmo é assim, o que compromete a qualidade, já que a checagem é fraca e tudo é complicado com relação às condições de vida.

- Carlos: Há dados estatísticos sobre a Rádio USP?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

O IBOPE diminuiu necessariamente os programas culturais-educativos-universitários. A TV Cultura, por exemplo, tem-se certeza que tem mais operadores do que telespectadores porque o IBOPE é contra. Ele aumenta o universo. Tem 45% dos aparelhos de Tvs ligados, ele diz que tem 60%, porque o mercado é reduzido e ele pode com isso faturar melhor.

- Carlos: Qual é a sua opinião sobre o futuro de uma rádio universitária pública?

- Sr. Luiz Marcelo de Menezes Bittencourt:

O futuro das rádios universitárias, eu acho que é incerto de um modo geral. Eu acredito que os meios de comunicação de massa no Brasil devem sofrer uma profunda mudança nos últimos anos. Principalmente a televisão, que está baseada numa estrutura que já dura 60 anos. O Brasil fez em 1950, mas a televisão já existia um pouco antes por causa dos EUA. Tem o lance do patrocínio e do anúncio. O patrocínio já existia um pouco antes, mas o anúncio é o que mantém hoje um meio de comunicação. Quem não vive disso, numa TV digital principalmente vai ter problemas seríssimos, porque a pessoa faz o que ela manda.

Hoje, o *merchandising* de uma novela é uma coisa altíssima. No caso da digitalização, o rádio vai ser menos afetado porque vai permitir que se tenha maior dificuldade com os piratas, que é um dos maiores problemas que nós enfrentamos. Nós somos uma emissora que tem problemas de frequência e de potência. Não que nós não tenhamos potência, mas é baixa. Vira e mexe, nós temos que fazer reforma, conserto, por que cai raio ... E toda vez que temos que atuar com retransmissor reserva, a antena não resiste e então temos que trabalhar com uma potência menor e prolifera. Hoje estávamos falando que não dá vontade fechar uma casa do Ibirá. Bateu uma chuva no pasto, forro de cogumelo, você entende? É a mesma coisa! É muito difícil você combater este tipo de coisa. A não ser que você tenha multas muito pesadas para quem infringir a lei. Fiança, prisão, confisco e tudo mais! Tem muita igreja evangélica atuando nessa área, ocupando espaço, além do que já comprar.

Por exemplo, a Tv Bandeirantes, hoje, vive mais da metade de seu tempo mostrando o pastor. Sem falar da Tv Record que está crescendo cada vez mais pela primeira vez não precisou do dinheiro da Universal. Até então, a Universal lançou a Tv Record. Do ponto de vista público, nós temos a tendência de crescer cada vez mais que se aumenta a quantidade de universidade pública no país e eu acredito cada vez mais na produção de bens culturais, que ajudam a formar a pessoa. Hoje se tem um processo de educação continuado. Ninguém mais pode se dar ao luxo de acabar com a graduação, só ir trabalhar e não voltar mais a estudar. Dentro de 03 anos, este profissional estará fora do mercado. E ao mesmo tempo, isso acompanha o ritmo veloz da mercadoria. Hoje um produto qualquer é concebido por 04 anos: criado, colocado no mercado e morto. Essa é a velocidade do produto. Você vai ter que se adequar a essa nova realidade. Quais profissionais você vai ter que seguir? E você tem hoje cada vez mais a existência e a necessidade de profissionais criativos. Você não tem mais a necessidade de pessoas que tenham um pleno domínio da estrutura burocrática. Cada vez mais, o computador ocupa este lugar! Alguns anos atrás, o sindicato era fortíssimo, hoje cada vez mais é uma profissão em extinção. O repórter, antes, lia e escrevia a matéria, no máximo. Hoje, ele escreve, checka, opera.

Eu tenho certas restrições no caso do rádio com a idéia da possibilidade do repórter operador. É mais fácil para o repórter porque ele não precisa de um pauteiro para fazer a revisão de um modo geral, que organiza as reuniões de pauta. É preferível que o repórter se pautar e desenvolva a sua própria pauta, escreva a matéria e desenvolva a entrevista, edite e coordene a montagem. Mas eu acho que ainda há montagem feita por sonoplasta. O sonoplasta é a alma do rádio, nesse caso ele é! Se você pegar os casos de maior repercussão da TV Brasileira, que é o caso das novelas, elas vivem muito da trilha sonora. Sem a trilha você não sustenta a ação. Pensando em termos de cinema, eu nunca vi e nem imagino as cenas mais assustadoras sem a trilha. Eu me refiro às condições de clima.

Eu até costumo brincar com as pessoas de que se uma imagem vale mais do que mil palavras, eu diria que algumas notas e acordes valem mais que mil imagens! Eu sou adepto da trilha e acho que o grande problema do rádio é de resgatar a linguagem radiofônica. Com adaptações de clima, de músicas, de entrada de sonoplastia ... Aqui a gente tenta fazer isso, mas é muito pouco ainda. Tem que produzir 'x' matérias, 'x' coisas! Eu não tenho tempo, eu não sinto uma cobrança do público em cima disso. Se eu fizer isso mais ou menos, muito bem feito ou mal feito isso não vai afligir. O ouvinte brasileiro é um ouvinte pouco sofisticado. Na verdade, eu vejo isso melhor no editorial. A produção editorial está muito a frente do mercado. Embora cada vez mais, ele seja um produto para poucos e você tem baixa tiragem. O grande problema do preço do livro ser alto no Brasil é a baixa tiragem.

Em nosso caso, eu acho que também não mudará. Isso é um fenômeno universal. Eu estive na emissora de rádio da Universidade Autônoma do México e é a mesma coisa. Eles só tocam Roberto Carlos, que é o cantor mais popular no México. O que a gente faz na programação musical é tudo em cima de um eixo. De um lado, resgate das coisas que eram importantes e hoje estão esquecidas. Do outro, manter o padrão de qualidade em cima de algumas coisas que já estão consagradas e tentar trabalhar com lançamento de novos cantores.

A preocupação em lançar novos talentos, revigorar a cena cultural desse país é a preocupação central desse país. Além de divulgar a produção científica da universidade. É o principal. Eu tenho a obrigação, eu preciso mostrar pra sociedade no que ele está gastando o dinheiro. Eu me sinto, um pouco, como um prestador de contas. Eu tenho que contar a ajustar, a resolver. Por causa disso, isso faz parte da minha obrigação.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)